



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA CULTURAL
LINHA DE PESQUISA: CULTURA E IDENTIDADES**

JOSÉ CARLOS ARAGÃO SILVA

**SER LIVRE E SER ESCRAVO:
Memórias e identidades de trabalhadores maranhenses na região dos Cocais (1990-2008)**

**ORIENTADORA
Profa. Dra. NANCY ALESSIO MAGALHÃES**

**BRASÍLIA-DF
2009**

JOSÉ CARLOS ARAGÃO SILVA

SER LIVRE E SER ESCRAVO:

Memórias e identidades de trabalhadores maranhenses na região dos Cocais (1990-2008)

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: HISTÓRIA CULTURAL.

Brasília, 26 de junho de 2009.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Orientadora: Profa. Dra. Nancy Alessio Magalhães (UnB)

Prof. Dr. Marcos Antonio da Silva (USP)

Profa. Dra. Deis Elucy Siqueira (UnB)

Prof. Dr. José Walter Nunes (UnB)

Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima (UFPI)

BRASÍLIA-DF
2009

RESUMO

A partir de experiências de escravidão por dívida na agricultura contemporânea, neste estudo procuro interpretar os processos de reconstrução/construção de dimensões identitárias de trabalhadores na região dos Cocais, no Maranhão, mais especificamente nos municípios de Presidente Dutra e Dom Pedro. A investigação tem como escopo os trabalhadores submetidos a esse trabalho escravo por dívida fora do referido estado, no período de 1990 a 2008. Nesta análise, busco inicialmente evidenciar como se construiu minha aproximação com o fenômeno investigado e como se deu a tessitura dos fios que compõem a pesquisa, que prossegue quando identifico, através de fontes bibliográficas e documentais, as relações históricas que os camponeses oriundos do Maranhão e da mencionada região estabeleceram com o fenômeno da escravidão por dívida, notadamente na Amazônia. Em seguida a análise se detém na região dos Cocais, em sua história e memória acerca da vida e cotidiano dos camponeses. A partir da narrativa oral e dos fiapos de memória dos trabalhadores investigados são interpretados, na última parte da tese, o que se revela/vela sobre a escravidão por dívida e as dimensões identitárias que emergem desses sujeitos históricos.

Palavras-chaves: memória • trabalho • escravidão por dívida • camponeses • rural e urbano

ABSTRACT

From cases of slavery by debt in contemporaneous agriculture, in this project I interpret the process of reconstruction of workers' identity dimensions in Cocais area, in Maranhão, particularly in the cities of Presidente Dutra e Dom Pedro. The targets of this study are the workers submitted to slavery by debt outside this State, between 1990 and 2008. In this analysis I intend to evidence how I approximate myself with the investigated phenomenon and how it was done the weaving of the wires that make this search. This investigation goes on when I identify, though bibliographic and documental sources, the historic relationships that the rural workers from Maranhão and from the reported area created with this phenomenon of slavery by debt, mainly, in the Amazonic area. Then, my analysis stays in Cocais area, its history and memory about rural workers' life and quotidian. From the oral report and pieces of memory of the investigated workers are interpreted, in the last part of this project, what it is revealed about slavery by debt and about the identity dimensions that emerge from this historic people.

Key-words: memory • work • slavery by debt • rural workers • rural and urban

DEDICATÓRIA

Aos trabalhadores que colocaram à minha disposição e da história suas memórias e narrativas.

Às minhas avós, Amélia e Joaquina (*in memória*), esta última, camponesa que me ensinou as primeiras letras.

À minha mãe, Raimunda Aragão, e a todos os meus familiares, que do campo souberam tirar o sustento e a dignidade para os seus filhos, netos e bisnetos.

À minha dileta esposa Cristina, que me acompanha nessa luta desde o mestrado, e a nossos filhos Lenora e Ezio Di Luca, motivo de muitas alegrias em nossas vidas. Aos meus dois amados filhos, Maísa e Junior.

Aos companheiros da Comissão Pastoral da Terra, com quem trabalhei, e aos que agora estão dando continuidade à luta em prol dos camponeses.

AGRADECIMENTOS

Quando tinha mais ou menos cinco anos de idade, lembro que minha avó Joaquina me colocava no chão, perto dela, e ensinava pacientemente as primeiras letras do alfabeto. Era ela quem também me acompanhava, contra a vontade de minha mãe, à escola, que funcionava numa casa na propriedade vizinha à de meus familiares. A essa camponesa de poucas letras devo tudo o que consegui até hoje no meio acadêmico. Infelizmente, ela não pôde participar de mais essa etapa, pois faleceu em 2004, quando fiz a seleção para o doutorado. Aproveito, assim, a oportunidade, para deixar-lhe meu muito obrigado, vovó Joaquina.

Quero agradecer também à minha mãe, Raimunda Aragão, pela coragem com que criou dois filhos após a morte do marido sem jamais ter se casado novamente. Escolheu casar-se com os filhos, dando a eles segurança, carinho e, acima de tudo, um grande exemplo de vida. Obrigado, mamãe.

Agradeço à Professora Dra. Nancy Alessio Magalhães, pelas conversas, conselhos e orientações sábias de quem conhece e sabe alinhar com grande habilidade os fios da história. Foi um privilégio. Obrigado, Nancy.

Meu muito obrigado à Professora Dra. Deis Elucy Siqueira e ao Professor Dr. José Walter Nunes, pelos comentários argutos realizados no Exame de Qualificação e por aceitarem mais uma vez o desafio de me avaliarem.

Não poderia deixar de agradecer ao Washington e ao Pedro que, na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, foram sempre um ponto de apoio e solidariedade com este maranhense. Obrigado, amigos. Minha gratidão também a todos que hoje compõem e cuidam de nossos colegas nessa secretaria.

À Professora Dra. Selma Pantoja por me ter concedido a honra de trabalhar em sua companhia como monitor. Foi um grande aprendizado.

Aos meus amigos Cairo e Rickley, colegas de doutorado e de angústias, meu muito obrigado pela amizade que construímos. Não posso esquecer Gabi, uma carioca simpática de quem eu e meus amigos aprendemos a gostar.

À minha tia Vilma e a meu tio Nonato, mãe e pai para mim no período em que vivi com eles em Brasília. Às primas Glabeíse e Glaucy e ao mais novo membro da família,

Miguel, e ao primo Jeferson. A todos muito obrigado por me terem incluído nessa grande família.

Aos companheiros da CPT do Maranhão Sérgio, Borges, Javier, Pe. Jan, Elmary, Pedro Marinho, Flávio Lazzarin e outros, que agora não faço justiça com a lembrança dos seus nomes.

Às professoras e professores da Universidade Estadual do Maranhão (Uema) Dalva Almeida e Jordania, pelas sugestões. A Alcebiades, Arydimar, Salânia, Valtéria e Dudu agradeço pelo carinho com que me trataram no tempo em que fui professor substituto nessa instituição.

À professora Maria do Carmo (*in memória*), pelo carinho com que sempre me tratou, mas que infelizmente não está mais entre nós.

Aos professores da Universidade Estadual do Piauí (Uespi) Rosangela, Claudia, Arimatéia e Pedro Pio, meus agradecimentos pelos dois anos convivência nessa instituição.

Ao meu amigo, professor Falcão, agradeço pelo carinho e amizade de muitos anos e pela leitura e comentários de alguns capítulos da tese.

Ao Professor Dr. Solimar Oliveira Lima, por aceitar mais uma vez o desafio de contribuir nos meus trabalhos de pesquisa, desta vez como avaliador.

Ao Professor Dr. Marcos Antonio da Silva, por aceitar o convite de compor a Banca Examinadora e partilhar conosco seus conhecimentos.

Ao meu irmão Francisco Carlos, pelo carinho, preocupação e orgulho com que me trata, meu eterno agradecimento, o qual se estende aos meus sobrinhos Rivaldo e Gabriel e a sua esposa Rivânia.

Aos meus amigos Chico Ramos a quem recorro quando preciso de livros, Desidério, Tom, Francisco Martins (Zizi), Cícero, Paulo Carneiro e outros a quem peço desculpas por não citá-los agora, insistindo que se sintam contemplados.

Às minhas amigas de todas as horas Maria José e Elenita, meu muito obrigado pela torcida desde o ingresso no doutorado e pela amizade que me faz tanto bem.

À minha prima Carlene, que digita todas minhas entrevistas desde 2004, e ajuda a manter a casa em ordem quando eu e Cris não podemos fazê-lo. Obrigado, prima.

Aos primos e primas Carleane, Carlevane, Verner, Walesson, Wendel, Keila, Gil e demais, pelo apoio sempre de que necessitei.

Às minhas tias queridas Fátima e Hilma, grato pelo carinho constante.

À minha sogra Cristina, obrigado por ter mantido minha família quando estive em Brasília e por ter sido sempre um ponto de apoio nas dificuldades.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão – FAPEMA, que por um ano me garantiu uma bolsa de estudos.

À CAPES, que mais uma vez apoiou os meus trabalhos de pesquisa, concedendo-me uma bolsa de estudo.

À professora Silvia Carvalho, Secretaria Municipal de Educação de Caxias, pelos esforços realizados para melhorar a qualidade dos profissionais e da educação em nosso município, meus mais sinceros agradecimentos.

Aos camponeses que me concederam o privilégio de entrar, sentar e ouvir, em suas casas, as narrativas de suas vidas e labores.

À minha esposa Cristina, com quem tenho uma dívida impagável, meus mais sinceros agradecimentos pelas diversas leituras dos capítulos e pela estética, sugestões e outras observações que fazem com este estudo tenha um pouco de sua beleza singela. Obrigado, querida.

Meu último agradecimento o faço para a minha avó Amélia, que faleceu no dia 1 de junho deste ano e não pôde participar pessoalmente de mais esta vitória. Obrigado, vovó, pelas lições de vida.

*A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz.
O passado só se deixa fixar,
como imagem que relampeja irreversivelmente,
no momento em que é reconhecido.*

Walter Benjamin

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	12
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	13
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	
SER LIVRE E SER ESCRAVO: o processo de construção de um objeto de estudo	19
1. Os primeiros contatos com o fenômeno	19
2. Por que trabalho escravo?	25
3. Os camponeses em foco	29
4. A operacionalização da pesquisa: a metodologia	31
CAPÍTULO II	
RELAÇÕES HISTÓRICAS DE TRABALHADORES ORIUNDOS DO MARANHÃO COM O TRABALHO ESCRAVO POR DÍVIDA	38
1. Memórias acerca do cenário agrário maranhense pós-1965	38
1.1. A grilagem e a memória da expropriação e violência contra os camponeses	48
1.2. Os conflitos	54
1.3. Expropriação e endividamento	58
2. A reprodução camponesa em condições degradantes ou de escravidão por dívida	64
CAPÍTULO III	
A REGIÃO DOS COCAIS NA CONTEMPORANEIDADE: história, cotidiano e memória de vidas camponesas	75
1. A região dos Cocais	75
2. Presidente Dutra e Dom Pedro: das terras livres à luta dos camponeses para permanecerem livres	89
2.1. Ironia do destino: o <i>gato</i> e o <i>herói</i> emergem da mesma fonte	103

CAPÍTULO IV

DO TRABALHO *LIVRE* À ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA: o que (re)velam os *fiapos*

de memória de camponeses da região dos Cocais 118

1. Memória, narrativa e dimensões de identidade camponesa 120

1.1. O que (re)velam os *fiapos* de memória 127

1.2. As memórias daqueles que ficam: mulheres, parentes 148

1.2.1. *Mulheres de Atenas* e suas lembranças..... 155

CONSIDERAÇÕES FINAIS 161

***CORPUS DOCUMENTAL* 165**

BIBLIOGRAFIA 171

LISTA DE SIGLAS

ACM	– Associação Comercial do Maranhão
ASSEMA	– Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
ATAM	– Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão
BR	– Rodovia Federal
CEBs	– Comunidades Eclesiais de Base
CIMI	– Conselho Indigenista Missionário
CNBB	– Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODEARA	– Companhia de Desenvolvimento do Araguaia
COMARCO	– Companhia Maranhense de Colonização
CONTAG	– Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPB	– Código Penal Brasileiro
CPT	– Comissão Pastoral da Terra
DRT	– Delegacia Regional do Trabalho
ETR	– Estatuto do Trabalhador Rural
FAMEM	– Federação dos Municípios do Estado do Maranhão
GEFM	– Grupo Especial de Fiscalização Móvel
GERTRAF	– Grupo Especial de Repressão ao Trabalho Escravo
GPTEC	– Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	– Instituto Nacional do Seguro Social
MIRAD	– Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
TEM	– Ministério do Trabalho e do Emprego
OIT	– Organização Internacional do Trabalho
PCB	– Partido Comunista Brasileiro
PQD	– Programa de Qualificação de Docentes
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
STR	– Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UEMA	– Universidade Estadual do Maranhão
UFPI	– Universidade Federal do Piauí
UFRJ	– Universidade Federal do Rio de Janeiro
ULTAB	– União dos Lavradores Agrícolas do Brasil

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Maranhão com destaque para a região dos Cocais definida pelo IBGE (1984), incluindo também os municípios criados a partir de 1994	78
Figura 2 – Mapa do Maranhão com destaque para a região dos Cocais conforme definição do governo do estado do Maranhão. Inclui-se na aludida três novos municípios	79
Foto 1 – Seu Francisco Edson Pinheiro	91
Foto 2 – Seu José Raimundo	98
Foto 3 – Seu Antonio Pereira	101
Foto 4 – Raimundo da Conceição	102
Figura 3 – Mapa da trajetória feita pelos camponeses que migraram de Presidente Dutra e Dom Pedro – MA, para as fazendas Santo Antonio e Santana do Indaiá, Ourilândia do Norte, Pará	106
Foto 5 – Chico Cazuza (<i>gato</i>)	108
Foto 6 – Edilton Lopes da Costa	110
Foto 7 – Lindomar da Silva	110
Foto 8 – Trabalhadores resgatados da Fazenda Santo Antonio e Santana do Indaiá	119
Foto 9 – Seu Luis da Silva	129
Foto 10 – Seu João Batista	134
Foto 11 – Antonio Cláudio	141
Foto 12 – Dona Iraíldes Rocha	152
Foto 13 – Dona Nair Medeiros	153
Foto 14 – Seu João Santiago	155
Foto 15 – Dona Maria Lopes	157

INTRODUÇÃO

Na folha fria de papel as palavras escondiam a emoção dos silêncios.

Dos longos silêncios de vozes embargadas e dos olhos marejados.

Ricardo Rezende Figueira

Creio que essa epígrafe de exprime bem o sentimento do pesquisador que lida com a oralidade, o qual não consegue colocar no papel a emoção observada em seus narradores, limitando-se apenas em citá-las entre parênteses e colchetes que transmitem apenas a informação da ação, jamais os sentimentos nela presentes.

Partilho desta mesma angústia. Compreendo que as palavras e as experiências vividas e observadas são, em determinados momentos, incompatíveis. Não há como descrever um sorriso largo ou um choro caudaloso. No máximo se exprimem tais sentimentos com palavras próximas ao observado, restando uma imagem parcial e imperfeita do íntimo dos investigados, que o pesquisador interpretou.

Mas não entremos em depressão por isso. Os limites para descrever as emoções dos narradores no papel são os mesmos que o próprio pesquisador tem para imprimir seus sentimentos na folha fria. Não existem palavras para descrever a alegria de encontrar um entrevistado, quando se trabalha com oralidade. É algo tão pessoal e tão intenso que dizê-lo com a palavra felicidade não é suficiente.

A esse respeito, posso citar o que senti quando encontrei pela primeira vez Seu Edson Pinheiro, em 2004. A emoção foi parecida com a de alguém que depara algo quase impossível de achar. De fato, já se havia passado, na vida desse camponês, treze anos da experiência de escravidão por dívida, no Pará. A possibilidade do encontro com alguém depois de tanto tempo não é impossível, mas sem dúvida é uma tarefa difícil.

Era ele meu primeiro narrador dentre aqueles que estiveram nas fazendas Santo Antonio e Santana do Indaiá, em 1991 – antes entrevistara dona Iraildes, esposa do falecido Deusdete e o senhor José Nogueira Costa, sogro desse camponês. Dialogar com Seu Edson significou, naquele momento, um caminho que parecia correto. Por outro lado, além de ouvir

dele mesmo a narrativa acerca dos fatos acontecidos, podia ainda abrir pistas do paradeiro de outros camponeses.

Com efeito, foi o que aconteceu. A partir de Seu Edson, foi possível encontrar Antonio Pereira, Lindomar e a família de Agenor dos Santos, pois este não estava, naquele ano, em casa ou mesmo no município de Presidente Dutra naquele ano. As informações são de que se encontrava trabalhando no Mato Grosso já há alguns meses. Por meio de Seu Edson, obtive também uma indicação da localização de João Batista, Luis da Silva, Raimundo Conceição dos Santos, José Raimundo dos Santos e João Santiago, tio de Edilton Lopes, que me forneceu o paradeiro do sobrinho no município vizinho de São Domingos do Maranhão.

No ano de 2006, quando retornei à região dos Cocais, visitei alguns dos meus entrevistados em 2004, entre eles Seu Edson, Raimundo, Luis e João Batista. Nessa ocasião, mostrei o resultado da pesquisa de mestrado e conversamos acerca da outra investigação que estava realizando a respeito da experiência de trabalho escravo por dívida com camponeses de Presidente Dutra e Dom Pedro.

Em Dom Pedro, me encontrei por mais de uma vez com Márcia Palhano, uma agente da CPT Diocesana que trabalha com camponeses e tem acompanhado a migração deles para as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte do país. De fato, através de Márcia encontrei Josimar dos Santos Silva e Francisco de Almeida Gomes.

Durante o ano de 2007 estive por três vezes nessa região, coletando informações acerca daqueles municípios. Em 2008, gravei entrevistas e colhi outras declarações dos camponeses já entrevistados em 2004. Entrevistei ainda outros trabalhadores que constavam na lista do seguro-desemprego como tendo sido submetidos ao trabalho escravo por dívida, buscando atender meus objetivos neste estudo.

De fato, desta vez estou interpretando através de fragmentos da memória de camponeses da região dos Cocais submetidos à escravidão por dívida na agricultura contemporânea nas áreas de desmatamento e corte de cana, as dimensões identitárias desses trabalhadores nos municípios de Presidente Dutra e Dom Pedro. Esta pesquisa resulta, pois, de meu trabalho com a memória desses informantes e de suas famílias que generosamente compartilharam lembranças e esquecimentos.

Nesse trabalho com a memória, autores como Benjamin (1996), Bosi (2004), Pollak (1989), Silva, (1995) e Nora (1993), entre outros, foram importantes para o diálogo com as narrativas dos camponeses pesquisados. A partir do debate teórico que travei com a escrita desses autores tornou-se mais acessível compreender as narrativas colhidas e a subjetividade imbricada nas experiências vividas por esses camponeses submetidos à

escravidão por dívida. Indubitavelmente, sem esse apoio teórico tornava-se mais difícil perceber que, no momento da narrativa, o passado e o presente sempre se encontram.

O trabalho com a memória desses camponeses se (re)velou, em especial, num mosaico de informações, cuja tessitura possível dos fiapos dessas lembranças se expõe nesta tese. Ressalto que esse tecido histórico não evidencia todo o protagonismo que esses narradores têm e merecem na história, mas é o que este historiador pode revelar por sua interpretação, nos capítulos que seguem.

Esta tese está, aliás, dividida em quatro capítulos, sendo o primeiro aquele que trata do processo de construção da pesquisa, onde exponho como ocorreram os meus primeiros contatos com o fenômeno da escravidão por dívida e por que considere essa experiência como importante para a pesquisa histórica. Há ainda uma discussão dos conceitos de trabalho escravo por dívida e a identificação dos camponeses com os quais estou lidando na investigação. O capítulo é finalizado com uma exposição da metodologia utilizada e uma discussão com os autores que norteiam os diálogos acerca dos temas tratados nesta tese, tais como memória, narrativa e dimensões de identidades.

O segundo capítulo trata da relação histórica dos trabalhadores oriundos do Maranhão e da região dos Cocais com a escravidão por dívida. Digo histórica, dada a emergência desse fenômeno – em meados da década de 1970, o que não significa dizer que lá está sua origem – e a constatação, nesse momento, da presença de trabalhadores migrantes do Maranhão, fato que se repetiu durante as décadas seguintes e foi observado a partir dos olhares das pesquisas acadêmicas cujas abordagens aponta(va)m para relações históricas de exploração dos trabalhadores maranhenses na região Amazônica. Ressalte-se que, na década de 1970, a observação de alguns autores com quem dialogo nesta tese se volta mais para o que acontece nas áreas de desmatamento que para o que ocorre, dentro do Maranhão, com os trabalhadores que migram e se sujeitam ao trabalho escravo.

Minha pretensão nesse segundo capítulo, é oferecer uma visão das condições de vida dos camponeses – principal categoria aliciada para o trabalho escravo por dívida na agricultura –, evidenciando uma conjuntura que se mostra favorável à sua migração. Nesse sentido, ressalto a ação governamental, com a criação de leis que obrigavam, abertamente ou de forma velada, os trabalhadores a abandonarem suas posses, e sublinho a atividade de grilagem, praticada fortemente no Maranhão, com o apoio do aparato estatal local, sob a égide da modernização da agricultura. Saliento, ainda, a resistência e a memória de camponeses que se sobressaem das lutas pela posse e permanência na terra. Para tanto, busco evidenciar as memórias presentes agora nos escritos daqueles que conviveram ou acompanharam parte da

lutas camponesas no Maranhão, não esquecendo, é claro, do que fora transformado em memória histórica pelos próprios camponeses nos seus poemas e cantos forjados na luta pela terra.

No terceiro capítulo, encontra-se inicialmente uma discussão acerca da região dos Cocais, sua localização no Estado do Maranhão, as potencialidades do babaçu e sua utilização pelos camponeses. Ressalto as mudanças na utilização do babaçu pelos camponeses e pela indústria, cujo interesse pela amêndoa transformou as relações deles com essa planta oleaginosa quando tornaram, em poucas décadas o *coco livre* em *coco preso*, privando-os e a suas famílias desse complemento da renda familiar. São evidenciados também a elevada taxa de concentração da terra na região dos Cocais, os conflitos vividos pelos camponeses e suas estratégias para permanecer na terra. A discussão prossegue tratando dos municípios de Presidente Dutra e Dom Pedro, cujas histórias se confundem com a dos próprios camponeses.

A última parte do capítulo considera a relação entre o *gato* e os trabalhadores maranhenses que migraram para o Pará em 1991, com uma síntese acerca da origem de Dom Pedro e dos motivos que favorecem tal migração, terminando com a discussão do complexo relacionamento entre Chico Cazusa e os camponeses por ele aliciados, cujo denunciante do crime de trabalho escravo era de seu município.

O quarto capítulo trata mais das memórias dos camponeses pesquisados na região dos Cocais, no período de 1990 a 2008, sendo a primeira parte dedicada a um debate sobre memória com alguns autores com quem dialogo, assim como com a narrativa dos investigados. O objetivo é favorecer uma melhor interpretação das memórias, das condições de vida, das perspectivas sócio culturais e das múltiplas razões e complexidades que envolvem a experiência de migração e de escravidão por dívida dos participantes da pesquisa. São observadas ainda as dimensões de identidade desses camponeses, suas identificações com a terra e com a vida de camponês, mesmo que alguns já estejam residindo na periferia das cidades de Dom Pedro e Presidente Dutra. Enfoco também a mudança de preferência na migração dos estados da região Amazônica para o Sudeste, principalmente São Paulo, dado o crescimento do setor sucroalcooleiro, cujo processo ainda depende de “mão-de-obra desqualificada” (SILVA, 1982) para o corte da cana-de-açúcar.

As memórias daqueles que ficam – as mulheres, os parentes, entre outros – fazem parte das discussões na parte final do capítulo, onde interpreto o olhar da família acerca da experiência de trabalho na fazenda no Pará e as condições em que permanecem seus lares após a partida dos maridos.

Mulheres de *Atenas* e suas lembranças é o tópico que finaliza esta tese. Nele encontram-se as narrativas de mulheres que se tornam pai e mãe dos filhos quando os maridos migram e que (re)velam, ainda, estratégias de sobrevivência e as angústias provocadas pela espera, pelas necessidades cotidianas que as obrigam a trabalhar diuturnamente para que os filhos não passem fome.

CAPÍTULO I

SER LIVRE E SER ESCRAVO: o processo de construção de um objeto de estudo

*O compromisso de quem se dedica
a pesquisar o campesinato é o de aprender
as relações sociais por ele vivenciadas.*

Margarida M. Moura

1. Os primeiros contatos com o fenômeno

Iniciei esta jornada de pesquisa acerca do trabalho escravo por dívida, envolvendo trabalhadores maranhenses que migravam para as regiões Sudeste e Sudoeste do Pará, no ano de 1996. Entretanto, minha relação com o fenômeno já era de anos antes, quando em 1991 passei a integrar a equipe diocesana da Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹, no Regional do Maranhão, atuando no município de Caxias, localizado a 380 km da capital do estado, São Luís.

A minha admissão nos quadros da CPT coincidiu com um caso emblemático de escravidão por dívida ocorrido no Pará, nas fazendas Santo Antonio do Indaiá e Santana do Indaiá, propriedades geminadas de onde foram retirados dezenas de trabalhadores, entre eles maranhenses dos municípios de Presidente Dutra e Dom Pedro. O caso me chamou atenção de duas formas e em dois momentos distintos: como militante, no primeiro; e como pesquisador, no segundo. Sem dúvida que essa ligação com a experiência havida no ano de 1991 ajudou-me a definir o recorte temporal dessa análise, cujo ponto de partida é o ano de 1990 e prossegue até 2008.

¹ A CPT é um organismo pastoral da Igreja Católica ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1975 para auxiliar os trabalhadores submetidos a opressões no campo brasileiro. Após sua fundação – com sede central em Goiânia – foram criadas várias CPT Regionais, inclusive no Maranhão, a qual abriu as portas aos camponeses no mesmo ano de constituição da equipe nacional.

Vale, no entanto, enfatizar como tudo começou, pois talvez essa pesquisa não existisse se não tivesse ingressado como agente de pastoral na CPT. De fato, foi por meio dessa instituição que tomei conhecimento de diversos problemas que grassavam na agricultura brasileira em torno de camponeses que migravam para a região Amazônica. Dentre eles, encontrava-se a escravidão a pretexto de uma dívida contraída pelos trabalhadores rurais com empreiteiros de mão-de-obra (*gatos*²) que atua(va)m no Maranhão.

É preciso inicialmente ressaltar que compreendo o conceito de camponês como polissêmico. Nesse sentido, a definição do termo será explorada adiante respaldada nas discussões de Moura (1986), Martins (1986), Magalhães (1996), Novaes (2001) e Cardoso (2002), entre outros autores. Também utilizo em alguns momentos deste estudo o termo trabalhador rural para denominar o homem/mulher que realiza atividades de lavra da terra, não obstante, esteja ciente de que ele emergiu durante o regime militar, instalado no Brasil a partir de 1964, cujo objetivo era absorver, num só conceito, outras categorias do campo brasileiro, tais como, posseiros, parceiros e meeiros (MARTINS, 1986). Com efeito, não quero unificá-los em um conceito, pois tenho consciência da heterogeneidade que envolve aquelas pessoas, aglutinadas nessa categoria (SILVA, V., 2007).

Movido primeiramente, como enfatizei, pelos ideais militantes de *combate e erradicação* do trabalho escravo, iniciei, com a ajuda de companheiros da CPT/MA, a coleta de informações sobre casos que envolviam trabalhadores maranhenses nesta trama nas matas do Pará, estado de onde partia um volume considerável de denúncias sobre trabalhadores vivendo como cativos. Com o material coletado, foi possível começar a construção do primeiro trabalho acadêmico sobre a escravidão por dívida³.

Vale ressaltar que, nessa ocasião, vários foram os desafios, como o de encontrar um orientador que se interessasse pelo tema, assim como bibliografias que dessem sustentação teórica à pesquisa. Ultrapassado o desafio da orientação, parti para a investigação com a inexperiência e a ousadia (para não chamar de certa presunção) que quase sempre acompanham os jovens graduandos. Destarte, à medida que juntava material, ia suprimindo parte da carência bibliográfica, pois tomava conhecimento de trabalhos publicados sobre o objeto de estudo, os quais não eram muitos e, às vezes, difíceis de encontrar.

² “Denominação correntemente usada para referir-se ao empreiteiro que intermedeia as relações de trabalho entre peões e fazendeiros” (SILVA, 2004, p. 5). Para Martins (1997), os gatos são verdadeiros traficantes de peões. Outras noções de gatos serão discutidas adiante em Almeida (1988), Sutton (1994), Esterci (1987, 1994, 2001), Rezende (1999), Rezende Figueira (2003, 2004) e Le Breton (2002).

³ Foi um trabalho monográfico orientado pelo professor Roldão Ribeiro Barbosa que se encontra nos arquivos da Universidade Estadual do Maranhão (Uema). Cf. SILVA, José Carlos Aragão. Trabalho escravo: antigas práticas construindo a modernidade brasileira. Caxias/MA, 1998. 46 p. Monografia de conclusão da graduação em História. Centro de Estudos Superiores de Caxias, Universidade Estadual do Maranhão.

Minhas primeiras leituras bibliográficas foram dos estudos do sociólogo Martins, pesquisador conhecido e colaborador, até àquela época, da CPT Nacional. Seus textos, que quase sempre tratavam – e ainda hoje tratam – da questão agrária brasileira, faziam, naquele período, menção à expropriação dos camponeses⁴ e à prática de trabalho escravo por dívida na região Amazônica pelo grande capital⁵ que, conforme o autor, sabia usar habilmente tanto o trabalho livre, quanto o escravo (MARTINS, 1997).

Igualmente importantes foram as leituras do livro de Esterci, no qual a autora analisa de forma bastante original a escravidão por dívida na Amazônia brasileira em seus vários meandros⁶; e o artigo de Almeida, *O trabalho como instrumento de escravidão*, onde esse autor faz uma análise cuidadosa do material coligido por ele sobre as condições de trabalho em que se encontravam milhares de trabalhadores maranhenses durante a década de 1980 nas matas do Estado do Pará⁷.

A partir da leitura desses autores, foi possível ultrapassar os limites que a visão militante impõe aos agentes pastorais, que é a de ver o trabalhador assistido, pelas instituições de mediação, quase sempre como a vítima totalmente submetida, chegando à compreensão de que existem formas veladas de resistência. Essas leituras me possibilitaram também juntar a experiência do trabalho na CPT/MA, no acolhimento das denúncias e dos trabalhadores, com a pesquisa científica, fazendo, desse modo, um rico encontro entre a prática e a teoria acerca do trabalho escravo por dívida. Dessa confluência foi possível, como ressaltai, a produção de minha monografia de conclusão do curso de História na Uema.

A fecundidade de qualquer objeto de estudo – o que incluiu esta tese –, somada às inquietações provocadas pelas primeiras investigações que realizei e a paulatina elevação

⁴ Minha concepção de camponês se pauta nas especificidades do Estado do Maranhão, onde grande parte dos trabalhadores que mantêm suas roças já reside temporária ou definitivamente nas periferias dos centros urbanos. Nesses termos, interpreto como camponês aquele trabalhador que, embora com acesso não estável à terra, pois em muitos casos não tem um pedaço de chão para plantar e depende do proprietário, ainda mantém seu roçado com trabalho predominantemente familiar e um relativo grau de autonomia nas atividades agrícolas. Ou seja, decide o que plantar e, principalmente, a maneira como dispor do excedente (CARDOSO, 2002).

⁵ Cf. MARTINS, 1986. Nesse livro o autor fala das notícias de escravidão por dívida, fenômeno que prefere denominar como *peonagem*, termo cunhado por Marx para definir a situação dos camponeses mexicanos que, no século XIX, viviam presos a uma dívida adquirida, que passava de uma geração a outra de trabalhadores. Cf. MARX, Karl. A mercadoria. In: _____ O capital: crítica da economia política. Livro 1, vol. 1. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987, p 41-93.

⁶ O livro denomina-se *Escravos da desigualdade* e pode ser considerado raro, tendo em vista que foram editados poucos volumes (ESTERCI, 1994).

⁷ Este artigo pode ser considerado, de acordo com o autor, como parte – já que o relatório final nunca foi publicado – do resultado de seu trabalho no Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), no ano de 1985, durante o governo de José Sarney (ALMEIDA, 1988).

do número de casos de trabalhadores maranhenses em escravidão por dívida⁸, fizeram com que começasse a pensar e a preparar outros estudos acerca do trabalho coercitivo na agricultura contemporânea brasileira.

Naquela época, apesar da pouca experiência num trabalho de pesquisa, pude perceber que um estudo historiográfico, – como qualquer outro –, por mais criterioso que seja, não esgota as possibilidades de pesquisas posteriores. De fato, lembro que por ocasião de uma visita ao Parque Nacional da Serra da Capivara, no município de São Raimundo Nonato, no Estado do Piauí, em 1996, fiquei intrigado com um bloco de concreto no meio de um dos sítios arqueológicos. Ao perguntar ao guia o porquê daquilo, ele me disse: “é para preservar para pesquisas futuras”. É que, segundo ele, no futuro, haveria outras tecnologias, assim como outras metodologias de pesquisa arqueológica que favoreceriam outras descobertas.

No que concerne à história, não se costuma isolar, com concreto, parte dos fatos que envolvem as pesquisas na área. Opta-se pelos recortes históricos, elegendo-se prioridades, o que não é estranho ao ofício, pois, de acordo com Carr (1996, p. 48), “o historiador é necessariamente um selecionador”. Ou seja, o historiador é alguém que escolhe o que, e com que trabalhar, que inclui e exclui, seleciona caminhos, ferramentas e metodologias; deixando, desse modo, possibilidades que poderão, ou não, ser abordadas por trabalhos futuros, seus ou de outros.

Persistindo ainda na concepção de que não se esgotam por inteiro as possibilidades de análises históricas sobre um objeto de estudo, mesmo que já investigado há séculos, continuo a pesquisar os camponeses submetidos à escravidão por dívida na agricultura contemporânea, desta vez por caminhos que buscam privilegiar aspectos da cultura dos envolvidos na problemática. Embora possa parecer uma repetição, acredito naquilo que Veyne sublinha acerca da escrita da história – “... a história nunca se repetiria, mesmo que vivesse a contar a mesma coisa” (VEYNE, 1998, p. 22) – e também creio que é possível fazer emergir elementos desconhecidos mesmo naquilo em que já se pensa conhecer tudo (PORTELLI, 1997).

Vale ressaltar que, ao utilizar Carr e Veyne, não quero colocá-los num mesmo patamar em relação às suas concepções históricas, embora veja mais semelhanças que dessemelhanças sobre o que pensam a respeito do “Que é história?” e de “Como se escreve a

⁸ A partir do final da década de 1980, os dados catalogados pela CPT indicavam que o Maranhão tinha o maior contingente de trabalhadores submetidos ao trabalho escravo por dívida. Cf. Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil. Goiânia, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994.

história”, principalmente acerca dos “fatos históricos”. De acordo com Veyne, os fatos não têm dimensões absolutas.

Quando muito, pode-se pensar que certos fatos são mais importantes que outros, mas mesmo essa importância depende, totalmente, dos critérios escolhidos por cada historiador e não tem uma grandeza absoluta” (VEYNE, 1998, p. 29).

Carr também partilha a idéia de que quem decide a importância de um fato é o historiador, pois “... nem todos os fatos sobre o passado são fatos históricos, ou tratados como tal pelo historiador” (CARR, 1996, p. 46). A idéia de que nem todo fato por si só é um fato histórico também está presente em Benjamin. Esse autor, que vê o passado como repleto de “agoras” diz que “... nenhum fato, meramente por ser causa, é só por isso um fato histórico. Ele se transforma em fato histórico postumamente, graças a acontecimentos que podem estar dele separados por milênios” (BENJAMIN, 1996b, p. 232).

Ver a história pelo ângulo desses pensadores me proporciona entender que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de perigo” (BENJAMIN, 1996b, p. 224). A esse respeito, Carr (1996) sublinha que os fatos da história não chegam puros até nós. Eles são sempre refratados pela mente de quem o registra e de quem o interpreta no presente, de modo que se pode inferir que, mesmo articulando bem os fatos do passado, este ainda será um “lugar estranho”, acerca do qual o historiador não tem domínio pleno (JENKINS, 2004).

Na interpretação de Carr (1996, p. 59), os fatos

[...] são como peixes nadando livremente num oceano vasto e algumas vezes inacessível; o que o historiador pesca dependerá parcialmente da sorte, mas principalmente da parte do oceano em que ele prefere pescar e do molinete que usa – fatores estes que são naturalmente determinados pela qualidade de peixes que ele quer pegar.

O mesmo autor ainda enfatiza que o historiador é um pesquisador de seu tempo que realiza seu trabalho sempre com as condições históricas e metodológicas da época em que

vive. Nesse sentido, como historiador de meu tempo, concordo com a idéia do autor de que existe um “oceano de informações” acerca de um fato, o que incluiu também a escravidão por dívida. Não obstante, esclareço que não estou pescando fatos, mas trilhando pistas e fragmentos deixados pelos meus primeiros estudos, cujo caminho me levou ao mestrado e depois ao doutorado.

Os trabalhos de investigação durante o mestrado foram de elevada riqueza de conhecimentos, o que me possibilitou um paulatino amadurecimento sobre o conceito de escravidão. Para tanto, foi preciso (re)ler desde o escravismo antigo, passando pela definição de escravidão na Grécia e em Roma, até a escravidão negra no Brasil, na Colônia e no Império.

Nesse mesmo período, tive também a oportunidade de aprofundar estudos sobre a questão agrária brasileira, o que se deve aos cursos dos quais participei pela CPT e às leituras acerca do tema. Isso favoreceu, ainda, a compreensão dos meandros da modernização da agricultura ou, nos termos de Graziano da Silva (1982), da “modernização dolorosa” e conservadora, iniciada em meados da década de 1950.

Da exploração bibliográfica, por longas noites em claro; do trabalho de campo no município de Presidente Dutra e no recém-criado município de São José dos Basílios, no Maranhão, trilhando por estradas quase intrafegáveis; e da análise dos dados por mim coletados e da construção da narrativa histórica que envolve os trabalhadores maranhenses no trabalho escravo por dívida emergiu “*Conversa Bonita: o trabalho escravo na agricultura contemporânea brasileira e o aliciamento de camponeses na região dos Cocais*”, minha dissertação de mestrado⁹.

Após a finalização dessa dissertação, algumas lacunas foram por mim observadas. Esses espaços deixados vagos na pesquisa de mestrado, embora previsíveis, como em qualquer outra, remetiam a que pudesse desdobrá-la em questionamentos como: Qual a relação histórica do Maranhão com a escravidão por dívida? Quais as identidades desses homens?¹⁰ Seriam eles ex-escravos? Camponeses? Em suas memórias, quais os significados de escravidão para esses trabalhadores?

Havia, ademais, o desejo pessoal de dar continuidade aos meus estudos acerca dos camponeses na região por mim pesquisada. Tudo isso levou, então, à realização de um projeto de doutorado que culminou nesta tese, cujo objetivo inicialmente pensado era

⁹ Conversa bonita foi o título dado a minha dissertação de mestrado orientada pela Professora Doutora Dione Moraes e que foi defendida na Universidade Federal do Piauí – UFPI, em 2004.

¹⁰ Restrinjo-me ao termo homem, dada a constatação de que na prática do trabalho escravo por dívida envolvendo maranhenses, até o momento fazem referência somente a homens submetidos a essa prática.

desenvolver uma análise que possibilitasse entender o fenômeno *identidades* dos trabalhadores submetidos à escravidão por dívida, oriundos da região dos Cocais, no Maranhão, a partir da década de 1990 até o ano de 2008. Contudo, à medida que ia “alinhavando”¹¹ a investigação, ficou evidente que outras perspectivas de análise seriam necessárias, entre elas, a discussão em torno da *memória* desses camponeses, tendo em vista que suas narrativas emergiam dela.

A nova empreitada na construção desta pesquisa se iniciou com minha mudança para Brasília, em 2005, depois da aprovação na seleção para o doutorado em 2004, no Programa de Pós Graduação em História da UnB. Nessa universidade, por meio de minha orientadora, Nancy Alessio Magalhães, foi possível renovar as leituras de Benjamin, e me aproximar de autores ainda pouco conhecidos para um pesquisador cujos professores da graduação davam mais ênfase ao marxismo. Inegavelmente, a partir daí, outra perspectiva de história emergiu e levou-me a ter outra visão de meu objeto de estudo.

De fato, tornou-se possível perceber outros ângulos de pesquisa. Ou, como sublinha Thompson (2002), a análise não podia ficar presa a uma “visão espasmódica” sobre o fenômeno pesquisado, já que nos termos desse autor, isso significava uma simplificação, como fizeram alguns autores ingleses acerca das razões que levavam à eclosão dos motins na Inglaterra do século XVIII, quando resumiram os aspectos históricos do evento apenas à fome. Thompson se recusa a vê-los da mesma forma: para ele, a “história social” não pode manter-se na retaguarda da “história econômica”, incorrendo num reducionismo econômico crasso que oblitera as complexidades das motivações, comportamentos e funções (THOMPSON, 2002, p. 150).

2. Por que trabalho escravo?

A expressão trabalho escravo tem sido cunhada para definir atos contra trabalhadores que executam atividades braçais no campo, entre as quais se destacam a imobilização, a coação, a punição e outras práticas violentas que parecem assemelhar-se, segundo alguns, àquelas imprimidas na escravidão indígena, na Colônia, e à negra no mesmo período até sua abolição no final do Império no Brasil.

¹¹ Aproprio-me do termo que a professora Nancy Magalhães utiliza para explicar como vai juntando cada “ponto” da história da ocupação do território brasileiro, evidenciando as relações “assimétricas” que, no campo, favoreceram a concentração da propriedade e da renda (MAGALHAES, 1996).

Entretanto, a opção pelo uso do termo trabalho escravo tem proporcionado acalorados debates no seio das organizações não-governamentais, entre os intelectuais, nos órgãos governamentais que regulam e executam as leis trabalhistas e também entre os fazendeiros que, decididamente, não concordam com a noção e tampouco com a existência de escravidão por dívida em suas propriedades.

O campo de disputa quanto à classificação é amplo: “escravidão”, “semi-escravidão”, “trabalho forçado”, entre outros, também são nomes empregados para definir a escravidão por dívida. Transpor, por conseguinte, os limites das “classificações” e dos “nomes”, de acordo com Esterci (1994, p. 11), é a “... primeira barreira a ultrapassar” para compreensão do fenômeno.

Apesar da necessidade de ultrapassar essa barreira, tendo em vista que são elaboradas “... de acordo com o contexto, os critérios e as posições dos diversos atores envolvidos ou que se pronunciam em cada caso” (ESTERCI, 1994, p. 11), é necessário, para nortear esta investigação histórica, retomar algumas noções sobre o trabalho escravo por dívida na agricultura contemporânea brasileira.

Nesse sentido, conforme Sutton (1994), as interpretações que ora se faz não levaram em conta somente a dívida que se tornou, na escravidão contemporânea, seu principal instrumento no Brasil de hoje. Indubitavelmente, é preciso debater outros elementos do cotidiano dos camponeses, principalmente aqueles inerentes à cultura e aos costumes consuetudinários, como a palavra empenhada, o compromisso de não sair devendo e a reputação, entre outros.

Entretanto, não deixo, apesar dos limites que esse conceito impõe, de fazer uso da elaboração que a CPT engendrou acerca de trabalho escravo por dívida, cuja meta era formular algo passível de debate a respeito do fenômeno e, em seguida, provocar, a partir dos elementos presentes no seu conceito, a punição daqueles que submetiam os trabalhadores a tal situação. Pensando nesses termos, a entidade definiu que

o trabalho escravo é a redução de um ou vários trabalhadores à condição igual à de escravo, consistindo na privação da liberdade destes de sair de algum lugar para outro, através da alegação de uma dívida crescente e permanente; e, com efeito, há retenção de salários e/ou de documentos pessoais. Pode ainda se caracterizar pelas promessas enganosas de ‘gatos’ e/ou empreiteiros, ou de patrões. Em casos extremos, há utilização da violência física ou psicológica contra o trabalhador para obrigá-lo a

permanecer no local de trabalho, através de “seguranças”, “capangas”, “fiscais” e outros que portam armas de fogo ou tem acesso fácil a elas¹².

Esta noção, forjada na luta contra a escravidão contemporânea e o trabalho pastoral desenvolvido pela CPT como acolhedora dos fugitivos e denunciante dessa prática na Amazônia, foram duramente criticados por Martins (1999a). No artigo *A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação*, o autor fala de trabalho escravo, de peonagem, de conceito, de ciência, de denúncia e denunciamento; este um, termo que usa para definir as diversas denúncias feitas pela pastoral sobre o trabalho escravo junto aos órgãos governamentais no Brasil e no exterior. Conforme Martins (1999a, p.133),

[...] onde ocorreu a ideologização do trabalho pastoral, interpôs-se um filtro (ideológico) na interação com o conhecimento científico (e na orientação da prática), uma espécie de barreira à aceitação da interpretação científica quando ela contradiz os aspectos propriamente ideológicos da ação pastoral.

Segundo o autor, esse filtro ideológico é responsável pela falta de interação com o conhecimento científico nessa instituição, o que impediria os agentes da pastoral da terra de perceberem as limitações impostas por um conceito¹³. Apesar da aspereza das críticas, a CPT não respondeu ao posicionamento de Martins (1999a), mantendo-se focada nos seus trabalhos de combate ao trabalho escravo, como planejado naquele ano pela Coordenação Nacional da Campanha Contra o Trabalho Escravo..

As respostas vieram, de certa maneira, nas publicações que sucederam às de Martins. Entre elas, as análises realizadas acerca do fenômeno por pesquisadores experientes, como Esterci (2001) e Rezende Figueira (1999, 2003), que trouxeram outros elementos para a discussão, como os aspectos antropológicos e culturais que envolvem o problema. A “visão espasmódica” sublinhada por Thompson (2002) e já citada anteriormente, começava a ser superada por outros estudos sobre a escravidão por dívida.

Vale sublinhar que as críticas de Martins (1999a) influencia(ram) ainda hoje, debates e pesquisas científicas acerca dos camponeses e do trabalho escravo. Com efeito, não

¹² Este conceito foi formulado pela CPT, em 1997, a partir da campanha “De olho aberto para não virar escravo!”, a qual visava alertar e informar os agentes e trabalhadores sobre o risco do trabalho escravo.

¹³ O artigo ainda traz outras críticas à CPT. Nele, Martins revela seu descontentamento com a entidade e com seus agentes pastorais (MARTINS, 1999a, p. 127-63). Não obstante, vale conferir o que o autor diz sobre trabalho escravo, pois ainda o considero como uma referência acerca desse fenômeno.

as considero ultrapassadas, pois suas críticas fazem parte de seu ofício de pesquisador, assim como construir e desconstruir; incluir e excluir conceitos – como os de servidão por dívida, semiescravidão ou trabalho forçado, caso atendam ou não a objetivos e interesses de pesquisas de uns e de outros, também tenderão a ser criticados.

De fato, as críticas me fazem ver, na elaboração desta tese, os limites existentes nesse processo. Por outro lado, não deixei de considerar a importância dos conceitos, pois conforme uma frase já comum na academia, principalmente entre os historiadores da educação, “não se pode jogar a água suja fora com a criança dentro da bacia”. Destarte, os conceitos, embora limitadores de uma experiência, não deixam de ser “... elementos-chaves para relacionar os aspectos teóricos com as conseqüências empíricas” (MENDONÇA, 1994, p. 24) de certo objeto de estudo. Ademais, o conceito é também um instrumento para explicar determinados fenômenos que emergem na pesquisa.

A utilização do termo de trabalho escravo por dívida é, assim, articulada com o contexto em que se desenvolve essa prática. Nesse sentido, esse conceito não é, e não se pretende que seja, um apêndice daquele utilizado no Brasil do século XVI ao XIX, para definir a escravidão indígena (na Colônia) e negra (da Colônia ao Império). É uma noção cunhada num momento histórico recente cujo objetivo é discutir ou mesmo entender e explicar um fenômeno de nosso tempo, valendo então lembrar que Koselleck (1992, p. 3) comenta que “um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo, portanto, a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tornado inteligível, uma relação necessariamente tensa”.

É importante salientar, nessa discussão acerca do termo trabalho escravo, que ele pode ainda ser interpretado como uma categoria que emerge no meio rural com características semelhantes a outras que já existiram em determinados momentos da história brasileira, como o *colonato*, a *morada*, o *aviamento*, a *peonagem*¹⁴. Não obstante, resisto em vê-lo como uma categoria, pois o termo parece imprimir certa naturalidade a essa experiência, mesmo sabendo que em toda relação desigual existe resistência.

O que quero dizer talvez encontre apoio em Thompson (2004), pois esse autor asseverava que a classe operária não podia ser vista como estrutura nem como categoria, mas como uma experiência, um fenômeno dinâmico que se forjava nas relações humanas. Ressalto

¹⁴ Esterici (2001, p. 268) define as categorias citadas da seguinte forma: “a *morada* foi o modelo utilizado na produção de açúcar no Nordeste, até os anos de 1950; o *colonato* foi utilizado nas fazendas de café, no Sudeste, e também continuou a ser praticado até essa época, aproximadamente; o *aviamento*, que prevaleceu na extração da borracha, na Amazônia, manteve-se ao longo dos anos e de muitas crises, entrando em plena decadência nos anos de 1980; a *peonagem* foi o regime escolhido pelas empresas agropecuárias que se instalaram na Amazônia, a partir do final dos anos de 1960”.

ainda que ao vê-lo como uma categoria, talvez possa dar-lhe uma noção errônea de inevitabilidade, o que ao longo dos anos a sociedade vem dando aos fenômenos ocorridos no campo, atribuindo a eles a velha desculpa ou a pecha de cultura atrasada e de peculiaridades dos camponeses.

Retomando a discussão sobre o trabalho escravo, vale enfatizar que, no Brasil, essa denominada escravidão se dá em várias situações: *nas carvoarias*, com o uso de mulheres e crianças, muitas delas a partir dos quatro anos de idade; *nos garimpos*, com a exploração sexual de meninas¹⁵, com idade entre doze e catorze anos, usadas como garotas de programa nas boates freqüentadas, entre outros, por garimpeiros; *na agricultura*, com a utilização, principalmente de homens, para desempenhar serviços de desmatamento e roços de juquirá¹⁶ nas fazendas, sem dizer dos casos ocorridos nas colheitas de algodão, pimenta, feijão e nas plantações de soja, no período de preparo da terra.

Embora essas formas de escravidão contemporâneas façam uso de um instrumento comum (a dívida) para manter pessoas cativas, sujeitas a condições subumanas, elas guardam entre si certas peculiaridades. Por outro lado, não é meu propósito realizar uma investigação que dê conta de todas essas situações, haja vista que a pesquisa se tornaria um trabalho de onipotência hercúlea, quase impossível.

Nesse sentido, é oportuno sublinhar que a discussão, neste estudo, pauta-se e limita-se a interpretar, nos recortes definidos pelo pesquisador, as narrativas que afloram das memórias de um grupo concreto de trabalhadores em atividades agrícolas, envolvidos em trabalho escravo por dívida, cujas histórias e identidades que emergem de seus relatos, por mais próximas que possam parecer, ainda são representações de um mundo que a narrativa escrita a respeito não poderá dar conta por completo.

3. Os camponeses em foco

A princípio, poderia denominar os envolvidos nesta pesquisa, com os quais trabalho, como camponeses, lavradores, trabalhadores rurais, migrantes sazonais ou mesmo

¹⁵ *Meninas da noite* é um relato surpreendente sobre as meninas-escravas na região amazônica brasileira (DIMENSTEIN, 2002).

¹⁶ Considera-se *juquirá* pequenas árvores que se desenvolvem nas áreas de pastagem do gado. Contudo, quando se fala em roço de *juquirá*, imediatamente se associa a atividade a serviço de roço de qualquer espécie realizado por *peão* (REZENDE FIGUEIRA, 2003, SILVA, 2004).

como ex-escravos¹⁷. A opção, entretanto, foi pela designação camponês, pois entendo que o uso do termo é polissêmico e incorpora a denominação lavrador e trabalhador rural (embora essas denominações apareçam no texto), utilizadas entre os trabalhadores no campo, na região em foco, para designar aquele que exerce atividade de lavoura na terra¹⁸.

O camponês com o qual estou lidando guarda especificidades e peculiaridades do Estado do Maranhão. É um trabalhador que mantém sua roça na zona rural, mas já reside temporária ou definitivamente na periferia das cidades de Presidente Dutra ou Dom Pedro. Interpreto-o como camponês porque ainda mantém vínculo, mesmo não estável, com a terra, pois não possui um pedaço de chão para plantar e depende do proprietário, de quem a arrenda para a roça. Noutras palavras, trata-se de camponeses arrendatários que, apesar do pagamento da renda, ainda mantêm uma relativa autonomia nas atividades agrícolas – definindo o que plantar e o uso que fará do excedente.

No que concerne à polissemia do termo camponês, minha compreensão é que isso se deve à sua classificação em momentos históricos distintos. Martins (1986b) fala da sua incorporação pelas esquerdas do Brasil, a partir de meados da década de 1960, quando ser camponês significava o trabalhador politizado do campo.

Com as mudanças de paradigmas em relação à noção de camponês, essa classificação passou a significar, com certas exceções, o trabalhador que mantém laços produtivos com a terra (incluiu-se, neste contexto, meeiros e arrendatários). Nesse sentido, o termo polissêmico é, por conseguinte, a denominação mais apropriada para expressar a complexidade para definir camponês, tendo em vista que transcende aspectos meramente econômicos e culturais (NOVAES, 2001).

Mesmo penetrando “num terreno repleto de ambigüidades semânticas, divergências e dificuldades teórico-práticas” (MAGALHÃES, 1996, p. 28), como as que compõe as discussões acerca dos camponeses, foi possível perceber que, em certa medida, as dimensões identitárias dos camponeses pesquisados se constroem num processo “flutuante e relativo” (ANTUNES, 2002) intimamente ligado com o seu cotidiano.

¹⁷ Lavrador e trabalhador rural na região dos Cocais realizam atividades semelhantes. Colocam roças, cultivam a terra de forma artesanal ou usando equipamentos pouco sofisticados, adquiridos com o excedente que a lavoura lhe concede. Pode-se ainda dizer que o nome lavrador deriva do trabalho de lavoura da terra. Quanto à diferença entre o trabalhador rural e o lavrador, o que se observa é que ela existe apenas no registro sindical, tendo em vista que, ao associar-se no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de seu município, adquire a denominação de trabalhador rural.

¹⁸ Segundo Novaes (2001), o termo camponês aglutina, numa só categoria, denominações como moradores, colonos, lavrador, matuto e caboclo. Martins (1986b) ressalta que nomes como *caicara* e *tabaréu*, entre outros existentes nas diversas regiões brasileiras, também são incorporados pelo termo camponês.

Como são camponeses que, em sua maioria, vivem entre o urbano e o rural, ou entre a cidade e a roça, um conceito de camponês aplicado nos anos de 1960 certamente não corresponde ou os contempla. Notadamente, trata-se de camponeses semiurbanos, pois alguns têm “a casa da cidade” (MORAES, 2000), “situada quase sempre na periferia” dos centros urbanos (SILVA, 2004) e a casa da roça, onde passam a maior parte dos dias. Posso considerar, como historiador de meu tempo, que os camponeses são também camponeses de seu tempo, como ressaltado nesta tese, daí que ousou assegurar que as discussões teóricas acerca de camponês ou do conceito de camponês não se esgotam nesta pesquisa ou noutra.

4. A operacionalização da pesquisa: a metodologia

Para interpretar, no período de 1990-2008, os processos que envolvem as dimensões identitárias dos trabalhadores residentes na região dos Cocais, no Maranhão, nos municípios de Presidente Dutra e Dom Pedro, submetidos ao trabalho escravo por dívida na agricultura contemporânea brasileira, valho-me de documentos escritos e orais. Este estudo também compreende as *memórias* desses trabalhadores e de suas famílias sobre as condições de trabalho a que foram sujeitos no Estado do Pará.

A opção por um método, seja ele qual for, é inerente a qualquer investigação científica. Não existe estudo acadêmico sem um método. Vale lembrar que este é sempre flexível. Logo, não é uma camisa-de-força que o pesquisador deve usar, já que “é enganoso falar do método como o caminho para a verdade” (JENKINS, 2004, p. 37). Ora, verdade encerra uma noção complexa, assim como é fato a existência de inúmeros métodos utilizados pela História, como em qualquer outra área de conhecimento. Jenkins (2004), entre outros, cita em poucas linhas mais de 25 possibilidades e ainda diz que “trata-se de uma lista bem curtinha!”. Escolher, assim, qual deles é o mais adequado ao trabalho foi uma tarefa complexa, tendo em vista que considero documentos escritos e orais e suas respectivas subjetividades.

Além desses aspectos, não esqueci a premissa de que toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar social de produção sócio-econômico, político e cultural (CERTEAU, 1979). Sendo o lugar social aqui em discussão também o ambiente acadêmico, esta tese está sujeita às pressões e métodos que exigem deste pesquisador posicionamentos e comportamentos metodológicos adequados para construir uma análise que

não se limitasse a tentar encontrar uma “verdade óbvia” (THOMPSON, 2002), mas possibilitasse a emergência de elementos outros, propostos desde o início.

Nesses termos, a análise acerca do trabalho escravo e os camponeses envolvidos no fenômeno são considerados aqui, a partir do ponto de vista historiográfico das relações entre História, memória e cultura, como “experiências reais” (THOMPSON, 1981), construídas cotidianamente. Vale enfatizar que não olvidei a distância significativa entre o acontecido e o narrado (BOSI, 2004).

Nesse sentido, os resultados expostos acerca da pesquisa devem ser vistos como o que foi possível captar e interpretar dos fragmentos de memória que emergiram dos camponeses analisados. Ressalte-se que o fenômeno da escravidão por dívida e as dimensões de identidades também emergem em meio às interpretações das fontes bibliográficas e orais com que trabalho. Somando-se tudo isso, o que resulta são os reflexos de uma realidade filtrada e cheia de “agoras” (BENJAMIN, 1996b).

Ao considerar o resultado da pesquisa como uma representação histórica do fenômeno, tomo como exemplo preliminarmente duas idéias: a de Benjamin (1996b), que afirma que o passado emerge através de relâmpagos que só se deixam fixar, como imagem, num instante breve em que é conhecido pelo pesquisador, e a de Pesavento (2004, p. 42), que sublinha que “a realidade do passado só chega ao historiador por meio de representações”. Destarte, o que foi e é conhecido nesta pesquisa é apenas parte de um passado que não pode ser modificado, mas pode, sucessivas vezes, ser (re)interpretado.

Ressalte-se que não somente esses autores ajudam a discussão, nessa “operação histórica” (CERTEAU, 1979) acerca dos camponeses da região dos Cocais, no Maranhão. Muitos outros se fazem presentes, desde aqueles que tratam da metodologia da história aos que lidam diretamente com o fenômeno pesquisado, os quais poderão ser vistos nas páginas que seguem. Não obstante, como o estudo se inscreve na linha de pesquisa da História Cultural, não poderia deixar de expressar, a esse respeito, as idéias de Pesavento (2004). Para a autora,

em termos gerais, pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo (PESAVENTO, 2004, p. 42).

No que concerne a essas formas discursivas e imagéticas pelas quais os seres humanos se expressam, vale atentar para o que Magalhães (2004) sublinha, em seu artigo *Terra: memória, imagem e raízes da vida*, acerca da palavra, do texto e da imagem fotográfica: elas “*velam e revelam*”.

Decifrar, pois, o passado por meio dessas relações entre história e cultura impõe certos riscos ao historiador. Indiscutivelmente, à medida que a pesquisa avança, torna-se mais clara a complexidade que permeia a leitura de códigos de outro tempo: o tempo não vivido. Não obstante,

este seria, contudo, o grande desafio para a História Cultural, que implica chegar até um reduto de sensibilidades e de investimento de construção do real que não são os seus do presente. A rigor, o historiador lida com uma temporalidade escoada, com o não-visto, o não-vivido, que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegaram até ele (PESAVENTO, 2004, p. 42).

Com efeito, o passado, “... como imagem que relampeja irreversivelmente, [só se deixa fixar] no momento em que é reconhecido” (BENJAMIN, 1996b, p. 224), ou seja, no instante em que é interpretado pelo historiador. Ressalte-se que

não é possível relatar mais que uma fração do que já ocorreu, e o relato de um historiador nunca corresponde exatamente ao passado: o simples volume desse último inviabiliza a história total. A maior parte das informações sobre o passado nunca foi registrada, e a maior parte do que permaneceu é fugaz (JENKINS, 2004, p. 31).

A fugacidade do passado – que também envolve esta pesquisa – não impede que sejam registradas informações históricas que dele fazem parte. De fato, como assevera Magalhães (2001, p. 103), “a história, constituída de memória, é urdidura e é trama, é *tecido* do esquecimento e da lembrança, é passado e presente, pois nesse ato de tecer, conseguimos ou não revelar semelhanças entre passado e presente sintetizados num texto”.

Nesse sentido, as interpretações das dimensões de *identidade* que emergem neste estudo são vistas como um processo, uma “celebração móvel” (Hall, 2002) formada e transformada pelos sistemas culturais que envolvem socialmente os camponeses pesquisados.

Não se busca, na verdade, uma identidade fixa, mesmo porque, como já salientado, os camponeses em questão vivem tanto na cidade, quanto no campo, sendo possível concordar com Hall (2002, p. 13) quando afirma que “... à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis”.

As dimensões identitárias dos camponeses em questão também são observadas do ponto de vista de T. Silva (2004), Woodward (2004) e Pesavento (2004). Autores que, assim como Hall (2002), não excluem a idéia de pertencimento inerente a ela. Conforme Pesavento (2004, p. 89) a identidade é “... uma construção simbólica de sentido que organiza um sistema compreensivo a partir da idéia de pertencimento” (PESAVENTO, 2004, p. 89).

Ainda nos termos dessa autora “a identidade é uma construção imaginária que produz coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença” (PESAVENTO, 2004, pp. 89-90). Isso não torna a diferença algo inferior, mas, como face da mesma moeda, fabricada “... no contexto das relações culturais e sociais” (SILVA, T., 2004, p.76).

Constato, pois, que parte dos camponeses entrevistados preferem ser definidos como lavradores (camponeses na minha interpretação), pois continuam realizando atividades agrícolas no campo, ou seja, na roça, e pertencendo a um grupo que para eles ainda tem certos significados, principalmente o da honestidade. Outros negociam essa condição dizendo-se lavradores, quando afirmam que não sabem fazer outra coisa a não ser lidar com a roça, não obstante, digam quando lhes é favorável, ter outra profissão e não serem mais lavradores, o que ocorre notadamente com os mais jovens com os quais conversei, dados os vislumbres que o mundo moderno despeja sobre eles. Apesar disso, observei que não abandonam por completo as raízes que os ligam ao campo, tendo em vista que ainda precisam se achar completamente inseridos na zona urbana, tarefa não tão simples assim.

É fato que costumes ligado à cultura camponesa vêm sofrendo, desde muito tempo, transformações consideráveis devido a intervenção do capital e ao que se convencionou denominar de modernidade. Como não pretendia ficar preso ao passado ou na idéia fixa de encontrar uma cultura original – algo impossível em qualquer pesquisa – apoieme em Thompson (2002, p. 17), para quem a cultura aparece “... como um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole”. Por meio desse autor foi possível entender as ambigüidades inerentes aos costumes camponeses, assim como “... perceber no mesmo

indivíduo identidades que se alternam” (THOMPSON, 2002, p. 20) conforme descrito anteriormente.

Embora percebendo que as dimensões identitárias estão em constante movimento, é viável constatar que identidade e memória não se encontram separadas nos sujeitos. Elas fazem parte do construto social e cultural em que eles estão inseridos. A esse respeito Thompson (2002) constatou que, entre os ingleses do século XVIII, a transmissão de técnicas particulares se dava igualmente com a de experiências sociais permeadas pela sabedoria comum à coletividade.

Ao considerar que a subjetividade se faz presente em toda pesquisa, não poderia utilizar outra metodologia senão a que privilegiasse o viés qualitativo, inclusive porque trato, na investigação, de temas como *identidade, memória e história oral*. De fato, integram a coleta de informações entrevistas curtas e longas, algumas até próximas do que se define como histórias de vida, o que exigiu mais tempo para o processamento do material. O critério de escolha dos entrevistados levou em conta as experiências vividas pelos narradores na década de 1990 e a seleção de outros na lista do seguro-desemprego, dos quais só foi possível encontrar cinco e entrevistar dois. Quanto às famílias, não havia restrições: aquelas que desejassem falar, quando provocadas por este pesquisador, seriam ouvidas, mas mesmo assim, poucas se manifestaram.

Fazem parte ainda desta tese entrevistas realizadas no ano de 2002, já que as demais se deram entre 2004 e 2008. Pude, assim, aproveitar informações registradas no gravador e no caderno de campo nas minhas andanças pela região em foco (vale sublinhar que perdi duas fitas do período de 2004 devido a um acidente doméstico). Apesar dos percalços, dialoguei com a narrativa de Antonio José, Valdir Medeira, Manoel Messias e Domingos de Sousa encetadas em 2002, e também mantive na análise quinze entrevistas gravadas, em 2004, com os camponeses dos municípios de Presidente Dutra e Dom Pedro. Ressalto ainda que registrei mais cinco diálogos com parte desses trabalhadores nos anos de 2007 e 2008 e mais uma entrevista com Agenor dos Santos, membro do grupo que migrou, em 1991, para as fazendas já mencionadas, mas não foi encontrado em 2004 e nos anos seguintes.

Do material colhido fazem parte ainda uma entrevista com José Nogueira, sogro de Deusdete (já falecido) e dona Iraíldes Rocha, viúva desse trabalhador, estando também registradas as declarações da esposa de Francisco Edson, dona Nair, e da esposa de Agenor dos Santos, dona Raimunda Sousa. Ademais dispus de entrevistas de dois sindicalistas da região, além de informações oferecidas pelos assessores da CPT. É necessário dizer que nem todas as declarações colhidas foram interpretadas ou aproveitadas

integralmente nesta tese, de certo, uma injustiça de minha parte, mas uma das peculiaridades do ofício de historiador (selecionador), como nos lembra Carr (1996). Por conta da seleção, alguns participantes da pesquisa foram mais explorados – num bom sentido – que outros, o que não significa que são mais importantes que os demais.

Encarei, desse modo, o passado contido na memória dos informantes como algo aberto (MATOS, 2001), ou seja, como um “ato mágico e místico de apropriação do passado, [um] outro tempo [que] é o mesmo desdobrável, [cuja] narrativa requer a busca de um sentido que permanece em aberto e é, assim, fonte de nossa liberdade” (MATOS, 2001, p. 28). Noutros termos, a memória se modifica com o tempo; sofre mutações.

Por conta disso, analiso todos os fragmentos possíveis com a consciência de que as informações colhidas com os camponeses, através de suas memórias carregadas de experiências vivas, não eram as mesmas do tempo vivido por eles no momento mesmo da experiência. Essas alterações da memória, que já foram vistas como elementos prejudiciais para a História, principalmente, para a história oral, hoje se tornaram informações reveladoras, podendo levar a uma melhor compreensão dos valores coletivos e das próprias ações de um grupo (ALBERTI, 2005).

Vale ressaltar que minhas interpretações das entrevistas realizadas também se alteraram ao longo do tempo, sujeitas que estão à ação do tempo tanto quanto as narrativas dos camponeses entrevistados. Assim, procurei manter um diálogo constante entre minha narrativa e a de meus colaboradores, pois “em suma, os entrevistados não têm obrigação de preencher lacunas, de estabelecer elos entre os fragmentos ou de corresponder a todas as aspirações de pesquisadores, por mais zelosos que sejam estes de seu ofício”, afirma Magalhães (2004, p.192).

Nesse sentido, os participantes da pesquisa narraram constantemente buscando uma valorização própria, o que foi muito significativo, tendo em vista que, de acordo com Matos, citando Arendt, “... uma dor pode ser reparada quando dela se pode narrar uma história ou fazer dela uma história” (MATOS, 2001, p. 27). Principalmente se for uma história com final feliz, uma história em que o que não é dito pelo narrador parece não ser lembrado e fica esquecido. Não se torna público. Não o submete a outro constrangimento ou sofrimento de rememorar a violência sofrida, já que relembrar é reviver (ao menos na mente) novamente o acontecido (BOSI, 2004).

Não esqueci, entretanto, que as visões de mundo em que estão submersos pesquisador e pesquisado são decisivamente diferentes e complexas. Nesse sentido, busco interpretar a valorização da narrativa camponesa como uma estratégia inerente à pessoa

humana, cuja memória dos fatos indesejados é apagada ou reelaborada num tempo presente de forma que se tornem aceitáveis tanto ao narrador, quanto ao pesquisador.

Tal atitude não impede que o investigador não possa reconhecer, nas narrativas dos entrevistados, a violência e a exploração que os atinge mesmo quando tentam florear suas experiências. Nesses termos, lembrei sempre do alerta de Esterici (1994) de que mesmo que os atingidos pela violência não a reconheçam como tal isso não impede que seus interlocutores, mediadores e outros, não a vejam como violência.

Igualmente importante foram as orientações e os escritos de Magalhães e de outros autores que definem bem minha tarefa e a de demais historiadores empenhados com a história. Com efeito, “nessa tarefa, tradições dos oprimidos precisam ser arrancadas do conformismo, numa permanente reescrita, reconstrução das relações presente-passado pela rememoração, para que se alargue o campo da experiência” (MAGALHÃES, MATSUMOTO & NUNES, 2004, p. 97).

CAPÍTULO II

RELAÇÕES HISTÓRICAS DE TRABALHADORES ORIUNDOS DO MARANHÃO COM O TRABALHO ESCRAVO POR DÍVIDA

*Pelo rio vinha deslizando uma canoa e,
dentro dela, um trabalhador sob a mira das armas
de dois homens – trazido como fugitivo, ia ser entregue
ao encarregado da fazenda de onde escapara.*

Neide Esterci

1. Memórias do cenário agrário maranhense pós-1965

Iniciando o livro *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*, Esterci narra um episódio acontecido em 1972, na localidade Santa Teresinha, cuja trama envolve posseiros, policiais e empregados da Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA)¹⁹, tendo no cerne do embate os posseiros e a grande empresa. Fora do foco principal da igreja, que se mantinha firme na defesa dos posseiros, encontravam-se elevados contingentes de trabalhadores arregimentados fora do Estado do Mato Grosso. Eram os chamados *peões*. Definição atribuída a homens recrutados em outras regiões do país para realizar serviços de desmatamentos, “... submetidos a formas de exploração violentas” (ESTERCI, 1987, p. 10).

Nos termos de Rezende Figueira²⁰, *peão* é um “trabalhador rural em atividade braçal, levado para os empreendimentos agropecuários na Amazônia, onde deve executar trabalhos pesados, de baixa qualificação profissional, em geral sob coerção. O termo é

¹⁹ De acordo com Esterci (1987, p. 9), um grupo de posseiros defrontou-se com membros da força policial do estado e empregados da CODEARA, ferindo sete policiais e empregados da empresa.

²⁰ Na tese de Rezende Figueira (2003), publicada em livro no ano de 2004, existe um glossário elaborado pelo autor com oito definições do termo *peão* (REZENDE FIGUEIRA, 2003, p. XIII, REZENDE FIGUEIRA, 2004, p. 17).

também utilizado para identificar as pessoas em atividade de desflorestamento, feitura e conservação de pastos e cercas, aliciadas pelo fazendeiro, empreiteiro ou por um seu preposto” (REZENDE FIGUEIRA, 2003, p. XIII, REZENDE FIGUEIRA, 2004, p. 17).

Quanto aos peões citados por Esterci (1987), estes se encontravam, conforme interpretação da autora, à margem dos direitos à terra do qual desfrutavam, pelo menos em tese, os posseiros. De fato, por não pertencerem à região, tais trabalhadores eram estigmatizados, considerados elementos estranhos. Uma espécie de ameaça à tranqüilidade e à posse da terra daqueles que já haviam estabelecido relações históricas com ela e que gozavam de certa proteção, tanto da Igreja, quanto do Estado – através do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) e do Estatuto da Terra²¹.

Conforme Esterci (1987, p. 10 – grifos originais), “aos *peões* não foi dado desfrutar da relação orgânica pela Missão Religiosa Católica estabelecida com os *posseiros*, nem dispor dos espaços institucionais por ela propiciados, e dos quais apenas puderam beneficiar-se os *posseiros*”. A autora não fala nesse momento em maranhenses ou em qualquer outra categoria identitária desses trabalhadores, mas nada impede de inferir, a partir de dados observados nas instituições de mediação²², na narrativa histórica – ou melhor, para ser fiel aos autores, na narrativa antropológica e sociológica, já que os aludidos pesquisadores e autora em questão se declaram como tal, respectivamente²³ – e nos órgãos oficiais, que no meio daquele expressivo número de *peões*, ou “chegantes”²⁴, ali instalados, não houvesse pessoas oriundas do Maranhão.

De acordo com dados do IBGE, de 1986 a 1991 migraram do Maranhão 237.927 habitantes, sendo, no mesmo período, registrada a presença de 17.073 maranhenses

²¹ Não se trata, no entanto, de uma proteção efetiva, mas de garantias na forma de lei, estabelecidas, desde 1963, pelo ETR e em 1964 pelo Estatuto da Terra. Ressalte-se que, de acordo com Moraes Silva (2004, p. 33) o ETR foi responsável pela expulsão de milhares de parceiros, arrendatários, colonos e moradores. Quanto ao Estatuto da Terra, Martins (1985, p. 33) citando Roberto Campos, sublinha que “o destinatário privilegiado do Estatuto não é o camponês, o pequeno lavrador apoiado no trabalho da família. O destinatário do Estatuto é o empresário, o produtor dotado de espírito capitalista, que organiza a sua atividade econômica segundo os critérios da racionalidade do capital”.

²² A principal delas, na minha opinião, a CPT, denunciava a escravidão de milhares de trabalhadores na região amazônica. Martins (1986, p. 41), fazendo uso dos dados da CPT, estes ainda incompletos, devido à precariedade das informações e da metodologia utilizada, apontava que, da década de 1970 até 1986, já haviam sido registrados 110 casos de trabalho escravo. Em 55 casos teriam sido contabilizados 19.713 escravos.

²³ Entre os autores pioneiros na pesquisa sobre escravidão por dívida, estão: Neide Esterci, Alfredo Wagner B. de Almeida, Ricardo Rezende Figueira e José de Sousa Martins. Se cometo alguma injustiça, isso se deve ao fato de que desconheço outras pesquisas a respeito do fenômeno que não tenha partido da leitura dos trabalhos de um desses pesquisadores para sua fundamentação teórica. Vale lembrar que me reporto aqui ao que é definido na academia como pesquisa científica, já que há aquelas realizadas pelos agentes da CPT, cujos resultados, em grande parte, são utilizados como fonte por uma variada gama de pesquisadores.

²⁴ Esse termo é utilizado pelos moradores mais velhos de Mato Grosso, ou por aqueles que já se acham na condição de estabelecidos, ou seja, vivendo há mais de uma década no estado, para denominar os trabalhadores recém-chegados no local (REZENDE FIGUEIRA, 2004, p. 73).

vivendo há mais de 10 anos no Mato Grosso. Ou seja, eram migrantes que saíram do Maranhão ainda na década de 1970 (IBGE, 2000), num processo migratório sobre o qual Gistelinck (1988) assinala que só na década de 1980 mais de cem mil maranhenses teriam migrado do Maranhão para as regiões de garimpo.

Tal dedução também se baseia na memória camponesa e na observação das fontes hemerográficas acerca da elevação do movimento migratório de camponeses, em meados da década de 1960, provocada, notadamente, pelo aumento da atividade de grilagem e expulsão desses trabalhadores de diversas regiões agrícolas do Maranhão²⁵. Atividade que passa a ocorrer com maior frequência a partir de mudanças ocorridas na legislação desse estado acerca dos problemas agrários (ASSELIN, 1982).

Com efeito, a partir do último quadriênio daquela década, assume o governo do estado, em 31 de janeiro de 1966, um “jovem idealista” (ASSELIN, 1982), cujo discurso e programa de governo denominava-se “Maranhão Novo”. Eleito com ampla maioria de votos em 3 de outubro de 1965, ainda contou com o apoio da recém-instalada ditadura militar (COSTA, 2006). Seu nome? José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (Zé do Sarney, mais tarde José Sarney). Uma promessa das Oposições Coligadas para superar o atraso em que se encontrava o estado, conforme a retórica oposicionista, devido às desastrosas administrações que no passado ancoraram-se na política oligárquica de Vitorino Freire.

Inaugura-se então, com o jovem governador, um “Maranhão livre e progressista”, como destacam os jornais da época²⁶. Naquele momento histórico, também se inicia um audacioso projeto de construção de estradas que cortaram o estado, ligando-o às capitais vizinhas e às regiões produtoras, com destaque, entre outras, a do Pindaré e do Tocantins – cujo município de Santa Luzia, era a pupila dos olhos de Sarney (ASSELIN, 1982).

Paralelamente à denominada nova fase, acirram-se os conflitos já existentes entre posseiros e grileiros/fazendeiros, e emergem outros enfrentamentos entre posseiros e grandes empresários vindos do Sul e do Sudeste do país, motivados pelas facilidades oferecidas, pela “Lei de Terras”, engendrada e homologada por Sarney em 17 de julho de 1969, cujo objetivo era a “regularização das terras devolutas” no estado, mas que se tornou,

²⁵ As fontes, nesse caso, são as notícias veiculadas pelos jornais maranhenses, principalmente os de oposição, que buscavam dar visibilidade aos problemas que o estado governado pela oligarquia Sarney tentava esconder (SILVA, 2004).

²⁶ Costa (2006) destaca os seguintes jornais oposicionistas: *Jornal Pequeno*, de 29/01/1966; *Jornal do Dia*, de 28 e 29/01/1966; e *O Imparcial*, de 30 e 31/01/1966.

conforme os movimentos sociais, uma forma de legalização da grilagem²⁷ e uma medida legal para amparar a venda de terras devolutas no Maranhão (ASSELIN, 1982).

As desvantagens da Lei de Terras para os trabalhadores rurais foram tornando-se evidentes à medida que ia sendo aplicada com despejos e expulsões apoiados pela polícia. Com o caráter negativo que adquire a nova lei, ela passa a ser denominada, pela oposição, de Lei Sarney de Terras. Para Asselin²⁸ (1982, p. 129), a atitude do governador não era coerente com as carências do estado, até porque “seu plano de governo não nasceu das necessidades do Estado e menos ainda expressou os anseios do povo trabalhador. Refletiu apenas, um modo de pensar mais amplo e predeterminado”.

Noutros termos, o plano do então governador era manter-se em sintonia com a esfera federal, cujo prestígio e beneplácito Sarney não pretendia perder, tendo em vista que o governo central também enxergava na ocupação de terras devolutas pelos grandes empreendimentos agrícolas e agropecuários, subsidiados pelo estado, o caminho para modernizar a agricultura, elevar a produção agrícola e inserir relações de trabalho propriamente capitalistas baseadas no assalariamento do camponês (MARTINS, 1985). Acreditava-se firmemente que essa seria a via para sair do propalado atraso brasileiro na agricultura, cujo entrave, na perspectiva governamental – tanto federal, como estadual – era o camponês assentado no trabalho familiar.

Para Martins (1999b), no entanto, o atraso não se encontrava na agricultura camponesa, mas na lógica governamental que possibilitou a aliança entre capital e propriedade da terra no Brasil, no qual o empecilho para a reprodução capitalista do capital, na agricultura (a grande propriedade), não foi removida por uma reforma agrária. Pelo contrário, ela foi preservada e vista não como barreira, mas como necessária e dependente de grandes investimentos para sua modernização.

Esses investimentos, na perspectiva governamental, eram os obstáculos que precisavam ser superados por uma política de incentivos fiscais do governo, o que de fato ocorreu com a ditadura militar e serviu para modernizar parcialmente o mundo do latifúndio e seus grandes projetos, além de reforçar as oligarquias locais.

²⁷ A definição de grilagem é complexa, pois se reveste de inúmeras situações e modos de apossamento ilegítimo de terras alheias (ALMEIDA, 1982). Nessa posse ilegal, estão presentes a violência, a falsificação de documentos, a corrupção e o assassinato (ASSELIN, 1982). Nos casos em que a terra grilada serve apenas para especulação, os camponeses costumam dizer que o termo grilagem deriva de “terra para criar grilo”, já que nada produz (CARVALHO, 1980).

²⁸ Foi coordenador da CPT/MA de 1978 a 1980. Nesse período, a entidade promoveu uma pesquisa acerca das transformações econômicas e sociais no campo maranhense, envolvendo um bom número de pesquisadores acadêmicos. O resultado do estudo foi publicado em vários volumes.

O Maranhão Novo não fugia a esses pressupostos. Na verdade, significava uma abertura radical aos grandes projetos, principalmente àqueles ligados à agropecuária. Para tanto, os investimentos realizados e os que seriam feitos posteriormente à gestão Sarney, em infra-estruturas de transportes e energia (Porto do Itaqui, Rodovia São Luís/Teresina, hidroelétrica de Boa Esperança, petróleo), tinham como prioridade os grandes projetos agropecuários, em detrimento dos pequenos produtores rurais (COSTA, 1997).

Na década seguinte, os projetos de ocupação e modernização seguiram seu curso, a todo vapor, com a grilagem de terras no Maranhão. A proteção do estado aos grileiros agora era dada pelo então governador Pedro Neiva de Santana (1970-1974), um fiel aliado de Sarney, na concepção de Clemens (1987), que afirma que a sua lealdade à política sarneísta era tanta que, em seu livro de memórias a respeito das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), há a assertiva de que Neiva de Santana “... se tornou herdeiro e executor do ‘testamento’ de José Sarney” (CLEMENS, 1987, p. 19).

Contrariando Clemens (1987), cuja memória está assentada na militância nas CEBs – instituição que assessorou por longos anos –, Caldeira (1978) sublinha, no artigo *Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão (1956 a 1976)*, que a transição de Sarney para Neiva de Santana tem uma imagem “dilemática”. Isso porque, mesmo tendo sido Secretário de Estado de Fazenda, no governo Sarney, as atitudes políticas do novo governador em relação ao antigo chefe do executivo não demonstram subordinação alguma.

Destarte, ao dar prosseguimento aos projetos de modernização iniciados no Maranhão por Sarney, Neiva de Santana não lhe estava sendo fiel, mas seguindo a cartilha dos militares que, mesmo observando o conflito entre os dois políticos, não interferiam decisivamente, pois necessitavam de ambos. Ou seja, se por um lado o governo militar privilegiava o momentaneamente enfraquecido grupo sarneísta, por outro “... não desautorizava nenhum dos atos políticos do governador Neiva de Santana, considerados politicamente prejudiciais à corrente sarneísta” (CALDEIRA, 1978, p. 70). O governador era, assim, mais herdeiro dos projetos dos militares que dos interesses modernistas de Sarney.

Apesar do posicionamento contrário de Caldeira (1978), as lembranças de Clemens (1987) enfatizam ainda os tempos difíceis por que passaram os movimentos sociais naquela época, com intervenções nos sindicatos combativos, aumento da grilagem no estado, assassinatos com requintes de crueldade²⁹, além de perseguições a camponeses e lideranças dos movimentos, feitas por pistoleiros (CLEMENS, 1987).

²⁹ Segundo a autora, no município de Santa Luzia camponeses foram queimados vivos, por pistoleiros, dentro de suas casas (CLEMENS, 1987).

Para dar sustentação à grilagem, ou, nos termos da administração de Neiva de Santana, para orientar a implantação dos projetos agropecuários, foi criada, em dezembro de 1971, a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO). Uma sociedade de economia mista, com a tarefa mais eminente era assentar inicialmente 10.000 famílias camponesas, na região Centro-Oeste do Estado³⁰ (ALMEIDA e MOURÃO, 1976) e efetuar a regularização das terras devolutas em favor daqueles que detinham a posse, griladas ou não, ou podiam comprá-las. Decididamente, não faziam parte do grupo dos principais compradores os posseiros que ocupavam estas áreas.

Na verdade, os posseiros que habitavam as chamadas terras devolutas ou terras livres eram invisíveis aos olhos do governo, que confundia, acredito que, propositadamente, a noção de “terras devolutas” com terras inabitadas. De fato, a propaganda governamental fora do estado era a de que no Maranhão havia muita terra disponível. Sobre essa concepção premeditada, Almeida e Mourão (1976, p. 12) também sublinham que:

a expressão terras disponíveis, como terras devolutas, tem sido interpretada usualmente de maneira dúbia. Ainda que o fato de serem estas terras pertencentes à União não signifique que sejam áreas desabitadas, isentas do aproveitamento econômico ou recursos naturais não incorporados ao processo produtivo, é desta forma que a expressão tem sido empregada. Apesar de se constatar a existência de fronteira agrícola, considera-se que as terras disponíveis do Maranhão são terras livres, desabitadas, não ocupadas economicamente, como se fossem “espaços vazios”.

A elevada demanda pelas terras do Maranhão justifica-se, naquele momento, pela expressiva quantidade dos chamados espaços vazios anunciados pelo governo de José Sarney. A meu ver, essa abundância de terras para exploração e especulação era tão importante, senão mais, que os generosos subsídios oferecidos pelo estado. Nesse sentido, todas essas facilidades fizeram do Maranhão um espaço geográfico com excelentes atrativos para grandes grupos empresariais vindos de fora.

Para se ter uma idéia da quantidade de terras livres estimava-se que, no ano de 1975, as terras devolutas no Maranhão somavam 90.000 km² na região pré-Amazônica (ALMEIDA e MOURÃO, 1976).

³⁰ Assentar essas famílias fazia parte do passo inicial da COMARCO, embora não fosse sua única tarefa. À empresa cabia também a missão de atrair grupos empresariais de sólida situação financeira para a implantação de projetos agropecuários no Maranhão (ALMEIDA e MOURÃO, 1976).

A esta disponibilidade se acrescentaria o fato de que constituem áreas próximas ou relativamente próximas dos centros de comercialização e dos centros consumidores, conferindo-lhes sob esta ótica vantagens relativas sobre as terras abundantes e livres dos demais estados e territórios da região Amazônica, cuja política de ocupação na atual década estaria sendo propulsionada pelo Estado (ALMEIDA e MOURÃO, 1976, p. 9).

Com todos esses atrativos, não é difícil compreender por que, durante a década de 1970, tanto os grileiros, quanto os representantes dos grandes grupos econômicos que pretendiam instalar-se, no Maranhão começaram a expulsar sistematicamente os posseiros, com elevado grau de violência praticada por pistoleiros e pela polícia (GISTELINCK, 1988). Nessa disputa pela terra, que envolvia também a luta pela sobrevivência por parte dos camponeses, o governo de Sarney e os que o sucederam colocavam-se, como se observa, a favor dos fazendeiros e dos grandes grupos empresariais, apesar de ser do seu conhecimento que, nas denominadas terras livres ou terras devolutas, existiam centenas, ou mesmo, milhares de famílias camponesas que haviam migrado para as regiões de fronteira agrícola do estado, desde as primeiras duas décadas no século XX. Com efeito, há tempos a administração governamental tinha conhecimento da ocupação pelos camponeses migrantes do Pernambuco, Piauí e Ceará. De acordo com Almeida e Mourão (1976, p. 13),

quando da construção das estradas, suas linhas de frente já se deparam com famílias camponesas; suas picadas de serviço encontram roçados de arroz, mandioca e milho; por vezes o próprio traçado da estrada obedeceu à linha de ocupação. A migração, nesse sentido, antecede à própria construção de rodovias, ainda que seu volume possa ser alterado após o término da estrada.

Segundo os autores, o erro (deliberado) do governo no processo de ocupação/colonização das terras livres, estava no fato de não realizar uma prévia análise da intensidade de ocupação camponesa. Nesses termos, era impossível haver “harmonia”, conforme Almeida e Mourão (1976), entre grupos com interesses antagônicos: camponeses, grileiros/fazendeiros, grandes grupos econômicos e o estado.

Apesar da aposta nos grandes projetos agropecuários, o governo sofria oposição dos industrialistas por sua opção pela área rural. Na visão dos industriais, a saída para o atraso maranhense seria o contrário, devendo os investimentos ocorrerem na indústria. Essa sim, geradora de desenvolvimento, tendo em vista que desde os idos coloniais as

atividades agrícolas, pecuária e extrativista, de acordo com as análises econômicas desse grupo, tinham se mostrado pouco eficientes (ALMEIDA e MOURÃO, 1976).

Tal opção pelo setor primário, conforme o governador Pedro Neiva de Santana era “... a única saída a curto prazo, para que o Maranhão se despregasse de uma vez da miséria e do subdesenvolvimento” (ALMEIDA e MOURÃO, 1976, p. 6 – grifo originais). Não obstante, os pesquisadores alertam que essa suposta oposição entre os setores primário e secundário não deixa de carecer do apoio do estado.

A aparente primazia pelo setor primário revela-se em investimentos quase que exclusivos na atividade pecuária. Conforme Almeida e Mourão (1976, p. 8), “... ‘setor primário’ e pecuária passaram a operar como sinônimos. Então o significado de desenvolver o ‘setor primário’ passa a significar desenvolvimento da pecuária”. Por sua vez, a pecuária invade cada vez mais as terras ocupadas pela agricultura camponesa nas regiões dos Cocais, Médio Mearim e da Pré-Amazônia, tornando-se, a curto, médio e longo prazo, uma medida de expulsão dos moradores (ALMEIDA e MOURÃO, 1976).

Na impossibilidade de permanecer na terra e em face do conflito roça versus gado, as alternativas que surgem se dão no campo do trabalho sazonal, dentro e fora do Maranhão, na migração para a periferia de cidades próximas, e no êxodo para outras áreas rurais dentro e fora do estado. Indubitavelmente, as barreiras de cunho governamental (Lei Sarney de Terras) que impedem o acesso dos camponeses à terra, além de impossibilitarem o cultivo de suas roças, comprometem decisivamente o direito à vida desses trabalhadores.

Nesse sentido, a migração dos camponeses como alternativa de sobrevivência, principalmente para fora do estado tem, naquele período, como destino preferido – pelas proximidades e semelhanças com o Maranhão – o Pará. A escolha também se dava por outras razões, entre elas, a de que se poderia ganhar muito dinheiro naquela unidade da federação. Com efeito, na década de 1970 eram implantados, no Pará, grandes projetos agropecuários sob a égide do desenvolvimento – vale lembrar que a atividade de garimpo era igualmente sedutora aos camponeses (MARTINS, 1986).

Assim, trabalhar, no desmatamento de expressivas áreas para implantação de pastos para gado; ganhar algum dinheiro e voltar depois para casa, possivelmente fizesse parte dos objetivos da maioria dos camponeses que migravam, mesmo que alguns acabassem ficando definitivamente naquele estado – por vontade própria ou por falta de recursos para retornar (SILVA, 2004).

No tocante à carência de recursos para retornar ao Maranhão, em meados da década de 1970 Carvalho (1980) encontrou Raimundo, José e Felix, três jovens maranhenses

franzinos, exaustos e empoeirados, sentados numa tábua à porta de um quiosque numa área próxima a Marabá. Segundo o autor, eles já haviam migrado do Maranhão há mais de um ano.

As razões para deixarem o estado foram narradas por Raimundo ao pesquisador, que as grafou da seguinte forma: “No começo a ilusão era o garimpo de ouro. Mas depois nós achamos melhor ir pra um negócio que a gente já conhecia, derrubar mato, e quando a gente piasse um dinheiro, então ia pro garimpo tentar a sorte” (CARVALHO, 1980, p. 29). A sorte, porém, não os contemplou nem mesmo na derrubada. Sem dinheiro, ficaram também sem destino. Para piorar, José pegou maleita (malária na linguagem dos peões), o que os forçou a botar o pé na estrada para regressar ao Maranhão.

A volta não era garantida, pois dependia de trabalho arranjado pelo caminho, de carona e da ajuda de pessoas comovidas com a situação dos três jovens (outros peões, talvez, tendo em vista o grau de desconfiança que recai sobre os trabalhadores migrantes, vistos normalmente como marginais, violentos, bêbados, entre outros adjetivos)³¹.

No caminho de volta trabalharam em uma derrubada perto de São Felix, numa fazenda de paulistas. Porém, lá não deu certo. Ou seja, não conseguiram dinheiro e o encarregado do barracão falou que era melhor acertar a conta. A desventura dos três maranhenses é resumida num desabafo de Raimundo, citado por Carvalho (1980, p. 30): “Ninguém pergunta se peão é gente, é homem. É só braço dele no machado, no terçado, na moto-serra. Peão é só o serviço dele. Sangue do peão engorda boi de paulista”.

O serviço de desmatamento ou de derrubada, como salientado por Raimundo, é o que o camponês conhece bem, já que executa ação semelhante no preparo da roça. De fato, trata-se de uma empreita que, em certa medida, mantém o trabalhador ligado à atividade rural, mesmo que não haja o propósito da roça. Além disso, a empreita, por ser considerada um serviço de curta duração, não costuma manter, até os nossos dias, vínculos empregatícios entre o camponês e o proprietário, até porque o patrão faz uso, inúmeras vezes, de *gatos* para representá-lo.

Trata-se, na verdade, de uma estratégia dos proprietários para escapar das obrigações trabalhistas e dirigir o foco do empregado para a figura do *gato* que o contrata. Essa atitude é comum em diversos trabalhos sazonais que requerem a utilização de mão-de-obra de baixa qualificação, de modo que do desmatamento na região Amazônica ao corte da cana em São Paulo a atuação de *gatos* evita que peões e bóias-frias cheguem até o patrão para

³¹ Carvalho cita o momento em que um viajante (peão) oferece aos três maranhenses uma sardinha e pão murcho. A fome era tanta que eles “comiam com gosto”. Após a refeição um deles disse: “Ainda bem que a gente sempre acha uma mão, um peão que nem a gente que reparte ajuda” (CARVALHO, 1980, p. 31).

reclamar. Conforme Moraes Silva (1999, p. 108 – aspas da autora), no tocante aos empregados da cana, “cria-se um verdadeiro deslocamento nas relações de exploração, em que o patrão se esconde sob o envelope do ‘gato’. É ele que aparece como explorador, o responsável pelos salários vis dos bóias-frias”.

Vale salientar que já faz algum tempo que os usineiros que processam a cana para extrair açúcar e álcool afirmam que não empregam ninguém sem carteira assinada. Se há certa veracidade nisto, não obstante existem os chamados “baião-de-dois” (MORAES SILVA, 1999), trabalhadores sem registros em carteira que atuam no corte da cana ajudando os familiares a conseguirem a média diária de cana cortada.

Almeida e Mourão (1976, p. 22), vêm nessa ausência de “vínculos empregatícios”, apesar de uma real dimensão de ilegalidade, outro aspecto importante: a oportunidade dos camponeses de preservarem seus vínculos com terra e suas dimensões de identidade. Conforme os autores,

para o campesinato, esta alternativa é uma forma de manter ainda sua situação propriamente camponesa, na medida em que a proletarização parcial de alguns de seus membros garante a sua sobrevivência e a da família que permanece no latifúndio, aumentando um pouco sua renda. Por fim, existe a possibilidade de migração de todo o grupo familiar, deslocando-se com o avanço da frente agrícola no Pará.

Manter-se camponês, mesmo em condições de elevada expropriação, tem feito parte das estratégias desses trabalhadores há décadas. Com efeito, não se deve esquecer que a história desses grupos, como a dos demais, não é linear (SILVA, 2007). Em muitos casos, é uma história de migrações (MAGALHÃES, 1996). Assim, entender, os movimentos migratórios, em certos casos como um abandono da terra, é deixar de perceber, do ponto de vista de certos camponeses, que tal atitude significa um outro retorno às origens, uma tentativa de “reconstruir a tradição” (WOORTMANN, 1990, MAGALHÃES, 1996) na qual fora forjado.

Migrar, portanto, pode ser encarada como parte das estratégias de reprodução das famílias camponesas que, para garantirem sua sobrevivência quando a situação lhe é desfavorável, tanto do ponto de vista econômico, quanto dos demais, agem preventivamente engendrando alternativas para sua permanência na condição de camponês, mesmo que isso aconteça noutro lugar.

Os camponeses que migram forçados pela grilagem, como se observa no cenário agrário maranhense, embora estejam em condições desfavoráveis, não são agentes passivos. A começar pelo termo migrante que não é aceito por eles, pois preferem ser denominados, como pude constatar, de lavradores ou trabalhadores rurais. Nos meus termos, camponeses.

De fato, são sujeitos que constroem também seus destinos, mesmo em condições adversas. Logo, “eles não são agentes passivos dos fatores de ‘expulsão’ ou ‘atração’, mas participam ativamente de um processo, que não é exatamente o processo migratório, mas sim o de reprodução das suas condições de vida” (MORAES SILVA e MENESES, SD, p. 4 – aspas dos autores).

A grilagem, portanto, entra como parte desse processo e não como única razão para a migração, pois o camponês da região dos Cocais também pode e tem optado por resistir no seu lugar de origem em vez de fazê-lo noutro lugar. Não obstante, cabe analisá-la mais detalhadamente, tendo em vista que ela é um elemento importante no processo de expropriação camponesa.

1.1. A grilagem e a memória da expropriação e violência contra os camponeses

Do processo de expropriação camponesa, no Maranhão, conforme já mencionei, a grilagem de terras foi um instrumento importante na limpeza de áreas ocupadas por posseiros. Acerca da grilagem e da violência praticada nos conflitos de terras no estado, principalmente, nas áreas cobiçadas pelos grandes projetos (para exploração e especulação), Asselin (1982), faz um relato minucioso, com riqueza de detalhes relativos às falcatruas dos grileiros e à violência física praticada por eles contra os lavradores³².

Para o autor, essa violência contra os camponeses é inerente à grilagem, que se torna, e é instrumento de poder que, naquela década, teria sido *acobertada, incentivada, encampada* e finalmente *planejada* pelo governo (ASSELIN, 1982), cujas ações apoiavam-se em leis e decretos executados com o auxílio do aparato policial estatal, sem dispensar, em inúmeros casos, o apoio de jagunços e pistoleiros³³.

³² Lavrador é o termo que Asselin (1982) utiliza constantemente para definir os camponeses no Maranhão. Almeida (1982) também faz uso da mesma noção em relação aos camponeses analisados pelo autor em diversas regiões do mesmo estado. Vale ressaltar que lavrador é também a forma como diversos camponeses se definem na região dos Cocais.

³³ Asselin (1982, p. 118) a esse respeito relata, entre tantos, o caso do pistoleiro *Curica*, que matou o lavrador e sindicalista João Palmeira e depois voltou ao município do crime, a cidade de Santa Luzia, no Maranhão, onde obteve um habeas-corpus e a proteção da polícia para continuar intimidando os camponeses da região.

A ação dos grileiros, com uso freqüente de pistoleiros, jagunços e capangas para realizar pequenas ou grandes ações contra os posseiros, dentre as quais a queima de casas e roças e a matança de animais domésticos, entre outros atos de violência, possibilita, além da limpeza da área, as condições mínimas indispensáveis para que a terra seja comercializada (ALMEIDA, 1982).

Almeida (1982) sublinha quatro formas de grilagem no Maranhão: 1) *a grilagem em terras devolutas para especulação*; 2) *a grilagem em terras devolutas para exploração*; 3) *a grilagem em terras tituladas*, e 4) *a grilagem em terras de herança sem partilha*. Em todos esses formatos, os objetivos são os mesmos: a expulsão dos camponeses que habitam e trabalham nas áreas atingidas por esses tipos de grilagem, a qual também pode ser rápida ou gradativa, dependendo do tipo de grilo estabelecido.

No concernente às formas de grilagem que ocorreram nas denominadas terras devolutas, no Maranhão, prevaleceram a de *especulação* e *exploração*. Em regiões como a de Imperatriz, Pindaré e Alto Mearim, a grilagem para especulação foi a principal, dada a rápida elevação de preço que a terra adquiria num curto período de tempo (ALMEIDA, 1982, ASSELIN, 1982).

Já na região do Médio Mearim e na parte ligada a ela, no centro do estado, onde hoje se define como região dos Cocais, *grilagem para especulação* e para *exploração*, ocorreram de forma quase simultânea nas chamadas terras livres. Vale ressaltar que a *grilagem para exploração* se torna, em pouco tempo, a predominante, dada a opção pela pecuária, cuja abundância de água e a fartura de terra propiciam maiores lucros.

As interpretações da grilagem, de Asselin (1982) e Almeida (1982), têm em comum o fato de evidenciarem a violência contra os camponeses. No mais, a análise dos autores se distancia uma da outra, dada à preocupação que o primeiro tem com a denúncia, e a que o segundo revela com os tipos ou formas de grilagem no Maranhão.

Almeida, noutra pesquisa e em conjunto com Mourão, observa que a grilagem se expandiu no Maranhão a partir das transformações econômicas e políticas ocorridas no estado, cujo uso especulativo da terra motivou a ação de grileiros que agiam em benefício próprio ou apenas como representante de grandes grupos econômicos (ALMEIDA e MOURÃO, 1976). Já a análise de Asselin (1982) pauta-se nos pormenores da ação, nas artimanhas empregadas e na violência aplicada contra os lavradores, sendo sua narrativa sobre os casos de grilagem forte, contundente e militante, o que não poderia ser diferente, pois fiel aos princípios da Igreja Católica e da CPT, instituições a que pertencia, denuncia tal violência

sem esconder, contudo, uma preocupação com o que denomina de memória do campesinato maranhense.

Em minha perspectiva, Asselin (1982) busca adquirir uma dupla finalidade com sua pesquisa: *denunciar* (como agente pastoral) e *preservar a memória* dos camponeses, o que acredita fazer pela narrativa escrita. A constatação torna-se evidente quando Asselin (1982, p. 128 – aspas do autor) assevera que “a história do campesinato maranhense [...] terá que ser descrita, um dia, para que o povo não perca sua ‘memória’”.

A afirmação não leva em consideração o fato de que História e memória não são sinônimos (NORA, 1993) ou mesmo que a História se constrói pela interpretação de experiências reais. Esse alerta em relação à História e à memória, não tem a intenção de desqualificar as intenções de Asselin ou colocá-las como adversárias como acredita Nora (1993). A pretensão é deixar claro que uma é diferente da outra, porém, não são inimigas, pois uma alimenta a outra.

Nesse sentido, torna-se oportuno destacar a interpretação que Silva (1995, p. 69) faz a esse respeito.

Insistir sobre a distinção (ou, mesmo, oposição) entre memória e história prejudica significativa potencialidade nesse debate: a dimensão de produção, tão patente na constituição da memória, que pode contribuir para a reflexão sobre relações entre o conhecimento histórico e tal viés.

Outra relevante observação é de Magalhães (2001) sobre a cristalização da memória, cujo risco Asselin (1982) também está sujeito. Acerca dos riscos a autora deixa evidente que ocorria “já na Antiguidade, o processo de naturalizar a história, processo de identificação com o passado como cristalizado, como o mesmo, como eterna repetição; o processo de tecer e de transformar o que seria uma das possibilidades da história na própria História” (MAGALHÃES, 2001, 91-92).

A preocupação de Asselin (1982) com a memória remete, no entanto, a uma inquietação que, naquele momento, não é apenas sua³⁴. Na verdade, os próprios camponeses, analfabetos ou pouco alfabetizados, já as estavam produzindo a respeito de suas lutas e

³⁴ Carolina Clemens, freira norte-americana que residiu no Maranhão a partir de meados da década de 1970, até o final dos anos de 1980, preocupada com a memória das CEBs, também narrou parte importante da história das comunidades e dos camponeses dessa região, justificando assim sua iniciativa: “a inspiração deste trabalho é o desejo de guardar a memória de mulheres e homens que, cara a cara, enfrentaram ‘bestas-feras’ e não recuaram” (CLEMENS, 1987, p. 6).

resistência na terra, não sendo elas, em muitos casos, percebidas como tal pelo referido autor e por outros pesquisadores.

Havia, assim, naquele momento, uma necessidade dos camponeses de contar, de falar, de narrar suas histórias para os outros e para eles mesmos (nesse caso, a narrativa age como alimento que fortalece a luta pela terra). Essa premência de narrar, que em determinadas circunstâncias se apresenta àqueles que guardam memórias de suas experiências, foi sublinhada por Pollak (1989), na análise dos deportados judeus da Segunda Guerra Mundial. De acordo com o autor, aqueles, próximos ao fim de suas vidas, buscam salvar suas lembranças do esquecimento.

Embora a experiência traumática dos camponeses não seja a mesma dos judeus deportados, a necessidade que ambos têm de narrar, quando estão em risco suas memórias, assumem características muito próximas. Acerca desse medo da perda da memória, Pollak (1989, p. 6) assevera que “no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento”.

No caso dos camponeses, esse desaparecimento poderia vir em breve ou não. A sorte era lançada cotidianamente na luta pela terra e, na incerteza, o melhor era deixar gravadas suas memórias na história, até porque, numa sociedade em que a escrita tende a prevalecer, o oral ganha espaço nela se se estabelecer por meio dela.

Como exemplos dessa memória quase imperceptível que se transformou em memória histórica, pela narrativa escrita, vale mencionar os poemas e canções compostas por camponeses e que eram cantados por eles, padres, freiras e leigos que integravam as CEBs do Maranhão, desde a sua fundação, em 1965 (CLEMENS, 1987), até os anos de maior destaque, na década de 1970, quando se intensificou a luta pela terra, indo até meados dos anos de 1990, momento do declínio das CEBs ou, quem sabe, de uma reestruturação.

Lembro-me, na década de 1980, de diversos cânticos entoados nos encontros pastorais e das CEBs, em especial de um, que dizia

Eu sou roceiro, vivo de cavar o chão.
As minhas mãos são calejadas, meu Senhor.
Me falta terra, falta casa e falta pão.
Não sei aonde é o Brasil do lavrador...

De autoria de um camponês, cito ainda o belo poema de Adão Marinho, militante, poeta e cantador (animador nos encontros das CEBs), cujos textos eram compostos, principalmente, no momento de luta pela terra no município de Santa Luzia, no povoado Arame, hoje município com o mesmo nome. Interpretando a situação dos camponeses na sua região e no Nordeste, Adão compôs o seguinte poema/canção:

**O Nordeste passa fome/ Operário
agricultor/
por não ter Reforma Agrária/ para os
homens lavrador.**

Levantou-se grande seca/ de Roraima ao
Maranhão
os doutores passando bem/ e os pobres
dormindo no chão
morreram muitas crianças/ por falta de
alimentação.

Os projetos estão em cima/ maltratando o
lavrador
Pólo-Nordeste, Pró-terra/ mais outro que se
passou
Despesa de dois trilhões/ foi os pobres que
pagou.

Mas a resposta do povo/ em frente esta
situação
que estão se organizando/ junto
levantando a mão
vamos ver que nos defenda/ do Projeto
Nordestão.
Os grandes formam projetos/ só pra pisar a
nação
os pobres têm que gemer/ pra criar o filho de
barão
mas ninguém forma projeto/ pra voltar o
nosso chão.

A reforma engavetada/ não vai ter
democracia
não vamos ter terra livre/ pra sair desta
agonia
vamos ficar sufocado/ debaixo da
economia³⁵.

³⁵ Outros cantos podem ser encontrado em Clemens (1977).

Como produtores e produtos de sua história, os camponeses maranhenses conservaram vivas, à sua maneira, através da memória, da oralidade e da escrita, suas histórias. Longas conversas acerca dos conflitos pela posse da terra, muitas delas transformadas em histórias de lutas através de poemas recitados, cantados e recantados, fizeram da memória de uns a história de todos.

Acerca desse entrelaçamento da memória coletiva com a individual, Matos, interpretando Benjamin (2001, p. 14) esclarece que “por um secreto heliotropismo, a narrativa questiona a falsa precisão naturalista da ciência História, não dualiza história individual e história coletiva, pois conjuga o passado (subjetivo) com o choque atual (a sociedade de massa e de consumo...)”. No que concerne à organização dos camponeses maranhenses, em todas as regiões, vale destacar o papel formativo das CEBs³⁶, promotor da desmistificação das autoridades, dos ricos e dos poderosos, geralmente engrandecidos aos olhos do povo³⁷, ressaltando a força da união e as vitórias camponesas alcançadas, fazendo delas, parte importante da aprendizagem das comunidades (CLEMENS, 1987).

O aparente silêncio em que se encontravam os camponeses, aos olhos de pesquisadores desatentos a outras formas de resistência, não refletia a realidade fervilhante de suas memórias, expostas em poemas, versos, cordéis e canções, entre outros. Recordando Pollak (1989), para quem o silêncio aparente sobre o passado não significa esquecimento, mas uma forma de resistência de um grupo ou de uma sociedade civil, posso acrescentar que o silêncio, como fenômeno de observação, só traz elementos esclarecedores para esta pesquisa, quando a perspectiva que utilizo e os meus questionamentos ao fenômeno analisado são feitos sob a forma adequada. Como ressalta Ginzburg (2002, p. 114 – parênteses do autor),

há muitos anos Lucien Febvre observou que as fontes históricas não falam sozinhas mas só se interrogadas de maneira apropriada. Hoje isso nos parece óbvio. Menos óbvia é a observação de que as perguntas do historiador são colocadas sempre, direta ou indiretamente, em formas (destaco o plural) narrativas.

³⁶ Ligados à chamada Igreja progressista, os agentes das CEBs recebiam fortes influências das teorias marxistas e ideologicamente estavam ligados, na grande maioria, aos partidos de esquerda. Trabalhavam, assim, (re)unindo, no cotidiano dos camponeses, fé e política.

³⁷ O termo povo, utilizado no texto, se relaciona às CEBs, que conferia aos membros de suas comunidades rurais e urbanas essa denominação e fazia parte da metodologia de sua criadora, a Igreja Católica. *Como trabalhar com o povo: metodologia do trabalho popular* é o título de um livro do teólogo Clodovis Boff, que serviu – e talvez ainda seja utilizado – para orientar os agentes dos movimentos populares.

No que concerne às interrogações corretas às fontes, os historiadores, a seu modo, fazem isso, estando neles mesmos os limites como pesquisadores de seu tempo. Nesse sentido, posso atribuir à preocupação de Asselin (1982) com a preservação da memória camponesa os limites metodológicos de seu tempo, quando se pauta mais nas fontes escritas que na oralidade ou nas manifestações culturais desses trabalhadores.

Minha pretensão não é, pois, tirar o mérito da análise de Asselin acerca da grilagem no Maranhão. Sem dúvida, a observação dos caminhos e limites históricos que o autor enfrentou para a composição de sua narrativa é importante tanto para a história, quanto para a construção de minha narrativa histórica. De fato, sou consciente de que sem seu relato sobre os camponeses nas décadas de 1970 e 1980, meu trabalho seria ainda mais árduo, dadas as dificuldades para encontrar pessoas vivas de épocas já distantes, sem dizer dos seus relatos.

Contudo, como historiador, faz parte do meu ofício também interpretar as interpretações de outros pesquisadores. Meu objetivo, entretanto, não é, pois desmerecer ou diminuir o valor histórico do que foi analisado anteriormente, ou mesmo reduzir a memória “à condição de matéria-prima” (SILVA, 1995).

1.2. Os conflitos

No que tange às condições de vida dos camponeses nas regiões tidas como possuidoras de grandes áreas de terras devolutas, mormente a do Tocantins, Pindaré e Mearim³⁸ – esta, uma área que se funde e se confunde em certos limites com a dos Cocais –, há fortes evidências de razões para que os camponeses deixem suas posses e migrem para outras regiões dentro e, até mesmo fora desse estado.

O contexto agrário no Maranhão, nas últimas três décadas do século XX, era de crescentes tensões no campo. Conforme dados da CPT Nacional, analisados por Almeida (1982, p. 4), ocorreram entre os anos de 1979 e 1981, em solo maranhense, 207 conflitos de terra, envolvendo 67.184 famílias de camponeses, numa área em disputa de 7.706.075 hectares. Só no período de janeiro de 1981 a janeiro de 1982, Almeida (1982) constatou, nesse breve hiato, 87 situações de conflitos de terras em 53 municípios do Maranhão.

A luta por terra envolvia, em tal momento, 11.049 famílias de lavradores “... e uma área grilada em disputa correspondente a 3.301.423,85 (três milhões trezentos e um mil,

³⁸ As regiões do Pindaré, Mearim e as demais que se localizam a partir do centro do Maranhão em direção ao oeste e sul desse estado eram tidas, desde a década de 1950, como área de “terras liberta” (MUSUMECI, 1988) ou de “terras livres” (ALMEIDA e MOURÃO, 1976), para onde convergiam os fluxos migratórios vindos do Piauí, Ceará, Pernambuco e do próprio Maranhão.

quatrocentos e vinte e três e oitenta e cinco hectares” (ALMEIDA, 1982, p. 2). Dos enfrentamentos ocorridos no período analisado, o autor destaca a ocorrência de 30 mortes, 20 feridos, 35 camponeses presos, 50 casas de lavradores incendiadas e 10 roçados destruídos.

Vale ressaltar que o levantamento de dados relativos aos conflitos de terra, a partir da década de 1980, tornou-se uma atividade regular das instituições sindicais (CONTAG, Federações e STRs) e confessionais (CPT, CIMI), o que, em certa medida, favoreceu o conhecimento das condições de vida camponesa, suas reivindicações e sua luta pela posse definitiva da terra (ALMEIDA, 1982).

Apesar das distinções quanto aos critérios do que se deveria conceber como “conflitos de terra”, o levantamento das instituições sindicais e confessionais apresentaram, na época, muito mais convergências que divergências nos dados coligidos. Por outro lado, ambas buscavam, além de catalogar os conflitos, chamar a atenção para a extrema gravidade da situação dos camponeses (ALMEIDA, 1982), uma estratégia ainda usada nos dias de hoje para pressionar o estado a intervir.

Sublinhe-se que a noção de conflito de terras, naquele momento, pautava-se, principalmente, nos enfrentamentos que envolviam uma disputa violenta pela sua posse e domínio. Nesse contexto, a situação devia envolver, de um lado, posseiros (principalmente), parceiros e pequenos proprietários, e do outro grileiros, fazendeiros e grandes grupos empresariais. A esse respeito, Almeida (1982, p. 6 – aspas do autor) afirma ter privilegiado

[...] uma noção de ‘conflitos de terra’ que transcendesse aos eventos diretamente referidos aos embates pela posse efetiva dos meios de produção e que pudessem também colocar em pauta situações que revelem como os camponeses não têm amparo legal no ordenamento jurídico.

Almeida não se refere a uma falta de amparo jurídico no que concerne ao Estatuto da Terra, ao ETR, ou aos direitos constitucionais que cada camponês ou cidadão, em tese, dispõe. Com efeito, o autor diz da inexistência de um ordenamento jurídico que naquela época garantisse (e acredito que ainda hoje é necessário) que as benfeitorias, a casa de taipa e o roçado dos camponeses, quando saqueados, invadidos ou destruídos, fossem reconhecidos como propriedade na mesma medida em que se reconhecem a fazenda, a casa de alvenaria e a plantação de capim do fazendeiro. Noutros termos, “... que se fale de **invasão de domicílio** ou

de propriedade quando a casa de um trabalhador rural é saqueada ou destruída pelos grileiros” (ALMEIDA, 1982, p. 6 – *negrito original*).

A indignação de Almeida (1982) com essa situação não é diferente da minha. Concordo com a assertiva do autor sobre a ausência de um ordenamento jurídico que contemple os camponeses e com a constatação que faz em seguida a respeito da linguagem jornalística³⁹ usual na descrição dos conflitos de terra, a qual reflete, de algum modo, a representação prevalecente na vida social, impregnada de preconceitos para com os camponeses. Para Almeida (1982, p. 7),

mesmo a visão apiedada, que permeia as notícias, que se compadece dos dramáticos conflitos, endossa os pressupostos racistas. A imagem do camponês iletrado, sem documentos, é ressaltada pelo batistério, que é uma forma de existir no domínio religioso, mas que não significa uma existência “jurídica” plena. Enfim, não se consegue representar o camponês como um cidadão.

Se Almeida (1982) considera impossível, no período analisado, que o camponês seja representado como cidadão pela imprensa que se compadece com seus problemas, ainda é possível, em pleno século XXI, encontrar elevados contingentes de camponeses iletrados sob a mesma compaixão da sociedade, mas continuando a viver à margem da cidadania, com suas posses adquiridas por preços irrisórios (chamo de grilagem moderna), dada à pressão que sofrem de grandes grupos empresariais⁴⁰.

[...] As vezes eles não mandam o cara ir embora porque eles não quer indenizar, mas eles pegam os trator e desmata em volta da casa deles até o puleiro e planta envenenado. Então ali o cara não pode criar uma galinha, não pode criar um porco, não pode criar nada, ele não tem direito de derribar mais uma moita de mata pra plantar uma roça no toco, então ele fica na situação ou de ir embora ou morrer de fome, porque ele nem cria nem tem

³⁹ Serviram como fontes de pesquisas para o autor os jornais maranhenses, O Estado do Maranhão, O Imparcial, Jornal Pequeno, Diário do Povo, Jornal de Hoje e O Jornal. De outros estados foram utilizados o Jornal do Tocantins, O Liberal e Resistência (PA), Jornal do Brasil (RJ) e Folha de São Paulo.

⁴⁰ Relatos orais de agentes da CPT que atuam no município de Balsas, no sul do Maranhão, sublinham que os camponeses vizinhos às plantações de sojas eram forçados a sair pela ação danosa dos grandes produtores, cuja aplicação de defensivos agrícolas, através de aviões, contaminava a água, os animais e os próprios camponeses, já que as aeronaves despejavam veneno em cima da sua propriedade. Sem alternativas para vender a outros, os camponeses se obrigavam a fechar negócio com os vizinhos, os empresários da soja.

como plantar, as vez eles não manda eles ir embora mas deixou nessa situação⁴¹.

Ser cidadão com direitos respeitados ainda faz parte das lutas dos camponeses, já que as modernas relações de trabalho no campo mais excluem que incluem, indiscutivelmente, àqueles considerados ignorantes ou incapazes, como os analfabetos, contra os quais permanecem preconceitos tanto no campo, quanto na cidade. Em pesquisa recente acerca desse preconceito contra os analfabetos, Galvão e Di Pierro (2007), constataram que, para a sociedade, os iletrados estão cheios de pontos negativos, sendo pessoas que se distinguem das demais “pela falta de algo”. “O analfabeto é alguém que *não* sabe ler e escrever, é alguém que *não* é capaz, *não* é preparado, *não* é informado, *não* é humanizado, *não* tem conhecimentos” (GALVÃO e DI PIERRO, 2007, p. 10 – itálicos das autoras).

A concepção de que o analfabeto é dependente, perdido, sofredor, coitado, alienado (GALVÃO e DI PIERRO, 2007) se assemelha à percepção que se costuma ter do camponês. Isso se deve à visão ainda presente, em vários grupos da sociedade urbana, acerca do seu modo de vida, considerado atrasado, o que piora ainda mais quando se constata que o maior número de adultos não-alfabetizados está nas áreas rurais do país. Contribuem para essa triste estatística, conforme Galvão e Di Pierro (2007, p. 16), “o trabalho precoce na lavoura, as dificuldades de acesso ou a ausência de escolas na zona rural”, que impedem ou limitam os estudos desses camponeses na infância ou na adolescência.

Outro dado inerente a essa situação é o fato de que “nessas famílias, em que os adultos também não estudaram, os saberes adquiridos no trabalho costumavam ser mais valorizados que os conhecimentos veiculados pela escola” (GALVÃO e DI PIERRO, 2007, p.16). Algo compreensível se atentarmos para a noção de que o camponês, de modo mais amplo, como examinado nesta pesquisa, pauta sua vida mais nos hábitos culturais consuetudinários – quando disso depende sua sobrevivência no campo – que nos valores impostos pela sociedade letrada. Brandão (1984) constatou esse fato quando observou que o interesse pela escola pelos camponeses do interior de Goiás também era relativamente pequeno.

Prosseguindo-se na análise dos fatores que compõe o cenário das experiências camponesas no Maranhão, desde as últimas três décadas do século XX até os dias de hoje,

⁴¹ Parte da narrativa do ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Balsas, no início da década de 1990 a Souza Filho (1995).

vale examinar mais detalhadamente a expropriação e os mecanismos de endividamento a que estão sujeitos os camponeses.

1.3. Expropriação e endividamento

A expropriação dos camponeses tem adquirido formatos outros, mas mantido o termo aquilo que, em outras décadas do século XX, também significava retirar a propriedade ou a posse de alguém. Se atualmente a posse ou a propriedade é difícil de tomar, em relação aos camponeses participantes deste estudo, tendo em vista que não possuem posse ou propriedade, o pagamento da renda torna-se uma ferramenta importante para que os proprietários se apoderem de parte do que esses trabalhadores obtêm pelo labor na roça.

A renda é, nos dias de hoje é responsável por parte das despesas do fazendeiro (grande ou pequeno) e de grupos empresariais. Através dela, é possível alimentar, já que ela é paga, na maioria das vezes, em arroz, trabalhadores que prestam serviços como assalariados temporários (*peões*), contratados para os serviços de desmatamentos (ALMEIDA, 1982).

A renda, agregada a outros serviços na fazenda (semeadura de capim nas capoeiras, consertos de cercas, entre outras) e a pressão dos que gerenciam ou dos próprios proprietários sobre os camponeses, quando se recusam cumprir com tais imposições, tornam-se, em certa medida, “... uma forma de expulsão gradual, que é adiada pelas vantagens mais imediatas propiciadas pela exploração do trabalho camponês” (ALMEIDA, 1982, p. 11). Noutros termos, enquanto o trabalho do camponês é lucrativo para o patrão e o primeiro sente-se devidamente recompensado pelo seu trabalho, mais tempo ele ficará na fazenda ou em torno dela, mesmo que esteja vivendo em condições desfavoráveis do ponto de vista econômico.

A exploração, entretanto, não se dá somente no pagamento da renda com produtos da roça. O arroz, moeda de troca desde muitas décadas em quase todo o Maranhão e utilizada principalmente no pagamento da renda, além de ser um item essencial na alimentação camponesa, esteve quase sempre controlada por comerciantes, usineiros e outros atravessadores⁴². Com efeito, o controle da produção e da comercialização do arroz pelos atravessadores é bem articulado. Ele se estabelece a partir do endividamento do camponês com um comerciante. Um patrão, na linguagem camponesa.

⁴² O arroz ainda hoje é um produto que não pode faltar na alimentação dos maranhenses, havendo uma variedade de pratos feitos com ele. Um deles, o *Arroz de cuchá*, se tornou um prato típico do Maranhão.

Desse patrão o trabalhador recebe mercadorias que não produz e que devem ser pagas com o produto do seu trabalho, o arroz. “Esta transação de trocar mercadorias por arroz e de vender o arroz ao patrão faz com que muitos destes comerciantes cresçam rapidamente, de modo que em poucos meses um comerciante deste tipo pode se estabelecer” (SANTOS, 1981, p. 21).

Analisando o endividamento camponês, no início da década de 1980, na região do Pindaré, área vizinha à região dos Cocais, Santos (1981) sublinha que o lavrador se encontra preso aos comerciantes/atravesadores desde os primeiros momentos do plantio. Entre as formas de endividamento, frisa ele que “a mais comum é aquela em que o trabalhador ‘faz despesas na barraca’, tirando mercadorias para sua subsistência antes da colheita. Este empréstimo é pago logo nos primeiros dias da colheita, em arroz” (SANTOS, 1981, p. 22 – aspas do autor).

As necessidades do camponês, como as de qualquer outro trabalhador, não se limitam somente à alimentação. Vestimentas, calçados, ferramentas e problemas de doença na família também o levam ao endividamento. Sem recursos para suprir essas carências financeiras, o trabalhador é obrigado a tomar dinheiro emprestado a um comerciante, principalmente se advém doença. “Nestes casos, além de entregar o arroz a preço baixíssimo, deve pagar altos juros pelo empréstimo” (SANTOS, 1981, p. 22).

Segundo dona Rosa a Santos (1981, p. 22), é possível entender como funciona o processo de endividamento.

O Domingos devia Cr\$ 7.000,00 da doença da Zezé pro compadre Jonas, mais Cr\$ 1.000,00 de despesas da barraca, mais Cr\$ 2.000,00 de juros de Março a Julho. Pagou com arroz dando de Cr\$ 160,00 o alqueire, o compadre Jonas indo buscar na roça por Cr\$ 45,00.

Observe-se que o valor real pago pelo alqueire de arroz não é mais o estabelecido, mas Cr\$ 115,00, depois de descontado os Cr\$ 45,00 pelo transporte. Logo, para saldar uma dívida de Cr\$ 10.000,00 o trabalhador precisará de aproximadamente 90 alqueires de arroz, quantia por demais elevada se se atentar para o fato de que uma linha de roça

produz, numa safra de boa qualidade, no máximo 25 alqueires. O que leva a comprometer metade, ou toda a produção, com o pagamento da dívida⁴³.

Ressalte-se que, mesmo após quitar a dívida o camponês volta a se endividar, pois o que restou da produção – quando sobra – é consumido em pouco tempo com a manutenção da família, tendo em vista que, no período de safra, o arroz sofre uma queda significativa no preço, enquanto os produtos no comércio elevam-se como num passe de mágica, o que faz com que se precise de uma grande quantidade do produto para adquirir gêneros de primeira necessidade.

Conforme Santos (1981, p. 23),

nos casos em que o lavrador já entregou toda a produção para saldar suas dívidas, ou para conseguir algum dinheiro, ele passa a tomar arroz emprestado a fim de alimentar a família. Assim, o trabalhador passa a comprar, por um preço muitas vezes superior ao que vendeu, o mesmo arroz que plantou.

Tal situação remonta à formação do Maranhão e das terras do Norte do Brasil, embora não seja uma peculiaridade dessa região do país. Conforme Esterici (2001), muitos trabalhadores de diversas regiões brasileiras que vivem no campo estão permanentemente presos por dívidas a comerciantes que lhes fornecem mercadorias em troca dos seus produtos.

Em face da complexidade da relação entre devedor e credor, como descrita por Santos (1981), e da assertiva de Esterici (2001) acerca da permanente prisão de camponeses a comerciante pela dívida, lembrei de minha infância, quando já morava na cidade e ia ajudar a família na zona rural nos períodos de férias escolares. Naquela época, no final da tarde, acompanhava minha mãe nas compras na quitanda de seu tio. Lá chegando, ela solicitava verbalmente os mantimentos de que necessitava a esse parente que ficava por trás de um grande balcão de madeira.

Por ocasião dessas compras, observei que o comerciante nem sempre tinha tudo o que era solicitado, mas o que estava disponível era entregue e anotado numa caderneta. O pagamento se fazia posteriormente com dinheiro ou produtos do trabalho de minha mãe e

⁴³ O tamanho do roçado, no Maranhão, depende também do número e da juventude dos braços que a família dispõe para lavrar a terra. Numa casa em que só se pode contar com a força de trabalho do marido e da esposa, as roças variam de 2 a 5 linhas (1 linha equivale mais ou menos a 50m²) e nas que podem contar com o trabalho dos filhos e de parente, as áreas cultivadas chegam a 10, 15, ou mais linhas.

de seu irmão mais velho, que ainda não era casado e, sendo minha mãe viúva, cuidavam um do outro e também de minhas avós.

Em minha memória lembro que, quando o pagamento era feito em produtos como a amêndoa de babaçu, nunca vi sobrar troco (dinheiro) para minha mãe ou para seu irmão, e quase sempre ainda saíam devendo. Nas poucas vezes em que havia saldo, o dono da quitanda (o tio) alegava que não tinha dinheiro para honrar o débito e oferecia produtos, aceitos porque, a situação era quase sempre de necessidade.

Talvez seja questionado por citar aqui parte de minhas memórias acerca das condições de vida camponesa. Contudo, não a acho desnecessária, já que a relação do pesquisador com seu objeto de estudo é pessoal, subjetiva e afetiva, entre outros adjetivos que, se fosse citar aqui os autores que falam disso, faria uma lista longa⁴⁴. Por outro lado, não acredito que seja possível fazer pesquisa daquilo que você não conhece ou com que não se identifica, cabendo ressaltar, ademais, que pertencemos a uma família de camponeses e a um estado no qual a população urbana só superou a rural⁴⁵ em meados da última década do século XX. Assim, não poderia deixar de ter ligações muito próximas com os camponeses de minha região e do Maranhão.

Retomando a situação observada por Santos (1981), na qual o camponês já não dispõe, para o próprio sustento, de mais nada do que produziu, vale salientar que isso não se difere muito daquelas que encontrei na região dos Cocais, no período em atuei na CPT/MA, entre os anos de 1991 a 2004. Lembro-me que, por ocasião de uma viagem ao município de Aldeias Altas, encontrei mais de uma família cozinhando, para o almoço, palmito extraído da palmeira de babaçu para o almoço. Noutras havia somente arroz branco, não colhido na roça, mas comprado no comércio do proprietário da terra, na época prefeito do município, que se autodenominava “nota 10” por ter recebido, numa pesquisa feita não se sabe por quem, essa avaliação como alcaide.

Também ouvi por várias vezes, como agente da CPT, camponeses pronunciarem, com poucas variações, quando se encontravam em dificuldades e precisavam recorrer aos comerciantes, a frase: “Não tem jeito não! O lavrador fica o tempo todo preso nas garras dos lobos”. A constatação não era sem propósito, pois sabiam que a exploração se tornaria ainda maior, já que o ato de emprestar o dinheiro ou aviar mercadorias representa

⁴⁴ Para não me alongar, utilizarei aqui apenas uma das seis assertivas de Jenkins (2004, p. 45) acerca dos historiadores quando vão trabalhar: “Em primeiro lugar, levam a si mesmos: seus valores, posições, perspectivas ideológicas”.

⁴⁵ De acordo com o Censo do IBGE de 1991, a população que vivia na zona urbana, no Maranhão, era de 1.972.421 habitantes e na área rural, totalizavam 2.957.832. No recenseamento de 1996, a população rural (2.511.008) é ultrapassada pela urbana (2.711.175).

uma atitude de confiança do comerciante, cujo favorecido passa a ser também devedor. Conforme Santos (1981, p. 23 – negrito do original),

nos casos em que o trabalhador toma dinheiro emprestado para pagar com trabalho, ou seja, em que fica com o **trabalho sujeito**, acontece de ser obrigado a trabalhar vários meses a quem emprestou o dinheiro, sem nada receber.

Apesar de constatar o elevado grau de exploração e dominação dos camponeses, não creio numa expropriação nos moldes apresentados por esse autor sem que estejam inseridas, nesse processo, variadas formas de resistência. Na verdade, acredito que “...mesmo o camponês que se encontra em condições desfavoráveis numa negociação, em certas circunstâncias tem ainda poderes para influenciar aquele que se acha numa posição favorável” (SILVA, 2007, p. 25).

Compartilho, desse modo, da perspectiva de Moraes Silva (2004, p. 57), quanto às relações de dominação. Nos termos da autora,

no que tange às relações de dominação, torna-se evidente que elas não são estáticas. Na verdade, essas relações são conflituosas e contraditórias. Não existe um pólo dominador e um outro eternamente dominado. Ainda que o poder seja assimétrico, ou seja, ainda que os dominantes tenham uma dose maior de poder, os dominados conseguem reter uma fatia desse poder. Essa dinâmica contraditória engendra as mais diferentes estratégias de recusa por parte dos dominados. Muitas delas ocorrem nos microespaços, outras são silenciosas. Assim sendo, o silêncio, muitas vezes caracteriza-se pela resistência.

O meu posicionamento acerca das relações de exploração e dominação não tem o objetivo de fazer com que as condições de expropriação dos camponeses, nas três últimas décadas do século XX, sejam vistas em níveis aceitáveis. O que pretendo é não ficar preso a análises redutoras (SILVA, 2007) e tampouco acreditar na tese de que o mais forte está sempre em condições de pura e simplesmente impor sua ordem ao mais fraco (CUCHE, 2002).

Nesse sentido, é possível olhar o *trabalho sujeito* (SANTOS, 1981) como parte das relações de troca ou de reciprocidade entre o comerciante e o camponês que, não tendo

nada a oferecer além da sua força de trabalho e do produto dela, submete-se a condições extremas para garantir a sobrevivência e a da família.

Edilton Lopes da Costa⁴⁶, camponês arregimentado na região dos Cocais e submetido à escravidão por dívida no Estado do Pará, em 1991, deu-me outro exemplo de trabalho sujeito, ao relatar que, na falta de dinheiro, em seu município, São Domingos do Maranhão, é possível contratar um trabalho (desmatamento, roço de juquirá, conserto de cercas, capina, ou outro que saiba fazer), receber o pagamento no momento do trato e deixar o referido trabalho, empenhado pela palavra dada, sujeito às negociações a serem feitas entre ele e o patrão sobre o dia em que deverá pagar sua dívida.

Trata-se de relações complexas essas que envolvem fenômenos como negociação, resistência, reciprocidade, violência e exploração. De fato, não existe uma medida exata para definir os seus limites, tanto que Rezende Figueira (2003), entre outros, ao tratar de violências sofridas por seus narradores acerca do trabalho escravo por dívida, assevera que,

não desconheço que, se muitos sofreram violência, e certamente em número e intensidade maior do que é possível mensurar, nem todos se sentiram atingidos por ela e diversos souberam como evitar aquilo que consideravam excessivo uso de força ou abuso de poder (REZENDE FIGUEIRA, 2003, p. 5).

As estratégias de resistência são inúmeras e vão desde a descaracterização da violência sofrida até a criação do que Sutton (1994) denominou de “falsas relações” de amizade entre peões e empreiteiros (*gatos*), nas quais o cumprimento do trato estabelecido garante algum privilégio, como o pagamento das diárias, a oferta de carne, a fama de peão trabalhador, o que faz com que, algumas vezes, seja ele alçado a subempreiteiro.

Indubitavelmente, a vista de um ponto não dá ao observador uma visão global do fenômeno analisado. Se por um lado, o que vejo é violência e exploração, por outro, os atingidos por ela podem ter um olhar completamente diferente. “A consciência do admissível e não admissível é elástica, depende de muitas circunstâncias e da consciência mesmo individual por parte de pessoas tanto da mesma região e de situação social parecida quanto de regiões e de situação social diferentes” (REZENDE FIGUEIRA, 2003, p. 5).

⁴⁶ COSTA, Edilton Lopes da. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. São Domingos do Maranhão. jan. 2004.

Torna-se, assim, complexo entender as relações existentes no fenômeno da escravidão por dívida. O grau de expropriação a que se submetem os camponeses para se manterem enquanto tal não pode ser mensurado. De onde se vêem apenas exploração, violência, violação aos direitos humanos e escravidão podem emergir outras imagens, como as que surgiram na entrevista com Seu Antonio Pereira, camponês da região dos Cocais, que trabalhou para os gatos Adão e Leomar Franco, homens com notória fama de violentos no Estado do Pará (SILVA, 2004, REZENDE FIGUEIRA, 2003, 2004).

Com efeito, esses *gatos* me foram apresentados por seu Antonio Pereira como homens justos, que cobravam apenas o que tinham direito. A forma como era cobrada a suposta dívida, esse camponês não discorda, pois, de acordo com ele “o povo não querem ter sua responsabilidade, pega o dinheiro do outro come, aí não quer suar pra pagar, aí dana a fugir e aí os companheiros [os *gatos*] maltrata”⁴⁷.

Como milhares de maranhenses, seu Antonio Pereira fez parte das estatísticas migratórias. Hoje já não viaja mais para o Pará, mas continua botando roça, porém sente falta dos tempos de migrante temporário, pois fala, com certo saudosismo, daquela época, tanto que quando perguntei se gostaria de voltar a trabalhar lá, não titubeou: “Rapaz, só não vou porque a força não dá mais. Que se desse eu ia. Eu ia e não tinha medo não”⁴⁸.

2. A reprodução camponesa em condições degradantes ou de escravidão por dívida

Estima-se que, à procura de trabalho, mais de cem mil pessoas, oriundas do Maranhão, tenham migrado para os estados do Pará e Mato Grosso durante a década de 1980 (GISTELINCK, 1988, SUTTON, 1994). Naquele decênio, conforme dados de May (1990) citados por Carneiro (2007), esse estado passou a apresentar um balanço negativo entre o número de emigrantes (505,8 mil pessoas) e imigrantes (456,2 mil).

No mesmo período, a Delegacia Regional do Trabalho do Maranhão (DRT/MA), informava que cerca de “seis mil trabalhadores atraídos por aliciadores de mão-de-obra – *gatos* – com promessas de altos salários, [encontravam-se] confinados em fazendas isoladas, submetidos a trabalho forçado e condições precárias de sobrevivência” (ALMEIDA, 1988, p. 61 – colchetes meu).

⁴⁷ PEREIRA, Antonio. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Presidente Dutra. jan. 2004 e fev. 2008.

⁴⁸ No momento da primeira entrevista, em 2004, seu Antonio Pereira tinha 67 anos. Hoje, com 71 anos, ainda trabalha no roçado, como pude constatar nas visitas que lhe fiz em 2007 e 2008.

Os números ainda eram imprecisos, mas o Maranhão despontava, naquele momento, como um dos estados com maior contingente de trabalhadores submetidos à escravidão por dívida no país. De fato, os dados da Coordenadoria de Conflitos Agrários do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) eram categóricos: “... dos trabalhadores denunciados como cativos no Estado do Pará, vários se originavam, mormente, dos Estados do Maranhão e do Piauí” (ALMEIDA, 1988, p. 64).

A partir da constatação governamental da existência de escravidão no campo, as denúncias sobre trabalho escravo por dívida não pararam de emergir. A Igreja Católica, pioneira nas denúncias e no combate a essa prática, que tinha permanecido inicialmente sozinha nessa tarefa, já que “... o tema era jornalisticamente secundário e politicamente irrelevante” (MARTINS, 1999a, p. 130), passa a contar com o apoio de pesquisadores e de parte de órgãos do governo, como o MIRAD, que através da Coordenadoria de Conflitos Agrários procurava coligir, além de dados relativos a esses conflitos no Brasil, informações acerca da escravidão por dívida na região Amazônica⁴⁹.

O trabalho dessa Coordenadoria não dura muito tempo. A afirmação de que havia trabalho escravo no Brasil e suas implicações entra em rota de colisão com os interesses econômicos de grandes proprietários rurais, o que os leva a pressionar o presidente José Sarney que, cedendo aos apelos desses empresários, determina o fim dos trabalhos e o arquivamento do material colecionado pela equipe.

Apesar do nocaute, Esterici (1994), que também integrou a equipe de pesquisadores da Coordenadoria, ressalta que naquele momento o “... trabalho escravo se transformara numa categoria de luta” (ESTERCI, 1994, p. 31), devido, principalmente, ao empenho da Igreja Católica, que considerava o fenômeno nesses termos desde a década de 1970. De fato, no início daquele decênio, Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Felix, denunciou veementemente a escravidão na Amazônia brasileira através da carta pastoral *Uma Igreja da Amazônia em conflito com latifúndio e a marginalização social*.

Considerada como um marco na denúncia e na luta contra a exploração e escravidão de índios, posseiros e peões na Amazônia, a carta pastoral de Casaldáliga, publicada em 10 de outubro de 1971, completou, em 2008, 37 anos de uma existência atualizada com os problemas agrários do Brasil e da região Amazônica.

⁴⁹ Apesar do importante trabalho dessa Coordenadoria na coleta de dados, o antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida, coordenador da equipe na época, lamenta a falta de publicação do material colecionado, na verdade, uma perda imensurável para a história brasileira.

A narrativa que naquela época asseverava que dos submetidos à escravidão por dívida, “a maior parte do elemento humano é sertanejo: camponeses nordestinos, vindos diretamente do Maranhão, do Pará, do Ceará e do Piauí” (CASALDÁLIGA, 1970, p. 4), assemelha-se à de hoje, passadas mais de três décadas. A similaridade é tanta que a retórica pastoral parece feita em pleno século XXI, tendo em vista que o migrante sazonal oriundo do Maranhão e do Piauí ainda prevalece como o maior contingente de mão de obra aliciado para o trabalho escravo por dívida.

É notória, assim, a presença de maranhenses em condições degradantes no trabalho agrícola em diversas regiões do país (ESTERCI, 1994). Certa vez, me relatou um camponês que já havia migrado sazonalmente para o corte de cana em São Paulo – por ocasião de minhas pesquisas no município de Timbiras, na região dos Cocais – que os gatos têm preferência por maranhenses, pois “são mais resistentes”⁵⁰. Mal terminou de falar, retrucou-lhe o companheiro: “Não! É porque é mais besta”⁵¹.

No momento da entrevista, Antonio J. R. Silva informou-me ainda que, em 2002, a migração de trabalhadores para São Paulo foi a maior que já viu. Para esse participante da pesquisa, saía constantemente, “oito carrada [de trabalhadores] por semana” do mês de março a maio daquele ano, o que equivale a cerca de 360 pessoas migrando no curtíssimo intervalo de uma semana ou, aproximadamente, 2.880 timbirenses deixando seus lares e famílias no breve hiato de dois meses.

As informações do entrevistado se aproximavam das que obtive dos agentes da Pastoral do Migrante de São Paulo, por ocasião do Seminário sobre Trabalho Escravo, no vizinho Estado do Piauí, cujos dados apontavam para cerca de 6.000 pessoas oriundas de Timbiras trabalhando em São Paulo, na região de Ribeirão Preto.

Antonio Silva relatou ainda que a vida na lavoura da cana em São Paulo é dura, principalmente pela ausência de mulheres para realizar o trabalho doméstico, que fica todo a cargo dos homens. “Todo dia a gente trabalha. Quando a gente chega da roça [canavial] ainda tem que lavar a roupa e fazer comida. Quando termina a gente tá morto! Depois, tem que acordar quatro hora da manhã pra fazer comida e sair cinco e meia pra roça”⁵². Vale ressaltar que os homens, camponeses ou não, na sua maioria vêm o trabalho doméstico como uma atividade exclusivamente feminina.

⁵⁰ TORRES, Manoel Messias Dias. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Timbiras/MA. out. 2002.

⁵¹ SILVA, Antonio José Rodrigues. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Timbiras/MA. out. 2002.

⁵² SILVA, Antonio José Rodrigues. Entrevista citada.

Não obstante, não reclamam eles a ausência das mulheres somente nos serviços domésticos. Sua falta é sentida também – e talvez com maior relevância – na carência que sentem do carinho e do prazer que proporcionam a eles. Esterci (1987), ressaltando a solidão dos seringueiros nas matas da Amazônia, submetidos ao sistema de aviamento presente na região até meados da década de 1980, salienta que era isso um dos elementos que os matava silenciosamente, dia após dia, diante do desejo de trazer para perto de si uma mulher ou mesmo sua família deixada para trás no Nordeste.

Essa não era, e não é, uma situação axiomática, hermética. Noutros momentos e situações, o uso de mulheres para acalmar os ímpetos de homens isolados pelo trabalho nas matas possibilitou o surgimento de núcleos populacionais importantes e, até mesmo, cidades. De fato, na história de ocupação da região Amazônica, peculiaridades não faltam, inerentes que são a cada tipo de atividade promovida.

No trabalho de desmatamento – para implantação de fazendas e de outros empreendimentos agrícolas, cuja atividade tem revelado inúmeros casos de escravidão por dívida – existem inúmeras particularidades. Dentre elas, destaco a cadeia exploratória que se forma a partir do camponês que realiza o trabalho braçal, dele servindo-se gatos, pistoleiros, fiscais, fazendeiros, comerciantes, prostitutas, polícia, donos(as) de pensões (MARTINS, 1997, SUTTON, 1994, LE BRETON, 2002, SILVA, 2004).

Cabe ressaltar que, concernente ao isolamento, na concepção dos seringalistas, o afastamento do seringueiro era um importante mecanismo de dominação⁵³ e o contato externo uma ameaça. Ao contrário, nos projetos agropecuários implantados na região Amazônica, a partir do regime militar de 1964, a construção de boates, bordéis, bares, pensões e outros empreendimentos engendrados por pequenos, médios e grandes comerciantes ou por pessoas de posses de outras regiões fizeram e fazem parte das estratégias de controle dos ânimos masculinos e de exploração da mão de obra feminina⁵⁴.

A dominação, entretanto, não se dá de forma total. Os *peões* – denominação já explicitada nesta narrativa –, também tem suas estratégias de resistência. Conforme já mencionei anteriormente, nenhuma relação entre dominante e dominado é plena e não complexa. Noutros termos, a dialética entre as partes não é clara o suficiente para que se possa afirmar de forma decisiva que de um lado existe apenas a vítima e do outro o seu algoz.

⁵³ Magalhães (1996) incluiu, no isolamento desses trabalhadores, também um relativo espaço para se manifestarem por eles mesmos.

⁵⁴ Em diversas ocasiões, os bordéis, boates e bares utilizaram meninas menores de idade, havendo, em certas ocasiões, leilões destas adolescentes. A esse respeito, ver Dimenstein, 2002, Sutton, 1994, e Le Breton, 2002.

Concordo com outros pesquisadores quanto às possibilidades de uma rede de resistência e reciprocidades nas relações que cercam a escravidão por dívida, mesmo que essa se faça através de “falsas relações” (SUTTON, 1994) entre o *gato* e o trabalhador aliciado ou entre dominante e dominado. O termo falsas relações de amizade se dá pelo fato de que os camponeses se aproximam de *gatos* e pistoleiros como estratégia de sobrevivência, viabilizando, assim, ligações efêmeras no período da empreita.

No questão da ausência do sexo feminino na lavoura canavieira e nos desmatamentos, vale salientar que não se dá mais nos mesmos moldes de outrora. Nos dias de hoje, as mulheres estão se tornando cada vez menos presentes nas lavouras da cana, devido a presença a máquinas e a uma maior resistência masculina no que concerne ao corte. O professor Roberto Novaes, por ocasião de uma palestra na Universidade Federal do Piauí, cujo tema era os migrantes da zona canavieira de Ribeirão Preto, informou acerca desse fenômeno nos canaviais naquela região. Além dos bares e boates, o espaço da mulher tem sido a cozinha de famílias ou dos maridos e parentes que para lá migram.

A presença de mulheres é notória nos bares e boates e tem se elevado na região canavieira de Ribeirão Preto. De acordo com Domingos Pereira de Sousa, o *Caladinho*, – apelido que recebeu em São Paulo por se manter quase sempre em silêncio – “... tem muita mulher lá! Muita paulista e mineira”⁵⁵, fato observado pelo trabalhador quando saiu algumas vezes, à noite, com seus companheiros do Maranhão.

O problema, nesse caso, não é a falta de mulheres, mas o pouco salário do trabalhador. O que recebem é pouco para pagar o quarto em que se hospedam mandar dinheiro para a família que ficou no Maranhão, tomar “umas e outras no bar” e gastar com uma mulher que, obviamente, não cobra barato. Por isso, não é difícil entender por que costumam dizer que “mulher lá é difícil!” ou, até mesmo, que elas “não querem maranhenses”.

Apesar da desilusão de uns acerca das mulheres, não é difícil ouvir informações contrárias de outros, como aqueles que constroem novas famílias no lugar que os recebem ou arranjam amantes para aplacar a falta de carinho (quando solteiro) ou de uma companheira (quando casado). Rezende Figueira (2004) cita que seus informantes, camponeses que migraram para o Pará e Mato Grosso, asseveram que, longe de casa, as pessoas se transformam: “podem não apenas ter amantes, mas até passear com elas pelas

⁵⁵ SOUSA, Domingos de. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Timbiras/MA. out. 2002.

ruas” (REZENDE FIGUEIRA, 2004, p. 73) como namoradas, companheiras e até como marido e mulher.

Para Frei Xavier Plassat há outros motivos que, de certa maneira, impelem o trabalhador a se juntar com uma mulher, sendo uma das razões, talvez, o fato de que “... não têm muitos amigos verdadeiros”. Isso permite conjecturar que a proteção seja um dos motivos para que o migrante junte-se com uma mulher que não conhece bem, mas tem suficiente conhecimento da região, aumentando, assim, suas chances de sobrevivência. Nesses termos, torna-se mais fácil compreender por que “às vezes, fazem amizade com a mulher da pensão onde eles moram entre um serviço e outro, e também com as prostitutas” (LE BRETON, 2002, p. 27).

Tal atitude incomoda os moradores antigos que, em certa medida, sentem seu espaço privado no bairro invadido e violado pela presença de um estranho e de uma prostituta que tem seu lugar social bem definido: longe do ambiente familiar. Hipocrisia ou não, o fato é que, para eles, os “invasores” – denominação atribuída aos migrantes que chegam a Guaribas⁵⁶ – são “... gente de maus costumes, violenta e responsável pela desordem existente na cidade” (VETTORASSI, 2006, p. 3).

Nos mesmos termos são tratados aqueles que migram para os estados do Pará e Mato Grosso, cuja maioria dos moradores – principalmente os da periferia para onde se dirigem os migrantes – os tratam como “... perigosos, gente em que não se pode confiar, [tendo em vista serem] ‘mulherengos’, ‘bêbados’ e ‘brigões’” (LE BRETON, 2002, p. 27 – colchetes meu).

A presença de migrantes ou “invasores” (VETTORASSI, 2006) ou “chegantes”, na perspectiva daqueles que já se encontram estabelecidos (REZENDE FIGUEIRA, 2004), interfere decisivamente no cotidiano, como ocorreria no dia-a-dia de qualquer morador de uma cidade que recebe mão-de-obra sazonal em elevadas proporções. No caso paulista, a presença desses trabalhadores, desejada por aqueles que lhes exploram direta e indiretamente a força de trabalho (empresário do setor sucroalcooleiro, hospedaria, cantina, boteco e bordéis, entre outros) e hostilizada por outros (moradores antigos e estabelecidos nos bairros periféricos, para onde se deslocam os trabalhadores em busca de aluguéis mais baratos), que os vêem como intrusos, impele esse grupo mais antigo a

⁵⁶ Localizado a 30 km de Ribeirão Preto, o município serve há vários anos de cidade-dormitório para os migrantes que vão trabalhar no corte de cana na cidade vizinha, tendo em vista que o aluguel é mais em conta. Guaribas têm uma população estimada em 31.085 habitantes, mas no período de safra da cana a população amplia-se consideravelmente, com a chegada dos migrantes (VETTORASSI, 2006).

desenvolverem outros hábitos, outros costumes e outras formas de lidar com valores trazidos pelos que migraram (REZENDE FIGUEIRA, 2004, ESTERCI, 1987, LE BRETON, 2002).

Embora exista tal repulsa aos migrantes, não pode ela ser considerada em termos absolutos. Quem recebe termina, aos poucos, estabelecendo certa dialética com quem chega, sem mencionar que os camponeses migrantes, não repelem da mesma forma os hábitos dos novos vizinhos. Pelo contrário, eles incorporam do outro – daqueles que os tratam como inferiores, invasores e perturbadores da ordem –, em pouco tempo, a sua forma de falar, vestir-se, e até mesmo parte de seu comportamento social.

Tais atitudes talvez façam parte das estratégias para se tornarem menos visíveis ou pouco perceptíveis aos olhos dos moradores antigos⁵⁷ ou mesmo seja apenas vontade de mudar, como se sua estada no novo estado, naquele momento, integrasse um ritual de passagem⁵⁸ cuja experiência o eleva a outro patamar de amadurecimento e de respeito na sua comunidade (ESTERCI, 1994). É indiscutível que quem volta de uma experiência de trabalho árduo fora de seu estado de origem tem muitas coisas para contar e, ao seu redor, sentam parentes, vizinhos e amigos para ouvir suas histórias, transformadas numa espécie de aventura.

Nesse momento, até o sofrimento é visto como provação, resistência e demonstração de masculinidade e bravura de quem narra⁵⁹. Aliás, Benjamin (1996b), em *O narrador*, afirma que: “quem viaja tem muito que contar” e embora ressalte que aquele que fica e conhece bem suas histórias e tradições também pode ser escutado com prazer, é o viajante que parece ter algo a mais para dizer.

⁵⁷ Evitar ser notado, mantendo-se discreto, ou calado, como o fez Domingos Sousa (Caladinho), deixa claro que os camponeses são conscientes dos preconceitos contra eles. Com efeito, compreendem, a seu modo, que na condição de camponeses seus direitos limitam-se àquilo que (re)conhecem como tal, até porque, desde a abolição da escravidão, principalmente nas primeiras duas décadas, “... referências à condição de ex-escravo ou menções à cor de uma pessoa continuavam a causar suspeição ou a desqualificar um indivíduo” (MATTOS, 2005, p. 33). Nos dias de hoje, termos como camponês, analfabeto e pobre, se não causam suspeição, em certos momentos ainda são razão de certos constrangimentos, como pude observar durante esta pesquisa.

⁵⁸ Vale citar aqui uma assertiva de Fanon (2008) acerca da mudança que ocorre com aquele que migra. Embora o autor esteja tratando de negros da ilha de Martinica, pertencente à Argélia, colonizada pela França, suas considerações se assemelham às de Esterci (1994) quando fala de uma espécie de ritual de passagem. “Queremos com isto dizer que os negros que voltam para casa dão a impressão de ter completado um ciclo, de ter adquirido algo que lhes faltava. Eles voltam literalmente cheios de si” (FANON, 2008, p.35). Nos termos de Esterci (1994), os camponeses que migram tem muitas histórias para contar, as quais vão desde o sofrimento às aventuras pelas matas e ruas de cidades desconhecidas.

⁵⁹ Tal constatação obtive durante minhas pesquisas e em diversas ocasiões quando os participantes da pesquisa buscavam dar notoriedade às suas narrativas, lembrando fatos de bravura, companheirismo, solidariedade, inteligência, entre outras. Combinar esses elementos e outros como memória e imaginação, tradição e invenção, história e ficção, para recriar experiências e lembranças, faz parte da narrativa do entrevistado, de acordo com Amado (1995).

Ademais, aos olhos de muitos daqueles que ficaram na roça, aquele que retorna (o migrante) deve trazer novidades, a começar pelo visual, – uso de acessórios como bijuterias, chapéus, óculos de sol, relógios e roupas –, não esquecendo, contudo, os presentes para os familiares que, quase sempre, preferem equipamentos eletroeletrônicos, os quais terminam por endividá-los ainda mais e os obrigam a trabalhar de forma intensificada (ESTERCI, 1994, MARTINS, 1997).

Os jovens são os que mais intensificam a jornada de trabalho (ESTERCI, 1994) e os que melhor incorporam os hábitos urbanos do lugar que os abriga temporariamente. Nos termos de Selma Arruda – uma acadêmica de letras que desenvolveu durante muito tempo um trabalho formativo/sindical com os camponeses junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxias, no Maranhão –, os jovens incorporam o estilo agrobóys, próprio daquele que quer se inserir numa vida urbana usando roupas, bonés, óculos e outros acessórios tidos como modernos, mas não consegue livrar-se facilmente da linguagem e de outros hábitos adquiridos na área rural.

Posso inferir que tal camponês que migra procura assumir outra dimensão de identidade como estratégia de sobrevivência, procurando dar sentido à sua vida no lugar que o recebe pela incorporação de valores simbólicos daquela comunidade. Por outro lado, conforme T. Silva (2004, p. 88), não se pode esquecer que: “... a viagem obriga quem viaja a sentir-se ‘estrangeiro’, posicionando-o, ainda que temporariamente, como o outro”. Estar, assim, na condição de “outro” ou de “estrangeiro”, significa ficar numa posição desprivilegiada perante os moradores mais antigos, mesmo que esses já tenham sido, em grande parte, migrantes também⁶⁰.

Com efeito, estar na condição de estabelecido, morador antigo, ou pioneiro denota certas vantagens, dentre elas a de classificar aqueles que chegam. Segundo T. Silva (2004, p. 82), “deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados”. De emitir noções identitárias depreciativas, entre outras. Não causa, pois, estranhamento, a razão dos valores negativos que recaem sobre os camponeses que migram para o trabalho sazonal, tanto no desmatamento no Estado do Pará, quanto daqueles que se deslocam para o corte de cana de açúcar, em São Paulo. Inegavelmente, como foi citado, os migrantes são quase sempre considerados elementos perigosos.

⁶⁰ Encontram-se, nas narrativas de Martins (1986, 1997), Rezende Figueira (2004) e Esterici (1987, 1994), acerca dos camponeses, termos como “estabelecidos”, “pioneiros” e “moradores antigos”, entre outros, para definir aqueles trabalhadores que migraram já há bastante tempo. Por outro lado, como assevera Magalhães (1996), a história dos camponeses é uma história de migração.

Acerca do termo identidade, vale ressaltar o que Hall (2002) sublinha a respeito desta noção na atualidade, ou como a concebe. Segundo o autor não existe uma identidade “fixa”, “essencial” ou “permanente”:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2002, p. 13).

Por esse ângulo, é possível inferir que o camponês, ao migrar, assume dimensões identitárias outras, mesmo exercendo uma atividade agrícola que se assemelha àquela praticada no lugar de origem. Essa constatação me lembra de uma frase conhecida, atribuída ao filósofo grego Heráclito, segundo a qual, “um homem não toma banho duas vezes no mesmo rio”. É que, ao tomar banho de novo no mesmo rio nem ele nem o rio são mais os mesmos, devido a cada instante que passa.

Vale ressaltar que existem migrações de camponeses que se tornam definitivas. Nessas, de alguma forma, dá-se a busca de um retorno às raízes em que foram forjados (WOORTMANN, 1990, MAGALHÃES, 1996). Porém, tal procura, não pode ser vista como um resgate de algo cristalizado, senão como um fenômeno dinâmico que se constrói, constantemente, no contato com a terra.

Creio, no entanto, que não seja a intenção de Hall (2002) afirmar o desaparecimento completo de uma identidade quando, por razões diversas, emerge outra. De fato, o autor acredita que a identidade é uma “celebração móvel”, formada e transformada continuamente nas relações culturais que a rodeiam e que “... somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente” (HALL, 2002, p. 13).

Não há, assim, uma implosão da identidade camponesa, mas, a meu ver, estratégias identitárias que se movimentam dentro das possibilidades observadas por esses trabalhadores. Posso inferir, com isso, que eles percebem em pouco tempo o terreno onde estão pisando e procuram adequá-lo, se não completamente, pelo menos, em termos “aceitáveis” (REZENDE FIGUEIRA, 2003, 2004), na condição de camponês.

Assumir, então, certos termos, como *peão*, *escravizado por dívida* e *ex-escravo* pode causar pouco ou nenhum constrangimento, a depender do saldo positivo (SILVA, 2004).

Por ocasião do lançamento do livro *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil*, o camponês Cícero Guedes dos Santos⁶¹, natural de Alagoas, falou emocionado sobre sua experiência como submetido ao trabalho escravo. Mas emocionou-se ainda mais ao ver sua narrativa impressa na capa do livro, a qual trazia seu nome seguido pelas denominações: *lavrador* e *ex-escravo*.

É notório que, para Cícero, ser ex-escravo parecia, naquele momento, ser motivo de orgulho, assim como falar para uma platéia de professores universitários, autoridades do governo federal, como o ministro da Secretaria de Direitos Humanos, atores globais e outras figuras famosas de Ongs nacionais e internacionais, presentes no evento, era uma oportunidade única para desabafar e elevar sua imagem de vítima por meio de um discurso comovente e (re)elaborado, que mesclava o que viveu, com o que aprendeu junto às instituições de combate e mediação sobre o fenômeno da escravidão por dívida.

Noutras palavras, a narrativa de Cícero já não mais condizia com o que vivera no cativeiro, pois o vivido e o narrado passaram a ter naturezas distintas, fato compreensível se visto pelo prisma de que para toda narrativa existe uma versão ou um ponto de vista sobre algo (AMADO, 1995), como pelo ângulo dos traumas, das “zonas de sombra” e de “silêncio” (POLLAK, 1989) a que estão sujeitos os indivíduos submetidos a experiências-limites.

Não creio, entretanto, que essa seja a condição do narrador em questão. Acredito, nesse caso, mais num “enquadramento da memória” pelo material teórico fornecido pela história (POLLAK, 1989) acerca do trabalho escravo por dívida a que fora submetido ou, em outros termos, pelas informações que recebeu direta e indiretamente das instituições de mediação, numa convivência que engendrou uma relação de amizade entre o trabalhador e os agentes daquelas, assim como se deu entre esse narrador e os pesquisadores do GPTEC⁶² com quem mantém contato, tendo em vista que agora reside no Estado do Rio de Janeiro.

Não se pode, todavia, descartar que Cícero Santos tenha sido acometido pelas “flutuações” da memória que ocorrem no momento em que ela está sendo articulada e no em que está sendo expressa (POLLAK, 1992), as quais podem ser vistas também como a capacidade que os narradores têm de (re)construir atitudes passadas, mesmo quando não mais coincidem com aquelas vividas por ele (PORTELLI, 1997).

As razões para a (re)elaboração de uma narrativa coerente com o que o pesquisador ou público (no caso de Cícero Santos) deseja ouvir, deve ser considerada, embora

⁶¹ O livro *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia* foi organizado pela professora Gelba Cerqueira, Ricardo Rezende e outros colaboradores.

⁶² Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo, sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do qual também faço parte como pesquisador-colaborador.

o narrador aqui interpretado não se encontre em um momento de entrevista. Com efeito, na relação dialética entre pesquisador e pesquisado, narrador e ouvinte, engana-se aquele que acredita numa posição privilegiada em relação ao outro, uma vez que “a comunicação sempre funciona de ambos os lados. [e] os entrevistados estão sempre, embora talvez discretamente, estudando os entrevistadores que os ‘estudam’” (PORTELLI, 1997, p. 36 – aspas internas do autor e colchetes meu).

CAPÍTULO III

A REGIÃO DOS COCAIS NA CONTEMPORANEIDADE: história, cotidiano e memória de vidas camponesas

*A história das coisas feitas só sobrevive se for narrada,
se o que é dito, for 'bem' dito.*

Hannah Arendt

1. A região dos Cocais

Os limites da área conhecida como região dos Cocais, no Maranhão, estabelecidos pelo IBGE, incluía, até o ano de 1994, os municípios de Presidente Dutra, Dom Pedro, Tuntum, Graça Aranha, São Domingos, Gonçalves Dias, Governador Eugênio Barros, Governador Archer, Santo Antonio dos Lopes, Joselândia, Esperantinópolis, Poção de Pedras, Igarapé Grande, Pedreiras, Lima Campos, São Luis Gonzaga, Lago do Junco, Bacabal, Lago Verde, Olho D'Água das Cunhãs e Vitorino Freire (IBGE, 1984).

A partir de 1994, um acordo entre políticos da base do governador Edison Lobão (1990-1994) e deputados interessados em acomodar cabos eleitorais nas suas respectivas regiões submeteu à Assembléia Legislativa maranhense um projeto de lei que criava outros 81 municípios. A proposta, apesar de ousada e onerosa para os cofres públicos federal e estadual, foi aprovada sem grandes dificuldades e encaminhada ao Congresso Nacional que, sob pressão dos deputados federais maranhenses e dos demais congressistas igualmente interessados em “fortalecer suas bases”, não titubeou para aprovar a iniciativa, que não era somente do Maranhão, mas de vários estados.

Emergiram desse modo, na região dos Cocais, a partir do desmembramento de cidades já consolidadas, os municípios de Bom Lugar, Lago dos Rodrigues, Trizidela do Vale, Bernardo do Mearim, São Roberto, São Raimundo do Doca Bezerra, São José dos

Basílios, Santa Filomena, Senador Alexandre Costa e Governador Luis Rocha⁶³. Em 1996, para consagrar essa emancipação, realizaram-se eleições não mais para 136, mas para 217 municípios maranhenses.

Um ano antes, alegando uma (re)estruturação político-administrativa, a governadora Roseana Sarney (1995-2002) anunciou uma suposta “descentralização da administração”, engendrando novas regiões no mapa político do Maranhão. Tratava-se de uma cópia administrativa do governo do Ceará, cuja meta era enxugar as despesas e ampliar as receitas e, como dera certo lá, a governante maranhense implantou um modelo semelhante, criando, em regiões estratégicas, o que se denominou gerências administrativas, que ficaram sob o comando de gerentes, na verdade um novo nome para os secretários estaduais.

Apesar das mudanças imprimidas pela gestora estadual, algumas regiões preservaram as designações anteriores, sofrendo apenas modificações quanto ao número de municípios, por exclusão ou inclusão, enquanto outras, nem tanto. No que concerne à dos Cocais, outros municípios que, ecologicamente, dela não faziam parte – conforme o IBGE – passaram a ser definidos como tal, ou seja, seis novos municípios fronteiriços daqueles outorgados pelo órgão federal de estatística compuseram a nova região dos Cocais, segundo a administração estadual, como Codó, Timbiras, Coroatá, São Mateus do Maranhão, Alto Alegre do Maranhão e Peritoró⁶⁴, os dois últimos desmembrados de Coroatá. Vale lembrar que Codó também cedeu parte de seu território a outro município, Capinzal do Norte, não incluído em Cocais pelo governo, ficando fora dessa área todos aqueles definidos de acordo com os critérios do IBGE.

Interpretando a questão do ponto de vista ecológico, é uma incoerência desmedida do governo estadual excluir essas unidades territoriais da aludida região. Do ponto de vista histórico, mesmo justificada essa decisão como uma descentralização administrativa, os objetivos da governadora eram, para a grande maioria da população maranhense, obscuros. Na verdade, filha e herdeira política do senador José Sarney, sua atitude parecia mais interessada no aumento da receita financeira e na imagem do governo junto à população – o

⁶³ Os novos municípios foram desmembrados, respectivamente, das seguintes unidades municipais: Bacabal, Lago do Junco, Pedreiras, Igarapé Grande, Esperantinópolis (2 municípios), Presidente Dutra, Tuntum, Governador Eugênio Barros e São Domingos. Para mais informações acerca dos municípios maranhenses, ver www.famem.org.br.

⁶⁴ A Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do atual governo do Maranhão, assumido, em janeiro de 2007, por Jackson Lago, manteve a distribuição político-administrativa da região feita desde meados da década de 1990, apesar de não haverem mais gerentes a partir da administração de José Reinaldo (2003-2006). De fato, depois do rompimento de José Reinaldo com o grupo Sarney, os gerentes diminuíram e voltaram a receber o nome de secretários. Vale porém lembrar que faço uso, principalmente, da área definida pelo IBGE, que se baseia nos aspectos ecológicos, não obstante, em certos momentos, a narrativa também abranja a área estabelecida pelo estado (MARANHÃO, 2006).

qual tinha como lema o bordão “Novo Tempo” – do que com os benefícios que poderiam, para os maranhenses, advir dessa reforma.

Em relação aos critérios do IBGE, minha interpretação é que essa instituição usa normas bastante herméticas na sua avaliação, quando não inclui os municípios que o estado definiu como região dos Cocais, já que lhes são fronteiriços e possuem, senão todas, diversas características ecológicas semelhantes a dos tidos como tal, dentre as quais elevados cinturões verdes formados por inúmeras palmeiras de babaçu.

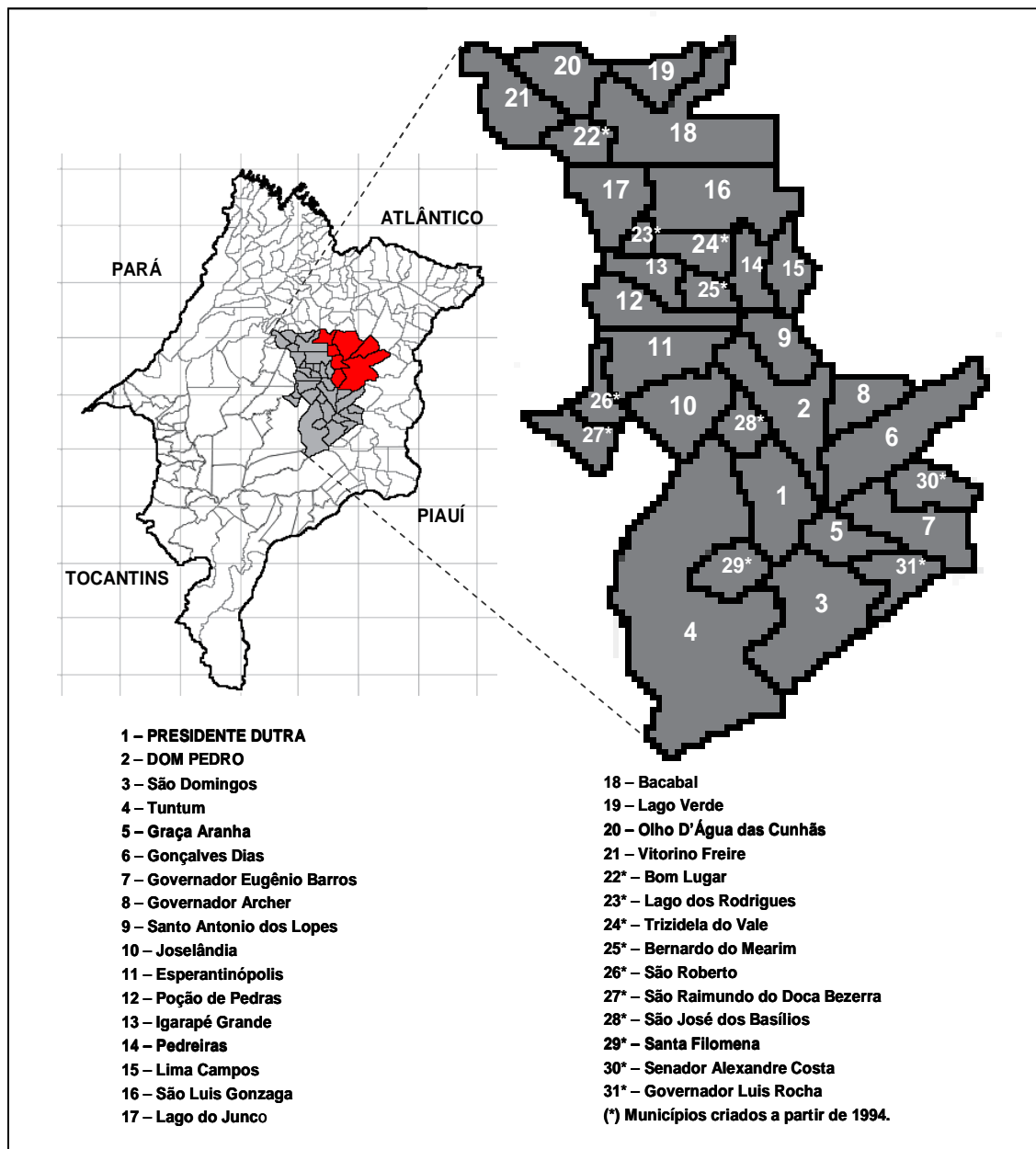


Figura 1: Mapa do Maranhão, com destaque para região dos Cocais, definida pelo IBGE (1984), incluindo os municípios criados a partir de 1994.

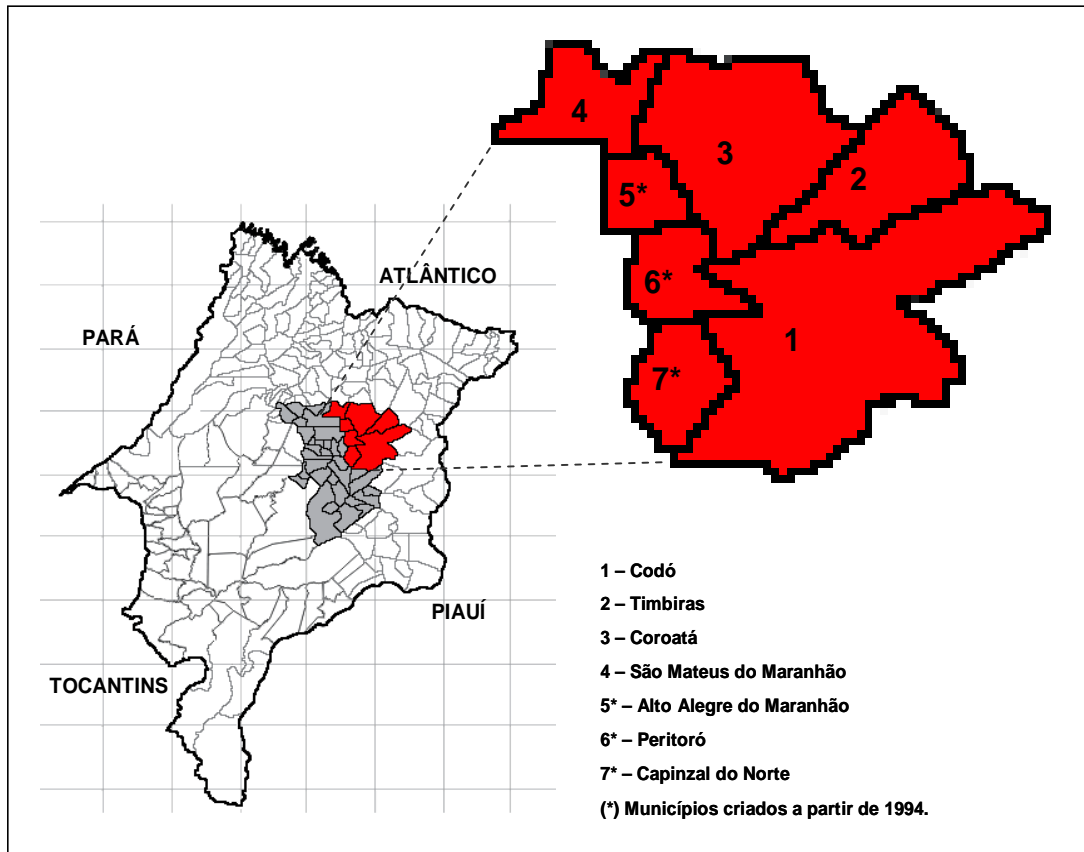


Figura 2: Mapa do Maranhão, com destaque para região dos Cocais, conforme definição do governo do Estado do Maranhão, incluindo três novos municípios.

Apesar da divergência com o IBGE, a região dos Cocais, definida pelo governo de Roseana Sarney, incorporou municípios onde ainda existem babaçuais com grande, média ou pequena importância, tanto como vegetação, quanto como fonte de renda para a economia camponesa – cujo modelo produtivo predominante de aproveitamento da amêndoa ainda depende do extrativismo assentado no trabalho familiar. É oportuno lembrar que o interesse desse governo era estritamente político-administrativo ou, noutros termos, puramente econômico, não havendo, naquele momento, nenhum objetivo manifesto da administração de investir no setor extrativista.

Com efeito, no último decênio do século XX os interesses desse governo estadual e dos camponeses eram notoriamente antagônicos, como parece ter sido ao longo da história do campesinato maranhense. Para o primeiro, o extrativismo não atenderia, nem na mais remota hipótese, às necessidades econômicas do estado nem seria a salvação de sua economia – mesmo com experiências interessantes, como a das quebradeiras de coco de Lago do Junco, que começaram, a partir de 1990, a exportar, para outros estados e para fora do país, produtos extraídos da amêndoa (sabonetes e óleos para a pele). Isso sem mencionar o uso do

endocarpo na produção de carvão e na confecção de produtos artesanais, como brincos, pingentes e outros ornamentos – vendidos em feiras, eventos dos movimentos sociais e universidades, entre outros – que, junto com o carvão, representam mais um complemento na renda das exportações desses camponeses.

Como se costuma dizer entre os camponeses que “do coco babaçu tudo se aproveita”, o mesocarpo não poderia ficar de fora. Utilizado como alimento alternativo para combater a desnutrição infantil, tem venda garantida na Pastoral da Criança, que o utiliza na composição de uma espécie de farinha já conhecida pelas camadas carentes do campo e da cidade: a multimistura⁶⁵.

Para o segundo grupo, a coleta de babaçu sempre esteve ligada ao seu cotidiano com relativa ou grande importância. Na verdade, integrar, há séculos, tanto a complementaridade da renda familiar, quanto a alimentação dos camponeses, de sorte que a preocupação com o desempenho do preço da amêndoa no mercado parece não se manifestar para os camponeses da mesma forma que para o comerciante. Com efeito, a coleta de coco babaçu pelas mulheres e crianças não se dá com o objetivo específico de vender a amêndoa ao dono do comércio local, uma vez que o seu processamento artesanal para extração de azeite ou do leite para o consumo da família na alimentação é também um de seus objetivos⁶⁶. Em alguns momentos, o camponês faz uso do excedente do azeite, doando-o aos vizinhos e amigos, ou o vendendo no próprio povoado ou na cidade.

De fato, observa-se que a fabricação de azeite se eleva quando os preços são desfavoráveis, mesmo depois da chamada fase de “autoconsumo” ocorrida no primeiro decênio do século XX (AMARAL FILHO, 1990), não podendo tal fase ser classificada somente como tal, já que hodiernamente se manifestam atitudes semelhantes. Minha interpretação, a esse respeito, é que a atitude dos camponeses tem duas finalidades.

A primeira é forçar um aumento dos preços da amêndoa mostrando desinteresse por ela, já que, de certo modo, a industrialização do produto depende deles. A segunda está ligada à economia doméstica, pois a fabricação artesanal do azeite diminui o consumo de óleo de soja adquirido do comerciante local que, em muitos casos, o mantém

⁶⁵ O coco babaçu subdivide-se em três camadas: uma externa, fibrosa (epicarpo), uma intermediária fibrosa amilácea (mesocarpo) e uma interna lenhosa (endocarpo), onde estão localizadas as amêndoas (AMARAL FILHO, 1990). Entrementes, existem autores que preferem afirmar que o coco possui epicarpo, mesocarpo, endocarpo e amêndoa (TEIXEIRA, 2002, SILVA, 2008,).

⁶⁶ Amaral Filho (1990) define a fase em que os camponeses dão mais importância ao processamento da amêndoa para extração de leite e óleo, para consumo familiar, de “autoconsumo”, explicando que, nesse momento (início do século XX), ainda não haviam despertado para o seu valor econômico, mas somente para o “valor-de-uso”, que era elevado. O pesquisador define, ainda, nos seus estudos acerca do babaçu, três fases: a primeira de “autoconsumo do babaçu”, a segunda de “capital comercial”, e a terceira, de “capital industrial”.

submetido a alguma dívida, sem dizer que, como já citado, o azeite excedente torna-se uma fonte de renda complementar nesses momentos em que vender a amêndoa não é um bom negócio. É notório, assim, o antagonismo entre os interesses do governo do estado e dos camponeses, sendo inegável que, dentro da administração da máquina estatal e da iniciativa privada sempre existiram, e existem, aqueles que viam e vêem o extrativismo como um atraso para o Maranhão.

Na verdade, esse é um fenômeno que já atravessou vários decênios na história dessa unidade federativa e que vem sendo sempre reforçado – como citei, no segundo capítulo – por aqueles que acreditam no “progresso” e na “modernização” do estado apenas pela via da industrialização. Por exemplo, em meados do século XX, o presidente da Associação Comercial do Maranhão (ACM), Arnaldo de Jesus Ferreira⁶⁷, asseverava que a atividade produtiva da coleta de babaçu não passava de “uma espécie de indústria doméstica” que, exercida por mulheres⁶⁸ e crianças premidas pela necessidade, não tinha um aproveitamento adequado nem tampouco perspectiva de futuro, dadas as variações de preços do produto, que estimulavam ou desestimulavam sua coleta (ALMEIDA, 1995), prejudicando o ciclo produtivo, que não se tornava perene, como pretendiam aqueles que exploram os camponeses, cuja renda se complementa com a venda da amêndoa.

Com efeito, aqueles que acreditam no progresso apenas pelo caminho da industrialização urbana, como o presidente da ACM, viam, na década de 1950, na coleta de coco babaçu apenas um trabalho de pessoas radicadas ao solo, mas afeitos ao “nomadismo” e à “vida errante”, e postulavam outra saída econômica para o estado, a que passava pela modernização (ALMEIDA, 1995). Modernizar era, naquele momento, sinônimo de industrializar, principalmente o setor urbano, com o que havia de mais atual no mercado e, em seguida, o rural, o que foi praticado a partir da década de 1960, através de uma “modernização autoritária” (ALMEIDA, 1995), voltada prioritariamente para a pecuária e para os grandes projetos econômicos. Os camponeses, mais uma vez, ficaram excluídos dos chamados planos governamentais de desenvolvimento.

Do discurso do presidente da ACM, Arnaldo Ferreira, também compartilhavam – ou foram eles os idealizadores – os técnicos do Conselho Nacional de Economia, que viam nos ocupantes dos babaçuais daquela década apenas “gente miserável” e “semi-faminta”, em

⁶⁷ Arnaldo de Jesus Ferreira foi o 37º presidente da ACM e comandou a instituição de janeiro de 1946 a outubro de 1958. Mais informações acerca da Associação Comercial do Maranhão, ver www.acm-ma.com.br.

⁶⁸ A professora Dalva Almeida, da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, ao ler este capítulo, informou que no município de Codó existem homens que quebram coco como atividade principal de trabalho. De fato, tinha conhecimento de que homens também quebravam coco para extrair a amêndoa, mas não era uma atividade principal e tampouco rotineira.

permanente nomadismo (ALMEIDA, 1995, p. 22). Essa atitude, segundo o autor, ocorria pela falta de tratamento científico adequado para compreender que os camponeses “não viviam num estado primitivo entregues à vida nômade” como acreditavam e acreditam aqueles que, para defender os próprios projetos políticos, se baseiam apenas nas concepções desqualificadoras desses grupos.

Apesar da visão pessimista dos industriais acerca da coleta de babaçu e da alegada pouca produtividade e rentabilidade da atividade, o acesso dos camponeses aos babaçuais foi, com o passar dos anos, se tornando mais e mais difícil, tanto que, a partir das décadas de 1970 e 1980, a devastação de vastas áreas de palmeiras para abertura de pastos para gado ocorria em elevadas proporções, mesmo com leis que desestimulavam tal ação predatória⁶⁹. Por seu turno, a grilagem e o conseqüente aprisionamento dos babaçuais tornou quase impossível o acesso dos camponeses a esse complemento da renda familiar, sendo fato que a estrutura fundiária já apontava, desde as décadas de 1950 e 1960, que embora nativo e disperso em terras públicas e privadas, os proprietários, os pretensos proprietários e os grileiros limitavam o direito da coleta de babaçu pelos camponeses (ALMEIDA, 1995).

A atitude não era, porém, despropositada. Havia, nesse momento, no Maranhão, uma forte industrialização do produto com vistas à exportação para o mercado externo e nacional (AMARAL FILHO, 1990), não interessando a proprietários e industriais do babaçu que o acesso a ele fosse livre aos camponeses. Entrementes, aqueles que permitiam a coleta exigiam exclusividade na venda da amêndoa de babaçu, condição que prendia os trabalhadores a dívidas sempre crescentes, contraídas nas “bodegas” do dono ou suposto dono da terra, tendo em vista que o preço da amêndoa era quase sempre muito baixo, enquanto os valores dos gêneros alimentícios, no período de entressafra, tornavam-se bastante elevados (SANTOS, 1981, ALMEIDA, 1995).

Não bastasse isso, os proprietários ou pseudoproprietários reclamavam ainda obrigações que se equivaliam àsquelas de foreiros e agregados. Para Almeida (1995, p. 25 – grifo do autor), “são condições aproximadas daquela dos moradores”, o que, de forma mais clara, significa “estar sempre à disposição do proprietário, [obrigando-se] a trabalhar para ele e nas condições impostas por ele” (SIGAUD, 1979, p. 125 – colchetes meu).

⁶⁹ Decreto Estadual-MA n° 3252, de 12/12/1973; Lei Estadual-MA n° 155, de 11/01/1980; Lei Estadual-MA n° 4734 de 18/06/1986; Lei Federal n° 4.771, de 15/09/1965. Vale ressaltar que ao mesmo tempo em que essas leis, em tese, deveriam preservar os babaçuais, eram editados, pelo governo do estado, decretos que permitiam o desmatamento de milhares de hectares para implantação de projetos como celulose e cana-de-açúcar na área de Caxias, num total de 65.000 hectares de babaçuais (MAY, 1990, p. 180).

Por volta da década de 1980, para se opor aos excessos dos proprietários ou supostos proprietários acerca das condições estabelecidas na coleta e venda da amêndoa de babaçu, lembro que os camponeses saíam durante a madrugada com sacos da amêndoa de babaçu nas costas ou em animais de carga em direção à BR-316, para conseguir transporte e chegar até a cidade de Caxias, onde poderiam alcançar um preço melhor na venda do produto. Presume-se que tal prática já ocorria em décadas anteriores nos povoados São José, Riachão, Alegre e na fazenda Estrela⁷⁰, todos localizados no município de Caxias,

Essa forma de resistência dos camponeses nem sempre ficava oculta aos proprietários da terra. Devido ao pequeno número de compradores de coco na cidade e do restrito número de vendedores – já que a venda era feita quase sempre pelo proprietário ou por um de seus empregados –, qualquer outro vendedor estranho aos comerciantes da cidade já despertava suspeitas quanto à procedência do produto e que fatalmente resultava em perguntas aparentemente desinteressadas, como “Você é proprietário? Onde ficam suas terras? Você tem carro ou veio no que faz linha até a cidade? De quem era o carro?”

Percebendo ou não a insegurança do camponês nas respostas, no momento da venda, o comerciante procurava relatar o fato aos proprietários rurais da região, com o intuito de descobrir o infrator. Os patrões, como era de se esperar, não demoravam a identificar os autores, pois se ligavam uns aos outros numa rede de interesses em torno do monopólio do comércio de babaçu. Quanto aos camponeses, aqueles que ousavam resistir à exploração, se tivessem algum prestígio com o proprietário, poderiam receber apenas uma admoestação, do contrário seriam expulsos das terras por “justa causa”⁷¹.

O medo de retaliação pelos proprietários age então como barreira que impede a que outros camponeses empreendam atitudes de resistência semelhantes. Aliás, Esterici (2001) sublinha que os camponeses tem, no Brasil, suas histórias de vida quase sempre atreladas a situações de sujeição por dívidas contraídas a um comerciante ou proprietário de terra que lhe fornece mantimentos, ferramenta e, às vezes, até mesmo dinheiro, como já observou Santos (1981).

⁷⁰ Esta fazenda, que pertenceu, até meados da década de 1970, ao pivô da “Greve de 1951” (COSTA, 2004), o ex-governador do Maranhão Eugênio Barros (1951-1954) não restringia a coleta de babaçu pelos camponeses em suas terras. Já os proprietários seguintes não só cercaram totalmente a propriedade, como também limitaram o acesso dos camponeses aos açudes, às terras e ao babaçu. No último decênio do século XX, outro proprietário, na época prefeito de Caxias, manteve todas as proibições anteriores e ainda ordenou a matança de animais dos camponeses que lhes adentrassem as terras.

⁷¹ “Nessa região, se o homem é corajoso, valente e não tem medo do proprietário, ele é expulso da terra, porque é ‘perigoso’. Se ele obedece sempre às ordens do patrão e toma uma atitude de não trabalhar mais de graça para ele, é ‘preguiçoso’. De um jeito ou de outro vão expulsos. Não tem saída” (relato de Valdir dos Santos, por ocasião de uma aula no Programa de Qualificação de Docentes – PQD, da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, em Presidente Dutra, julho de 2008).

Nesse último caso junta-se à dívida material uma dívida moral, tendo em vista que quem empresta confere confiança ao devedor que, por sua vez, deve pagar, além da dívida financeira, a de gratidão para que não se torne devedor do benefício recebido pelo resto da vida⁷². Vale lembrar que, embora Woortmann (1990) assinale que na Amazônia convive-se, tanto com concepções morais (relativas ao valor-de-uso da terra), quanto com utilitaristas mercantis, a dívida de gratidão que o camponês adquire com o proprietário, comerciante ou outro camponês tem suas raízes fincadas na moralidade construída a partir de seu vínculo com a terra, o que requer, em certas circunstâncias, retribuição pela graça recebida.

Tal argumentação não visa estabelecer que o camponês não observa a desigualdade da relação que o envolve ou que não imponha, em certas circunstâncias, de forma sutil ou não, medidas para saldar a dívida. Assim, não levar em conta esses elementos é desconhecer que camponeses, como as demais categorias, têm engendrado, a partir de suas “experiências”⁷³ (THOMPSON, 1981) cotidianas – as quais envolvem os aspectos econômico, social, cultural e religioso, entre outros que lhes perpassam as vidas ao longo de sua história – uma ordem moral própria. Nesse sentido, é a partir dessas vivências que os camponeses elaboram, no meio rural, sua compreensão sobre questões que englobam “reciprocidade” e “hierarquia” (WOORTMANN, 1990).

Talvez seja mais acertado dizer que as razões que prendem um camponês a um proprietário ou à terra onde vive são diversas e permeadas por elementos semânticos tais quais os que envolvem o termo camponês (MOURA, 1986, MAGALHÃES, 1996). Não posso afirmar, desse modo, que a gratidão ao dono ou ao suposto proprietário da terra seja a de maior peso para que ocorra o impedimento do camponês de deixar a propriedade, ou que a dívida seja a responsável total por seu aprisionamento – apesar de todo peso que tem hoje nas concepções do que seja escravidão contemporânea. Creio que esses fatores se somam a outros, como necessidade, pobreza e dependência econômica, encontrados por Forman (1979).

É oportuno salientar que os elementos encontrados pelo referido autor não são os únicos, tendo em vista que podem existir outros ainda não ressaltados. Apesar disso, a interpretação de Forman (1979) fornece subsídios interessantes acerca do período colonial ao

⁷² Embora existam outros autores que interpretam o ato de dar e receber, optei pela interpretação da professora Ângela de Castro Gomes acerca do ato de dar e receber entre os trabalhadores e o governo de Getúlio Vargas, ou mais especificamente, entre o operário e Vargas, durante seu governo nos anos de 1940-45, quando o presidente assimilava, no termos de Gomes (2005), muito bem a quarta lei de Hobbes que dizia: “a gratidão depende sempre da graça que a antecede”.

⁷³ Conforme Thompson (1981), pelo fenômeno da “experiência” homens e mulheres definem e redefinem suas práticas e pensamentos, sendo ela vivida, pensada e sentida pelos sujeitos.

enfatizar que a pobreza e a dependência econômica limitavam a liberdade do camponês, mesmo sem restrições legais que o privasse de ir e vir.

Interpreto que os fatores citados por Forman (1979) como a pobreza e a dependência econômica, ainda hoje interferem demasiadamente na condição de vida dos camponeses. Arendt (2001) ressalta que a necessidade interferia desde a antiguidade na vida dos gregos pobres que, levados por ela, submetiam-se ao trabalho manual, atividade considerada degradante para um cidadão grego, independentemente de sua condição, tendo em vista que, ao realizá-las se transformava ele naquilo que o escravo era somente pela força: um escravo da necessidade (ARENDR, 2001). Em se tratando de necessidade, pobreza e dependência econômica, o conteúdo pode mudar, mas acredito que a perspectiva permanece a mesma.

Vale lembrar que entre o camponês e o proprietário existem ainda relações de solidariedade e reciprocidade, mesmo que Forman (1979) destaque com maior ênfase a hierarquia, fenômeno também analisado por Woortmann (1990), em moldes semelhantes. De fato, conforme Forman, (1979, p. 115), na colônia, “de um modo geral, os camponeses respeitam e admiram os patrões tradicionais, cujas posições no sistema social são tão elevadas que só podem ser vistas com admiração”.

Visto nesses termos, tal fato poderia levar à crença de que existe, nas relações, apenas uma via de mão única, e que o camponês não consegue nenhum tipo de vantagem com o proprietário, o que, é claro, não procede. Porém, por vezes, mesmo o pesquisador mais experiente não percebe as relações veladas de solidariedade e reciprocidade que tornam “aceitáveis” certos níveis de exploração (REZENDE FIGUEIRA, 2003, 2004), sendo possível considerar que o trabalhador, ao não reconhecer mais nenhum benefício em sua permanência naquela terra, migre, sem muitos problemas, para outra região do estado ou mesmo para outra unidade federativa, em busca de sua sobrevivência e reprodução familiar.

É inegável que admiração, respeito, medo e hierarquia, entre outras experiências, fazem parte das relações históricas entre dominante e dominado. Nenhum dos lados está completamente seguro, mesmo aquele considerado, em certas circunstâncias, o mais forte ou a parte dominante (CUCHE, 2002). Ora, o Conselho Nacional de Economia, alertava, já na década de 1950, no Maranhão, para o “Clima de Balaiada” (ALMEIDA, 1995), dada a elevada concentração fundiária que ocorria no estado, a qual podia suscitar graves conflitos, como o que se iniciara em 1838, quando camponeses e escravos, premidos pela

necessidade e pelos excessos da lei dos prefeitos, travaram umas das mais sangrentas guerras já ocorrida no Maranhão, a Balaiada.⁷⁴

O medo que uma guerra daquela proporção voltasse a ocorrer no estado se explicava pelos excessos cometidos contra os camponeses. Na região dos Cocais, entre outras, o “Clima de Balaiada” era patente, dada a violenta disputa pela posse da terra. Ao analisar a situação dessa região quatro décadas após o acirramento desses conflitos, a partir da segunda metade do século XX, referindo-se exclusivamente aos babaçuais, Almeida assinala que “nestes quarenta anos o acesso aos babaçuais foi sendo mais e mais limitado, quando não eles próprios foram sendo devastados e substituídos por pastagem artificiais” (ALMEIDA, 1995, pp. 25-6).

A limitação do acesso aos babaçuais e sua paulatina destruição significava a ampliação das restrições do direito à terra pelos posseiros. O arame havia cercado em pouco tempo a terra e os babaçuais, ambos vistos pelos camponeses como um bem comum, dado por Deus aos homens. Tornaram-no, assim, num produto privado, que contrariava a memória camponesa, segundo a qual a “terra era livre”, o “coco era liberto” e o direito à sua coleta permitido, mesmo em áreas privadas.

A terceira fase de que trata Amaral Filho (1990), a da industrialização, havia despertado ainda mais a ganância dos supostos proprietários, que intensificaram o controle que já vinha ocorrendo sobre o babaçu desde 1960, tendo em vista o potencial da planta oleaginosa. De liberto a cativo, em tão pouco tempo, apesar da resistência das quebradeiras de coco, a partir do final da década de 1980 e início dos anos de 1990 a imagem que prevaleceu na memória camponesa foi a do “coco preso” (ALMEIDA, 1995).

O nível de concentração fundiária, no Maranhão, nas três últimas décadas do século XX, guarda sempre importantes detalhes, que precisam ser revelados. Para se ter uma idéia de suas proporções, no intervalo de cinco anos, entre 1975 e 1980, mais 44.815 camponeses deixaram de ser ocupantes nesse estado (posseiros, conforme o IBGE). De acordo com dados do IBGE, existiam, em 1975, no Maranhão, 228.859 ocupantes. No ano de 1980 esse número caiu para 184.044, com a redução da área cultivada de 1.116.956 hectares para 1.026.987, respectivamente (IBGE, 1984, ALMEIDA, 1995).

⁷⁴ Balaiada é como a historiografia consagrou o movimento revolucionário de maioria camponesa, que durou de 1838 a 1841, no Maranhão. Embora não seja perceptível para alguns, o termo tem elevada carga pejorativa, pois o objetivo daqueles que representavam o Império era nivelar por baixo os envolvidos na luta contra as opressões da província, alegando que um de seus líderes não passava de um fabricante de balaios que comandava pobres “maltrapilhos”. O termo “balaios” tinha a intenção de diminuir moralmente os oponentes das tropas de Luis Alves de Lima e contrapor-se à denominação dos combatentes, cujos descendentes ainda lembram como a “Guerra dos Bem-te-vis” (ASSUNÇÃO, 2008).

Em 1985, de acordo com dados do Plano Regional de Reforma Agrária, registraram-se mais de cem conflitos de terras, que envolviam mais de 15.000 lavradores, numa área estimada em mais de dois milhões de hectares (ALMEIDA, 1995). Ressalte-se que, nos anos anteriores, conforme citado no segundo capítulo, o número de conflitos já era elevado e, entre os anos de 1981 e 1982, envolvia mais de 11 mil trabalhadores (ALMEIDA, 1982).

Apesar da violência, a resistência à expropriação sempre existiu e envolveu ações de força. Desde a década de 1950 que, no Maranhão, os camponeses já se organizavam em associações, sendo que em 1956 foi criada a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM), que tinha como um de seus objetivos proteger os camponeses e impedir as invasões de suas roças pelo gado (ALMEIDA, 1995).

A criação da ATAM reflete, além da resistência, o momento tenso entre camponeses e fazendeiros e as agitações que ocorriam no campo, em quase todo Brasil, por falta de reforma agrária. As Ligas Camponesas, iniciadas na mesma década, em Pernambuco, fazem parte dessa resistência ao latifúndio, de sorte que a luta para permanecerem camponeses naquele estado levou os trabalhadores a fundar, com o apoio do PCB, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)⁷⁵, que rapidamente se expandiu para outros estados da região Nordeste, entre eles o Maranhão.

As décadas que sucederam a de 1950 trouxeram, além dos conflitos, formas de organização mais eficientes. A penetração dos camponeses nos sindicatos de trabalhadores rurais – tidos como pelegos – e a criação de associações reforçaram, paulatinamente, as suas lutas. Entre 1988 e 1989 houve um boom de associações camponesas, muitas criadas pelos próprios trabalhadores e outras fundadas por políticos interessados em usá-las para adquirir votos e recursos.

Nesse período, o apoio da Igreja Católica foi decisivo para a criação de cooperativas e outras associações de assistência técnica aos camponeses. Entre outras, a Diocese de Bacabal, visando manter os trabalhadores assentados nas terras conquistadas, fomentou, em parceria com eles, a criação da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), com base na região do Mearim (ALMEIDA, 1995).

O trabalho da ASSEMA fortaleceu significativamente o trabalho dos camponeses, principalmente no concernente às cooperativas. Em 1993, existiam quatro Cooperativas Agroextrativistas (Lago do Junco, Esperantinópolis, São Luís Gonzaga e Lima

⁷⁵ Conferir artigo de SILVA FILHO e BANJA (2006), acerca das Ligas Camponesas em Pernambuco.

Campos), assistidas diretamente por essa entidade, o que reforçou a luta em prol dos babaçuais, rivalizando decisivamente com aqueles que mantinham o coco preso (ALMEIDA, 1995).

Nesse período, emergem com relativa força as associações de quebradeiras de coco babaçu na região do Mearim. Motivadas pela ASSEMA e pelos encontros entre quebradeiras de coco babaçu de outros estados (PI, PA e TO), essas associações ganharam peso e destaque no Maranhão e no Brasil⁷⁶. Almeida (1995) destaca que, de 12 a 14 de outubro de 1993, por ocasião do II Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, foi realizado também o I Encontro Interestadual das Crianças envolvidas na coleta e extração da amêndoa, ocasião em que se reuniram 214 delegadas com direito a voto e 104 crianças. Esse, um fato que merece destaque, tendo em vista que nas atividades masculinas da roça, as quais sempre envolvem as crianças, essas nunca são contempladas da mesma forma que as quebradeiras de coco babaçu, que as valorizaram, dedicando discussões exclusivas acerca do trabalho desses menores.

O trabalho associativo, formativo e produtivo das quebradeiras de coco babaçu da região do Mearim – ressaltando que a área de produção é a que funde e se confunde com a região dos Cocais – continua avançando. A luta pelo babaçu livre ainda é uma de suas metas, assim como a fabricação e comercialização de produtos naturais. De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior, a Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais de Lago do Junco exportou, de janeiro a dezembro de 1995, cerca de 38.304 dólares ou 21 toneladas de seus produtos (ALMEIDA, 1995). Isso demonstra que, apesar das dificuldades encontradas no seu trabalho com a terra, como exposto até agora, os camponeses têm engendrado alternativas para se manterem como tal, mesmo que isso os faça produzir para um mercado e uma clientela que, em certa medida, desconhece suas experiências de vida.

É notório que as estratégias camponesas colocam sempre em discussão os nossos valores e preconceitos acerca da vida no campo. Com efeito, onde se vê somente pobreza e miséria, é preciso observar novamente as fontes, para que se torne possível compreender que o trabalho na roça e a vida no campo não são, como muitos crêem, sinônimos de pobreza – no sentido literal da palavra.

Nesse sentido, ainda que Assunção (2008) esteja se reportando ao período da Guerra dos Bem-te-vis – expressão que o pesquisador cunhou dos seus narradores, que assim

⁷⁶ As quebradeiras de coco babaçu da Associação de Lago do Junco, no Maranhão, foram protagonistas, em 13 de março de 2005, de um Globo Rural dedicado especialmente à atividade extrativista. Nessa oportunidade, exibiram-se imagens da coleta artesanal dos frutos, feita principalmente pelas mulheres e crianças, e da produção de sabonetes e óleos, exportados, principalmente, para os Estados Unidos.

denominam a Balaiada (1838-1841) – vale citar a crítica que o autor faz a Maria Januária Santos, a respeito do livro *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. De acordo com Assunção, essa autora, apesar do valor extraordinário de sua obra, precisaria realizar uma leitura mais crítica das fontes para não identificar a “... economia de subsistência, baseada na caça, pesca e pouca roça, como ‘ócio’, e a vida em casa de palha, como ‘miséria’” (ASSUNÇÃO, 2008, p. 35 – aspas do autor).

Atentar para as entrelinhas existentes nas experiências históricas e interpretá-las à luz de metodologias históricas contemporâneas e recentes parece ser o caminho mais obvio. Ademais, considero que todo historiador deveria seguir o conselho de Benjamin (1996b): “... escovar a história a contrapelo”. Ou seja, fazer a pesquisa com um olhar atento para não reduzir a leitura aos aspectos mais evidentes dos fenômenos que envolvem as condições de vida dos participantes da pesquisa. Creio que, agindo desta forma, é possível contemplar também as considerações de Thompson (2002) quando alerta para o perigo que o pesquisador corre ao transformar sua pesquisa numa “visão espasmódica”.

Nos termos de Thompson (2002), a “visão espasmódica” consiste na análise reducionista de determinado fenômeno. O autor afirma ter isso acometido até mesmo os historiadores ingleses que julgavam ter interpretado de forma correta os motins na Inglaterra do século XVIII como sendo fenômenos motivados apenas pela fome, postura que esse historiador considera errada e recusa-se a aceitar, pois acredita que a “história social” não pode se manter na retaguarda da “história econômica”, incorrendo num reducionismo econômico crasso que oblitera as complexidades das motivações, comportamentos e funções.

Até o momento, espero ter evitado cair nessa armadilha metodológica, pois o que pretendo é construir uma interpretação histórica próxima das experiências vividas pelos camponeses, cujas narrativas possam ser vistas como uma espécie de painel histórico. O passo seguinte, a partir daqui, é adentrar de forma mais específica a interpretação dos contextos relativos aos municípios de Presidente Dutra – com extensão a São José dos Basílios, desmembrado em 1994 – e Dom Pedro. Vale recordar que, como já informado, em alguns momentos, farão parte dessa discussão histórica outros municípios próximos, dos quais estou tratando nesta pesquisa, que é a região dos Cocais maranhense.

2. Presidente Dutra e Dom Pedro: das terras livres à luta dos camponeses para permanecerem livres

As chamadas terras livres do Maranhão já eram procuradas por migrantes nordestinos desde o século XIX. A seca que assolou o Ceará, o Piauí e províncias vizinhas, nos anos de 1877 a 1879, levou milhares de camponeses a deixarem suas posses e se dirigirem para a região mais ao norte do Império do Brasil, o Maranhão, muitos deles se estabelecendo em Caxias e arredores, enquanto outros se dirigiram mais para o interior dessa província, onde as terras, na época, se mantinham quase intocadas pela ação camponesa, tendo em vista que os indígenas resistiam como podiam às ações expropriatórias dos criadores de gado, que para aí se dirigiam em busca de melhores pastagens (CABRAL, 1992).

De acordo com a historiografia, dos dois primeiros decênios do século XX em diante, já era possível encontrar diversos núcleos camponeses nas chamadas áreas de terras livres do Maranhão (ALMEIDA e MORÃO, 1976), inclusive na região central, hoje denominada de região dos Cocais.

Diz a narrativa oral acerca dessa região, – que passou a fazer parte das assertivas do IBGE – que a origem de Presidente Dutra está assentada nos trabalhos curativos do senhor Abel Martins, um camponês – presume-se, dada a conjuntura social da época – que dominava as técnicas africanas e indígenas de cura através de ervas e que na falta de médicos, tornou-se conhecido na região.

Esse trabalho de cura aos camponeses que o procuravam rendeu-lhe o nome de “Curador”, sendo possível que a eficiência das ervas tenha feito com que permanecessem, ao seu redor, aqueles que vinham em busca de restabelecimento da saúde, formando, a partir daí, um núcleo populacional que recebeu o mesmo nome.

Quando seu Francisco Edson Pinheiro⁷⁷ (foto 1) se dirigiu do Piauí para a região central do Maranhão, em 1979, a seca já não era mais o principal inimigo dos camponeses daquele estado, do Ceará ou dos demais do Nordeste. O maior adversário naquele momento encontrava-se nos conflitos pela posse e permanência na terra.

Tal fenômeno emergia como um dos mais graves, senão o mais urgente dos problemas agrários a serem enfrentados pelos camponeses e pelos governos estadual e federal. Ressalte-se que, desde a implantação do regime ditatorial, em 1964, o governo central militarizou a questão agrária, transformando-a em “caso de polícia” (MARTINS, 1985), cujo

⁷⁷ PINHEIRO, Francisco Edson Alves. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Presidente Dutra. jan. 2004 e fev. 2008.

desfecho mais comum dos conflitos entre camponeses e proprietários, em quase todo o país, era o êxodo forçado por circunstâncias diversas (fome, perseguições, entre outras), ou a expulsão violenta das famílias camponesas⁷⁸.



Foto 1: Seu Francisco Edson Pinheiro. Autor: J. C. Aragão Silva, 2004.

Na chegada de Seu Edson, o povoado Curador também já não tinha a mesma denominação e a fama de cura e tampouco o nome envolvido em boatos que, na década de 1920, davam conta de que esse ficava próximo ao lugar Matta, no município de Codó, cuja área estaria impregnada de “idéias socialistas” (MARTINS, 1993). Curador havia se desmembrado do município de Barra do Corda desde 1944, quando passou a chamar-se Presidente Dutra, numa homenagem ao marechal Eurico Gaspar Dutra, restando do antigo nome apenas aquilo que permaneceu na memória das pessoas que ali viviam: as histórias do povo.

Entrementes, a visão de região próspera foi a primeira imagem que chegou aos olhos de Seu Edson – nome pelo qual é conhecido e prefere ser denominado. Acostumado com a lida na roça, enxergava naquele município a possibilidade, com seu trabalho na lavoura, de mudar de vida. Solteiro, jovem e gozando de pleno vigor físico, tinha aos seus olhos o necessário para se dar bem no local. Não obstante, mal sabia que as terras dali e a dos

⁷⁸ O ano de 1979 foi também o período em que se desencadeou a Revolta de Formoso, em Goiás, uma importante luta dos camponeses pela posse da terra, além de um exemplo vivo da gravidade da questão agrária naquela época. Parte da história acerca desse movimento pode ser observada nas narrativas orais dos camponeses da região, captadas por Amado (1995).

municípios vizinhos estavam quase todas nas mãos de grandes, médios e pequenos proprietários.

Tomar consciência desse fato não exigiu muito tempo de Seu Edson. No primeiro roçado, ele descobriu a famigerada renda de quatro quartas por linha de roça, pagas até hoje por esse camponês. Uma exploração elevada, pude constatar. Mas, em se tratando de camponês, não existe uma medida que possa dar uma amostra exata do alto grau de exploração a que se submetem quer a mão-de-obra familiar, quer a assalariada no campo (SILVA, 1982) quando se trata de sobrevivência.

Num rápido cálculo matemático, multiplicando o tempo em que Seu Edson reside na região (30 anos) pela média de quilogramas que paga somente em arroz, todos os anos (1.200 kg), é possível ter uma idéia aproximada daquilo que já foi produzido e não consumido por ele (cerca de 36.000 kg). Não está incluído nesse cálculo aproximado o que é pago de renda em milho e feijão plantado na roça, os quais seguem a mesma tabela do arroz.

Quando do primeiro contato com Seu Edson e com outros pesquisados nesta investigação, nas primeiras entrevistas que realizei na região (2002, 2003 e 2004), a população de Presidente Dutra estava estimada, de acordo com o Censo do IBGE de 2000, em 39.541 habitantes, com 19.639 homens e 19.902 mulheres, sendo que a urbana, seguindo a mesma linha de crescimento populacional do Maranhão, superava a rural, pois naquele período 27.505 pessoas residiam na cidade.

Na zona rural se encontravam estabelecidas 12.036 municípes. Na minha interpretação, uma parte significativa deles pode ser vista como camponeses se considerados os 2.554 arrendatários, os 513 ocupantes e os 52 parceiros que vivem no campo, não incluídos aí os camponeses arrendatários que vivem entre a cidade e o campo ou já residem definitivamente na periferia da cidade. De fato, o IBGE parece não ter ainda um item que trate dessa situação.

Passados já alguns anos daquele nosso primeiro contato, muita coisa mudou. Seu Edson, João Batista, Raimundo da Conceição dos Santos, Antonio Pereira e outros com quem mantive conversas nesta outra pesquisa para o doutorado mostram-se envelhecidos pelo trabalho árduo que realizam de sol a sol, nessa região. As agruras são inúmeras, a começar pelas roças cada vez mais distantes de onde residem, o que lhes exigem longas jornadas (em média, 18 km) diárias para ir e voltar da sede do município até o roçado. Devido a essa considerável distância, o preparo do alimento acontece ainda na madrugada, o que faz com que, no momento do consumo, por volta do meio dia, já esteja frio.

Encontrei Seu Edson, Raimundo dos Santos, Luis da Silva e outros desde a primeira vez que os conheci, no final da tarde. Em 2007, quando visitei a casa de Seu Edson, ele acabava de chegar de mais uma jornada de trabalho na roça. Em fevereiro de 2008 não foi diferente: de cabelos assanhados, barba grande, sujo de fuligem da roça, foi como me recebeu em sua casa. O sorriso amigável continua o mesmo. Na ocasião reclamou de minha ausência por tanto tempo: “Rapaz, você não apareceu mais”⁷⁹.

A frase com tom de reclamação, tem outro sentido. Trata-se de uma forma de demonstrar respeito e aproximação com o estranho que volta novamente a sua casa, nesse caso, para colher mais informações, ou quem sabe para rever o amigo que conquistara durante a pesquisa⁸⁰. Apesar do respeito adquirido por esses camponeses, ao longo de vários anos de trabalho, guardo também meus próprios interesses e finalidades acerca desta investigação acadêmica.

Observei que a mudança não ocorreu somente nos rostos dos camponeses participantes da pesquisa. Houve modificações também no espaço urbano onde reside Seu Edson, Antonio Pereira e Agenor Santos e outros. Vizinhos, amigos de algumas empreitas e moradores já há algumas décadas na periferia de Presidente Dutra – município agora com 40.004 habitantes⁸¹ – viram, a partir de 2005, seu bairro se transformar, com a chegada do asfalto, da água encanada, da energia elétrica em todas as casas e, principalmente, uma grande escola de ensino médio. Com o asfalto, veio também um grande supermercado e outros comerciantes, facilitando, em parte, a vida daqueles que ali residem, dada a competição estabelecida.

Seu Edson lembra bem de como era o bairro – se é que poderia ser chamado assim na época – quando chegou para cercar o lote que ganhou da prefeitura por volta de 1980. “Era tudo mato. Tinha pouca casa. Quando fiz a minha casa aqui não existia nenhuma casa na frente. Num tinha rua. Era só os camim aberto. Agora tá tudo bom [risos]”⁸².

A alegria desse participante da pesquisa reflete uma certa segurança, pois sente que não precisará mudar dali para outro lugar, já que o bairro está recebendo a atenção do poder público. Esse narrador ainda revelou que o nome do bairro, que se chamava Campo Dantas até os limites de sua residência, denomina-se, agora, bairro de Fátima. Campo Dantas

⁷⁹ PINHEIRO, Francisco Edson Alves. Entrevista citada.

⁸⁰ No final de janeiro e início de fevereiro de 2006, quando estive na região, mostrei a alguns dos pesquisados os resultados da investigação. Ficaram agradecidos, mas não entenderam por que falaram tanto e havia tão pouco (na íntegra) do que narraram. Expliquei, mas não acredito que os tenha convencido.

⁸¹ Contagem da população pelo IBGE em 2007.

⁸² PINHEIRO, Francisco Edson Alves. Entrevista citada.

passou a ser a área mais acima de sua casa. Local em que o asfalto e outras melhorias ainda não chegaram.

Melhorias por um lado, dificuldades por outro. Se o bairro onde residem vem sendo urbanizado – o que ainda não ocorre de maneira plena –, a ocupação das áreas ao redor tende a ampliar-se, eliminando concomitantemente as matas, nas proximidades. Como resultado, as roças, que eram mais próximas, ficam mais distantes. Resumindo, “agora tão ocupando tudo”⁸³.

A modernidade urbana, no entanto, parece encher mais os olhos de Seu Edson, pois não leva em consideração que ela alimenta, pouco a pouco, a destruição de sua cultura⁸⁴. Tampouco reclama da distância enfrentada cotidianamente em direção ao roçado. Pelo contrário, sua disposição e coragem para enfrentar a labuta na terra são surpreendentes, tanto que, em 2008, colocou uma roça de 18 linhas, em torno de cinco hectares – em quadro – de área cultivada. Uma loucura, não fosse a contratação de pessoas para ajudar no plantio, capina e colheita, esta uma atividade que esse camponês realizou, no caso, com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

A vida cotidiana de Seu Edson, como a de diversos camponeses maranhenses, pode ser considerada, a partir do ponto de vista do pesquisador urbano, como desprovida de descanso⁸⁵. É um trabalho atrás do outro. Ele chega da roça e já vai realizar outro serviço com a esposa, dona Nair, que enfatiza: “Ele não para”. Apesar de não ter mais os filhos com ele, o que representa uma diminuição nas despesas domésticas, ainda mantém o hábito de ajudar suas proles financeiramente, quando precisam, um paradoxo nas experiências de filhos que migram, pois são esses que costumam auxiliar os familiares que ficam.

Apesar do trabalho na roça, Seu Edson, hoje com 52 anos, já teve experiências de trabalhador sazonal, atividade realizada com certa frequência entre os camponeses dos Cocais e de outras regiões maranhenses, assim como de outros estados do Nordeste, no período de entressafra (ALMEIDA, 1988, ESTERCI, 1994, MARTINS, 1997, SILVA, 2004). Com efeito, essa não é uma atitude sem propósitos, pois os camponeses compreendem bem a lógica da sociedade capitalista segundo a qual a sobrevivência deles e de suas famílias

⁸³ PINHEIRO, Francisco Edson Alves. Entrevista citada.

⁸⁴ A “destruição da cultura” camponesa não é novidade para nós, pesquisadores. Contudo, ao fazer tal afirmação pode parecer que desconheço o dinamismo da cultura ou não compreendo que ela é sempre contemporânea, ou seja, carrega as marcas de seu tempo. Também não é minha pretensão construir um monumento à cultura camponesa, pois seria, nos termos de Benjamin (1996b), um monumento à barbárie, já que a cultura não é isenta de tal fenômeno quando tenta se impor às demais.

⁸⁵ Ciente de que é humanamente impossível trabalhar sem um mínimo de repouso, devo considerar que esse camponês sabe criar seus horários de ociosidade, os quais, naturalmente, não se assemelham aos dos demais trabalhadores urbanos.

depende de sua força de trabalho e do trabalho tanto na roça, quanto no assalariamento temporário – o qual faz parte das estratégias de complementaridade de sua renda familiar.

É claro que isso não é suficiente para explicar ou para fazer esquecer que a busca por trabalho nos momentos de entressafra não tem relações com a expropriação pela renda a que está sujeito o camponês, ou mesmo que ele não busca aventurar-se em outras regiões à procura de dinheiro e de outras experiências que passem a integrar sua história de vida, cuja origem pode estar ligada a uma espécie de “tradição de seu grupo de origem” (ESTERCI, 1994), tendo em vista a história de migrações dos camponeses brasileiros (MAGALHÃES, 1996).

Contrariando a sociedade capitalista, verifica-se que os camponeses têm suas próprias estratégias de sobrevivência, ou como afirma Godoi (1999, p. 27 – colchetes da autora) citando Shanin (1980): “os camponeses [nas circunstâncias do avanço do capitalismo] nem desaparecerão completamente, nem permanecerão como antes, nem se tornarão proletários rurais nos termos da teoria clássica do capitalismo”.

É indubitável que as experiências camponesas demonstram que Shanin estava correto, pois esses trabalhadores, como homens de seu tempo, vivendo entre o campo e a cidade – “urbanejos”, na acepção cunhada por Brandão (1999) para referir-se àqueles já moradores na cidade que mantêm vínculos com a terra, mesmo ela não sendo sua – continuam a existir. Brandão, então, pergunta: até quando?

Devo considerar que o termo “urbanejos” é relevante, já que o autor tem reconhecidamente interpretações valiosas acerca dos camponeses, como o estudo que realizou em Mossâmedes, em Goiás, publicado em 1984 com o título *Casa de Escola: da cultura camponesa e a educação rural*⁸⁶. Nesse trabalho, Brandão ressalta a pouca importância que os camponeses dão à escola, dada a falta de aplicação empírica no trabalho diário que realizam no campo.

Apesar dessas considerações acerca do termo, não o usarei nas discussões seguintes desta tese, pois minha opção como evidenciei no primeiro capítulo, é por tomar os participantes desta pesquisa como camponeses, embora guardem semelhanças com o termo de Brandão, haja vista que vivem também a experiência de morar, alternadamente, no espaço urbano e rural.

São camponeses, portanto. Homens que, no seu cotidiano, vivenciam e aprendem paulatinamente com suas “experiências reais” (THOMPSON, 1981). Não são

⁸⁶ A bibliografia completa pode ser conferida no final da tese.

iguais aos camponeses de outrora, é verdade – devido a um maior contato com a vida urbana –, mas posso assegurar que nesta pesquisa constato que continuam sendo aqueles que se envolvem “... mais diretamente com os segredos da natureza” (MOURA, 1986, p. 9). Noutras palavras, permanecem camponeses, já que a asserção em destaque é nuclear na definição que Moura (1986) lhes confere.

A experiência, portanto, com as vidas urbana e rural e com o trabalho sazonal – em determinados períodos – tem demonstrado que os camponeses com os quais me relaciono nesta pesquisa, ao menos a maioria, não perderam a identificação com o campo ou mesmo suas dimensões identitárias camponesas, até porque continuam realizando atividades agrícolas que têm possibilitado, de alguma forma, uma espécie de aprendizado, ainda que, algumas vezes, a experiência não tenha sido positiva ou, nos termos dos camponeses, tenha sido “uma empeleita que não deu certo”. Se existe uma relação entre as dimensões de identidade da pessoa e as coisas que ela usa (WOODWARD, 2004), deve haver também uma vinculação das dimensões de identidade com a atividade laboral que ela desenvolve.

Seu Edson, João Batista, Luis da Silva, Agenor dos Santos, Antonio Pereira, Edilton Costa, Lindomar da Silva, José Raimundo Santos, Raimundo dos Santos e mais de uma dezena de camponeses, vindos de outros municípios, fazem parte do grupo daqueles que migraram para “uma empeleita que não deu certo” fora do Estado do Maranhão, mas continuaram a exercer atividades agrícolas mesmo depois dessa experiência traumática – pelo menos foi o que atestaram aqueles que os retiraram da fazenda. Tal fato evidencia que esses camponeses pesquisados não perdem a identificação com o campo ou com suas dimensões de identidade camponesa, ainda que em condições extremas.

O que pode ocorrer com eles são fragmentações da identidade (HALL, 2002), algo compreensível, já que não existe uma dimensão identitária imune às interferências ou às experiências vividas em grupo ou em sociedade. Na verdade, não existe uma dimensão de identidade sólida e coesa, pois “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2002, p. 13).

Nesse caso, longe da pretensão de ser um oráculo da história, mas agindo como historiador que interpreta as fontes, é possível considerar, a partir das constatações acerca dos camponeses analisados, que o denominado grupo continuará a existir adequando-se ao tempo e suas mudanças, como professa Shanin (GODOI, 1999). As dimensões identitárias, mesmo fragmentadas nas experiências de trabalho com a terra, dentro e fora do lugar de origem, tendem também a modelarem-se na mesma medida, já que estão presas ao sujeito camponês.

Não será possível, e isso seria ingenuidade, encontrar um camponês com todas as características daqueles de outrora. Entretanto, não será difícil percebê-lo, tendo em vista que o contato com a terra, assentado no trabalho familiar, parece ser ainda o diferencial que possibilitará reconhecê-lo como camponês. Por outro lado, não se pode deixar à parte os valores morais e os costumes que os acompanham, mesmo que sejam constantemente reprimidos, nem as tradições religiosas e festas populares, entre outros hábitos reelaborados no presente, mas que mantêm viva a chama que os ligam à vida camponesa.

Posso até ser muito otimista com relação aos camponeses, porém tal disposição tem razão de ser, por dois motivos. O primeiro se relaciona ao fato de que os camponeses participantes da pesquisa, mesmo sem terra para cultivar, continuam a fazer suas roças, a privilegiar o trabalho familiar e, marcadamente, a manter o hábito de plantar gêneros alimentícios que remontam à origem do campesinato maranhense, como o plantio de milho, arroz, feijão e, algumas vezes, mandioca (esta mais demorada para cultivada, dependendo de relações mais próximas entre o camponês e o proprietário).

O segundo motivo veio com a leitura de outro texto de Assunção (1999), *Cultura popular e sociedade regional no Maranhão do século XIX*, cuja narrativa mostra, entre outras, a participação popular na preservação da cultura do estado, um papel inegavelmente decisivo na transmissão de costumes, festas religiosas, medicina popular, entre outros. Infere-se, desse modo, que os camponeses foram, e ainda são, um importante elo para o entendimento dos fragmentos de cultura estabelecidos no passado, os quais ajudam também na permanência, reelaborada dos valores de seus descendentes.

Com efeito, a manutenção dos hábitos camponeses, entre os quais o contato com a terra através da roça, o que, apesar de outras características, preponderou para que fosse possível encontrar os colaboradores examinados neste estudo, ouvir suas narrativas acerca da empreita malsucedida que enfrentaram em 1991, assim como outras experiências vividas por eles na agricultura contemporânea, naquele ano e nos que se sucederam. Aliás, um ano difícil, aquele de 1991.

Os sinais que brotavam da natureza davam, então, poucas esperanças para os camponeses da região dos Cocais, nos municípios de Presidente Dutra e Dom Pedro. As chuvas tinham sido poucas e a roça estava comprometida. A situação não era das melhores, mas de “brefo”⁸⁷, segundo José Raimundo Alves dos Santos⁸⁸ (foto 2).

⁸⁷ *Brefo* é termo utilizado pelos camponeses dessa região para definir uma situação de necessidade, pobreza, miséria. Pode ser visto também como o momento em que a pessoa não tem dinheiro algum: está brefado.



Foto 2: Seu José Raimundo. Autor: J. C. Aragão Silva, 2004.

As alternativas de emprego não apareciam e os trabalhos de empreita na região praticamente sumiram. Os meses se passavam e o plantio na roça fora feito, mas as expectativas eram pessimistas: a produção não seria suficiente para pagar a renda, a colheita, a semente, e ainda garantir o sustento da família até a próxima safra. Era preciso um milagre (SILVA, 2004, p. 104).

Milagre ou não, o certo é que, no mês de março, camponeses dos citados municípios e de outros próximos foram (con)tratados⁸⁹ para realizar serviços de desmatamentos nas fazendas Santo Antonio e Santana do Indaiá, em Ourilandia do Norte, no Pará. Lá, Seu Edson, Raimundo dos Santos, Luis da Silva, José Raimundo Santos e seus companheiros foram submetidos, de acordo com aqueles que os libertaram⁹⁰, e com este pesquisador, ao trabalho escravo por dívida.

A escravidão, entretanto, na concepção dos camponeses arregimentados para as referidas fazendas, no Pará, era algo que pertencia somente ao passado e aos negros. Cativo e liberto ou arranchado, na memória desses camponeses, servia somente para definir o tipo de empreita que realizavam na região dos Cocais. Cativo, como esclarece Seu Edson, “é quando

Acredito ainda que a denominação tenha vindo de fora, com os camponeses que migraram para as áreas de garimpo, já que os denominados como “garimpeiros” costumam utilizá-lo com mais frequência.

⁸⁸ SANTOS, José Raimundo Alves dos. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. São José dos Basílios. jan. 2004 e fev. 2008.

⁸⁹ De acordo com Martins (2002), desenvolveu-se no campo brasileiro, após a abolição, uma sociedade do “trato” e não do contrato, como prevê o sistema capitalista. Mesmo com os avanços na legislação trabalhista a partir da era Vargas, isso não foi suficiente para impedir na agricultura brasileira os excessos e a utilização de mão-de-obra escrava submetida por dívida.

⁹⁰ Estavam presentes no momento da ação, além de policiais militares do Pará, fiscais do Ministério do Trabalho (MTE), agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), jornalistas e parentes das vítimas, entre eles o tio do maranhense Edilton Lopes da Costa, o senhor João Santiago da Silva.

é a custa da gente. Tudo por conta da gente”⁹¹. Nesse caso, o trabalhador leva a alimentação de casa ou a faz no local de trabalho.

Liberto ou arranchado se diz quando as despesas, principalmente com alimentação, correm por conta do empregador. Ressalte-se que se trata apenas de uma refeição – o almoço é o mais comum. No final da tarde, o camponês volta para casa. Se a empreita for longe, o empregador garante as três refeições, mas o trabalhador as prepara no barraco, caso em que, algumas vezes, leva a mulher para cozinhar ou alguém do grupo faz a comida, o *cuca*, como denominam.

Apesar desse tipo de empreita ainda ocorrer, observa-se que vem diminuindo paulatinamente. Pode até ser considerada como uma prática em extinção nessa região, devido ao axioma capitalista de maximização do lucro e minimização dos gastos com mão-de-obra temporária, regras alheias aos camponeses que, sem muitas alternativas diante da elevada taxa de concentração da terra na região dos Cocais, são empurrados gradativamente para o trabalho degradante⁹².

Acreditando que a escravidão ficou no passado e que não existe outra senão aquela, torna-se complexo para os camponeses entenderem que os atos praticados contra eles, como imobilização, coação, punição e outras formas de violências (SILVA, 2007, p. 12) também possam ser assim interpretadas. Com efeito, nem mesmo outros elementos, como a alimentação racionada, o barraco precário, as ameaças e a dívida crescente a que estavam submetidos, no Pará, os fizeram ver, naquelas condições de trabalho, a prática de escravidão por dívida.

A falta de percepção, pelos camponeses, da experiência vivida nas fazendas Santo Antônio e Santana do Indaiá, nos mesmos moldes dos mediadores (CPT, MTE, entre outros) está, presume-se, relacionada ao fato de serem acostumados a longas e extenuantes jornadas de trabalho na lavoura também com água limitada e qualidade questionável, sem dizer da alimentação precária e da falta de inúmeros equipamentos de proteção, como uma simples luva para evitar calos.

⁹¹ PINHEIRO, Francisco Edson Alves. Entrevista citada.

⁹² Somente no município de Presidente Dutra (foco desta pesquisa) os 1.829 estabelecimentos agropecuários existentes ocupam uma área de 59.709 hectares, enquanto a lavoura permanente se resume a 2.716 hectares, com 208 estabelecimentos. As lavouras temporárias que se utilizam de terras privadas via arrendamento, estão dispersas em 15.184 há, cultivados por 607 estabelecimentos. O IBGE informa ainda, através do Censo Agropecuário de 2006, que a área de pastagem natural é composta por 27.220 ha. Assim, somando-se os 12.082 hectares de matas e florestas aos estabelecimentos agropecuários, mais as terras das lavouras temporárias e a pastagem natural, há um total de 114.195 hectares nas mãos de grandes, médios e pequenos proprietários, isso se não houve negligências e erros na coleta de dados pelos recenseadores.

Logo, para os camponeses, a utilização de equipamentos de proteção está longe de ser uma prática acessível nas empreitas no Maranhão, assim como a construção de alojamento com camas e banheiros nas fazendas. A esse respeito, por ocasião de um seminário sobre escravidão por dívida, realizado em 2004, na cidade maranhense de Açailândia, um fazendeiro disse que não adiantava construir alojamentos com banheiros para os trabalhadores porque terminavam indo fazer as necessidades fisiológicas na mata e que, mesmo com camas, ainda armavam suas redes. Esta fala soou, para os presentes e, principalmente para os representantes do MTE, como justificativa para as péssimas condições de trabalho nas fazendas desse município e da região.

Se os camponeses têm razões históricas para não aceitar o termo escravidão por dívida, os fazendeiros têm razões econômicas para praticá-la e dissimulá-la com discursos como este citado acima. Contudo, mesmo que os elementos citados acerca das condições a que estavam submetidos os camponeses no Pará não sejam vistos por eles como componentes de uma escravidão, isso não impediu que se sentissem explorados pelo empreiteiro que os contratou.

Na verdade, o que constatei foi que em todas as entrevistas emergem elementos que demonstram a compreensão da exploração. Aliás, uma frase comum a todos e que denota certo grau de entendimento das condições em que viviam era a de que “... lá nós comprava de tudo. Só não a lenha, que nós tirava na mata”⁹³, ou seja, viver naquela situação onde até um remédio custava cinco vezes mais que seu valor no mercado era ser explorado. Entrementes, com a exceção de alguns, os mesmos que se sentiram explorados não expuseram a experiência vivida por eles como trabalho escravo, e aqueles que o fizeram foram os que, de alguma forma, tiveram um maior contato com agentes da CPT e com fiscais do MTE.

Concluo, dessa forma, que os camponeses, naquele período, não usam ou não partem dos instrumentais teóricos, metodológicos e jurídicos de que fazem uso pesquisadores e mediadores, para definir o que é e o que não é trabalho escravo. Sem esses elementos, “... há sempre a possibilidade de os próprios dominados e setores da sociedade em que se inserem tais relações conferirem algum tipo de legitimidade a práticas e a relações que aos nossos olhos parecem completamente inaceitáveis” (ESTERCI, 1994, p. 47). Para Rezende Figueira (2003, p. 247),

⁹³ SANTOS, Agenor José dos. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Presidente Dutra. fev. 2008.

as pessoas podem, em grau variável, aceitar como legítimos e inevitáveis certos sofrimentos, por desconhecerem a lei e o direito, por não terem como se rebelar ou mesmo como sobreviver, caso contrário, inclusive, a dor se tornaria insuportável. Para que se rompa a noção de inevitabilidade quanto à escravidão, é preciso que se adquira alguma noção de indignação moral.

A aquisição da noção de indignação moral de que trata o autor depende do meio social em que a pessoa vive e dos acessos de que dispõe aos elementos que a formam. Assim, fenômenos como justiça e injustiça são aprendidos e apreendidos em bases diferentes, dependendo do grupo ou do tipo de sociedade. Mensurá-las torna-se impossível dada a complexidade que as envolvem, desde sua formação até sua execução, tendo em vista que, tanto uma quanto a outra, constroem-se num processo de transformações constantes.

Para que se torne mais clara essa assertiva, vale citar que Seu Antonio Pereira (foto 3) achava justo o *gato* colocar os pistoleiros para perseguir os trabalhadores que fugiam, mesmo sendo aqueles que se evadiam do local iguais a esse camponês. Ou melhor, quase iguais, já que Seu Antonio não pensava em fugir, mas em terminar o serviço para o qual fora contratado, mesmo em condições subumanas.



Foto 3: Seu Antonio Pereira. Autor: J. C. Aragão Silva, 2004.

A esse respeito e num outro contexto, já que o autor se refere às memórias dos sobreviventes do holocausto, um trecho do livro de Primo Levi, *Os afogados e os sobreviventes*, pode ajudar a clarear ainda mais a noção de justiça e injustiça. Trata-se do

espanto que acometia boa parte dos judeus que chegavam aos campos de concentração alemães, quando constatavam que a violência não partia primeiro daqueles que, declaradamente, eram seus inimigos, mas daqueles que, como eles, haviam aprendido e apreendido os mesmos princípios morais.

Não há prisioneiro que não o recorde, e que não recorde seu espanto de então: as primeiras ameaças, os primeiros insultos, os primeiros golpes não vinham dos SS, mas de outros prisioneiros, de “colegas”, daqueles misteriosos personagens que também vestiam o mesmo uniforme de listras recém-vestido pelos novatos (LEVI, 2004, p. 17 – aspas do autor).

A citação de Levi demonstra que termos como justo e injusto tornam-se confusos e dispersos em circunstância em que a violência predomina e a sobrevivência fala mais alto. Avalio que, em condições extremadas, o cuidado com a vida pessoal torna-se prioridade, em detrimento das demais. Não obstante, vale ressaltar que os camponeses analisados neste estudo não sofreram agressões de seus companheiros de empreita. As ameaças eram externas ao grupo e partiam daqueles que os vigiavam, os *fiscais* (pistoleiros).

Contudo, em se tratando de cuidado com a própria vida, Raimundo da Conceição dos Santos (foto 4) procurou, por exemplo, estabelecer estratégias para sobreviver e, se possível, escapar, mesmo que fosse pendurado na carroceria de um caminhão. Em sua narrativa, esse camponês fala do pistoleiro Baiano como um amigo que conquistou durante a empreitada na fazenda Santo Antônio e Santana do Indaiá, no Pará.



Foto 4: Raimundo da Conceição. Autor: J. C. Aragão Silva, 2004.

Apesar dos protestos de seus companheiros de trabalho, que não aprovavam sua amizade com um homem perigoso como Baiano, ele insistiu: “Eu prefiro um amigo, se ele quiser vim partir pra mim, pra me matar aqui dentro [na mata], eu vou tratar de ajeitar ele, pra eu poder me defender dele”⁹⁴. Ressalte-se que o ajeitar do narrador tinha um tom de duplo sentido: conhecer as fraquezas de seu oponente e depois se defender (ainda que tirando a vida do denominado amigo).

O plano de Raimundo dos Santos deu certo. Ele chegou vivo a sua casa e com muitos fatos para contar. “Falador” (termo que os camponeses usam em relação àquele que fala com facilidade) não perdeu tempo: contou a experiência vivida na fazenda para amigos e vizinhos, com a narrativa seguindo, é claro, os seus termos e interesses, com esquecimentos e silêncios, haja vista que “... experiências complexas e traumáticas tendem a filtrar inconscientemente suas recordações” (LEVI, 2004, p. 27).

Destarte, se aconteceu uma filtragem nas recordações de Raimundo dos Santos, interpreto-a também como uma (re)elaboração dos fatos, algo normal em se tratando de memória, mas que já foi visto como um elemento prejudicial para a história por alguns pesquisadores, como assevera Alberti (2005). Ressalto ainda que a memória do referido camponês deve ter sofrido inferências de mediadores como a CPT, pois o narrador foi um dos poucos depoentes a definir sua experiência, no Estado do Pará, como trabalho escravo.

Habilidoso com as pessoas, desde sua libertação da fazenda, Raimundo dos Santos procurou se aproximar de quem dava proteção aos camponeses depois da retirada da mata. Foi assim que ficou amigo de Aninha⁹⁵, uma agente de pastoral da CPT que acompanhou o caso desses trabalhadores, vindo até Presidente Dutra mais de uma vez, criando-se, assim, uma relação de amizade entre ela (confundida como advogada e, às vezes, como freira) e os camponeses analisados. Interpreto que a afirmação de Raimundo dos Santos tem gênese nas longas conversas que teve com essa agente pastoral, cuja memória ainda guarda a fisionomia e o nome desse camponês – pois, na última vez que nos encontramos e falamos de minha tese de doutorado, Aninha me indagou a seu respeito e de outros.

A classificação dessas experiências como escravidão por dívida, no caso das que envolvem os camponeses de Presidente Dutra e Dom Pedro, não tem sido tão fácil como

⁹⁴ DOS SANTOS, Raimundo da Conceição. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. São José dos Basílios. jan. 2004 e fev. 2008.

⁹⁵ Aninha é uma forma carinhosa como os demais companheiros de CPT se dirigem a Ana de Sousa Pinto, socióloga que atua na CPT de Xinguara há vários anos, desenvolvendo um trabalho pastoral com o frei Henri Des Rosiers, um francês intransigente na defesa dos camponeses que, por sua luta, vive eternamente ameaçado de morte pelos fazendeiros da região. Na última vez que nos encontramos no Rio de Janeiro, em 2007, estava mais feliz por não andar com policiais que lhe fazem a segurança do que com o prêmio oferecido a ele pela ONG Humanos Direitos.

se poderia imaginar. A esse respeito, Esterci (1994, p. 11) afirma que “mesmo entre trabalhadores de uma mesma unidade produtiva, registram-se percepções diferentes acerca da dominação e da exploração a que estão sujeitos”. Por outro lado, há pesquisadores que alegam que o camponês sujeito a tal condição não é uma mercadoria, ou peça alienável, como era o escravo no período colonial e no império, no Brasil, e por isso não pode ser considerado como tal.

De fato, não se trata da mesma coisa e não é isso que os pesquisadores que se debruçam sobre a questão querem demonstrar. Há semelhanças que tornam a escravidão por dívida em condições análogas à escravidão dos séculos XVI e XIX vivida no Brasil, a exemplo da compra e venda de trabalhadores, a qual se dá pela aquisição de dívida de um trabalhador com a cantina, a pensão ou mesmo com um empreiteiro (LE BRETON, 2002, SILVA, 2004, REZENDE FIGUEIRA, 2003).

Além disso, é possível constatar a retenção do trabalhador, por um período de tempo que dura até o término do desmatamento. Se se faz necessário o uso do termo mercadoria para considerá-lo escravo, devo enfatizar que esse trabalhador submetido a essa prática hedionda chega, no máximo, a ser uma mercadoria temporária (SILVA, 2004), o que, de certa maneira, não se encaixa nos padrões clássicos do conceito de escravidão, em que o escravo “... era uma propriedade privada, comprado, mantido e explorado por um empresário particular” (GORENDER, 1992, p. 48), a quem pertencia em caráter de perpetuidade e hereditariedade.

Esterci (1994, p. 11) exprime bem o que penso a respeito ao afirmar que “há muitas questões em torno do tema. Algumas serão postas, nem todas terão respostas definitivas. Será preciso continuar a pesquisar e a dialogar. A primeira barreira a ultrapassar é a das classificações, dos nomes”. O debate é, pois, longo, e o campo de disputas envolve questões teóricas, éticas e políticas (SILVA, 2004), que manterão essas discussões sempre em pauta: na academia, nas instituições de representação dos trabalhadores, nos órgãos de fiscalização e nas entidades de defesa dos camponeses e dos direitos humanos.

2.1. Ironia do destino: o *gato* e o *herói* emergem da mesma fonte

Foi numa tarde de março de 1991 que o *gato* Francisco Pedro da Silva, o Chico Cazuza, saiu de Dom Pedro e dirigiu-se ao povoado Lagoa⁹⁶, no bairro Santa Luzia, naquela

⁹⁶ O povoado tinha o nome de Rua da Lagoa, pois estava fora do perímetro urbano, mas dentro de uma área denominada de bairro Santa Luzia, pertencente, até 1994, a Presidente Dutra. Após a emancipação dessa área,

época, uma pequena, vila com relativa importância, que se somou a outras aglomerações próximas que culminou, três anos mais tarde, no município de São José dos Basílios, desmembrado de Presidente Dutra. A viagem foi rápida: no máximo, uns quarenta minutos, de caminhão.

O objetivo da viagem até Santa Luzia era simples: apanhar os camponeses já previamente contratados por Luis da Silva, o Luis Gago, para realizarem serviços de desmatamento no Pará. Eram eles Geraldo Bernardino, o Geraldinho, Raimundo dos Santos, o Rabudo, João Batista, o Tôta, José Raimundo Alves Santos, o Zé Raimundo e o próprio Luis da Silva, o Luis Gago, todos convencidos de que o trabalho lhes traria um extra.

Esse trabalho oferecido aos camponeses não era nada além do que já sabiam fazer: roçar, desmatar, entre outras coisas. Ou seja, preparar a terra para o seu aproveitamento posterior, que no caso em questão, seria a pastagem. O *gato* também disse a todos que “... lá era bom”⁹⁷. De fato, não podiam imaginar o que os aguardava na fazenda. Somente depois da chegada foi que descobriram que: “ninguém num podia sair, que se saísse, eles iam atrás”⁹⁸.

Entrementes, Chico Cazuzza sabia, desde o começo, o que os esperava. Na verdade, o empreiteiro já era conhecido no Pará pelos serviços de recrutamento de maranhenses para dois *gatos* afamados, Adão e Leomar Franco, e foi a eles que esses trabalhadores arregimentados foram entregues e levados até as fazendas Santo Antônio e Santana do Indaiá.

com a criação do município de São José dos Basílios, moradores do lugar passaram a utilizar apenas o nome dado ao bairro.

⁹⁷ SANTOS, José Raimundo Alves. Entrevista citada.

⁹⁸ Idem.

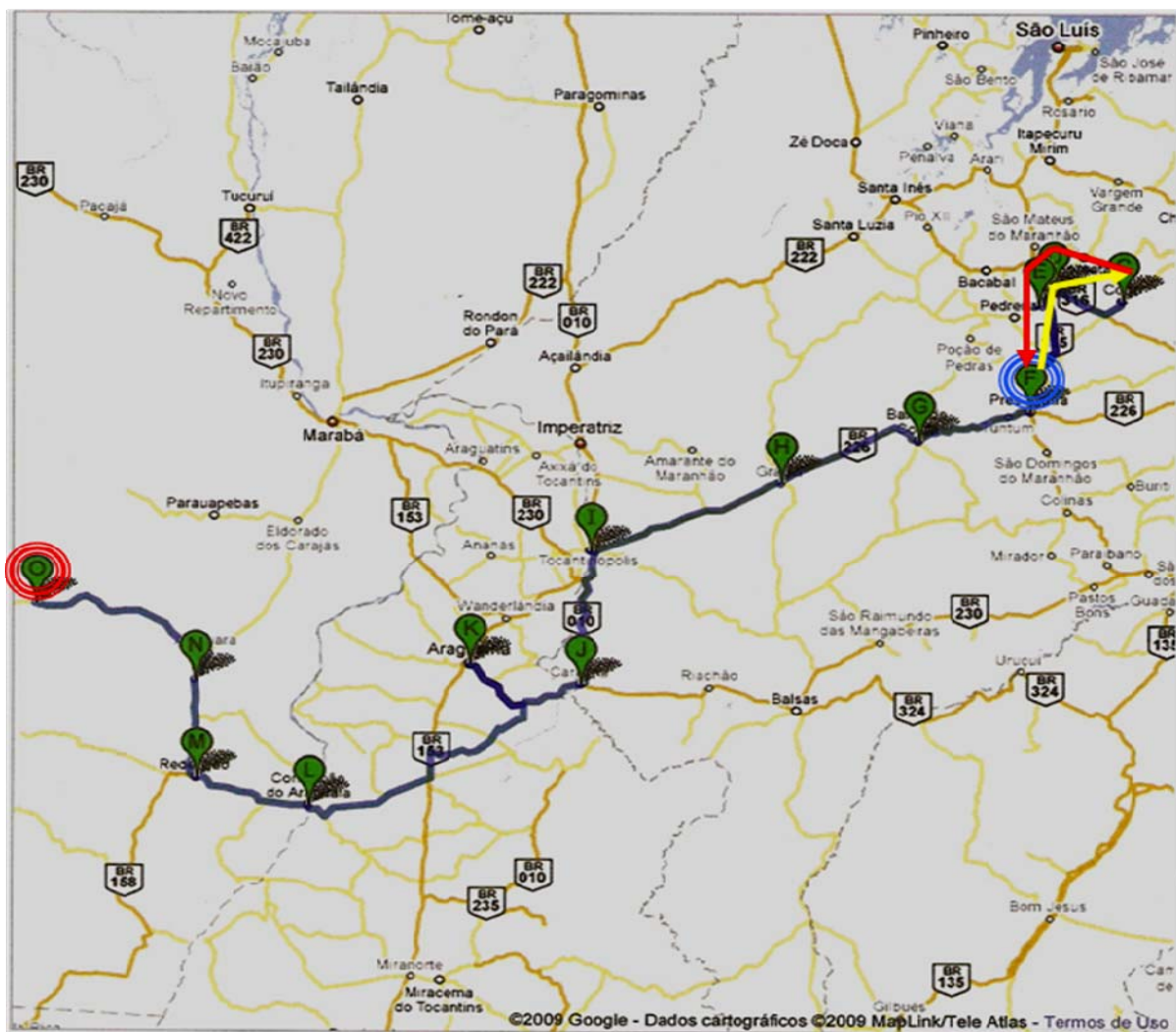


Figura 3: Mapa da trajetória dos camponeses que migraram de Presidente Dutra e Dom Pedro – MA para as fazendas Santo Antonio e Santana do Indaiá, em Outilândia do Norte, no Pará.

(F) Presidente Dutra - (E) Dom Pedro - (C) Codó - (D) Peritoró - (G) Barra do Corda - (H) Grajaú - (I) Porto Franco - (J) Carolina - (K) Araguaína - (L) Conceição do Araguaia - (M) Redenção - (N) Xinguara - (O) Outilândia do Norte.

A base de Chico Cazuya era o município de Dom Pedro, onde residia com a família. De lá, após o recrutamento nessa região, partia com os camponeses que aliciava em direção ao Pará. A história desse lugar, assim como a de Presidente Dutra, tem raízes na ocupação de terras pelos camponeses no início do século XX. Seu nome de origem era “Matta” (escrevia-se assim no início do século, atualmente se escreve Mata), o povoado que, junto com Curador, estava, na década de 1920, envolvido em boatos que lhes asseguravam como os locais dos quais vinham à tona idéias socialistas (MARTINS, 1993).

De acordo com a narrativa oral, passada de boca em boca, o povoado Mata era conhecido entre os moradores como Mata do Nascimento, uma referência/homenagem ao camponês Manoel Nascimento que, conforme informações dos habitantes mais antigos, teria

sido um dos primeiros a chegar na região. A historiografia maranhense também fala de Manoel Bernardino de Oliveira, um agitador que, segundo o governo, era o responsável pela propagação das idéias socialistas.

Por conta disso, em 1922, alegando manter a ordem, fuzilaram-se dezenas de camponeses por se rebelarem contra a administração municipal de Codó, à qual o povoado era atrelado. O real motivo do massacre, dizem os jornais ligados ao governo da época, teria sido a desordem, contudo existem outras versões que apontam a posição contrária dos camponeses daquele município em relação ao governo de Urbano Santos e seu controle sobre a política maranhense nesse período (MARTINS, 1993).

No início da década de 1940, o povoado passou a se chamar Vila Pedro II. Mas, por haver, no Piauí, uma homônima, a denominação foi alterada, em 1943, para Dom Pedro, uma homenagem ao último imperador do Brasil. Daí em diante o nome não mudou mais e se consolidou com a emancipação, em 9 de dezembro de 1952, através da Lei nº. 815, com a instalação oficial se dando um ano depois, em 1 de janeiro de 1953, momento em que o novo município começou a gerir seus recursos (IBGE, 1984).

Conforme a última contagem do IBGE, em 2007, residem em Dom Pedro 21.479 habitantes. As estatísticas apontam uma diminuição no número de moradores em relação ao censo de 2000, quando a população somava 21.956 dom-pedrenses. A explicação para tal fenômeno talvez esteja ligada aos mesmos fatores que levam outros maranhenses a migrarem do estado: a elevada concentração da terra. É que as condições fundiárias do município se assemelham à de Presidente Dutra, com a pecuária dominando o cenário rural e uma área de 40.954 hectares (IBGE, 2006).

É claro que não é somente esse fator que impele os munícipes de Dom Pedro a migrar. Não obstante, para os camponeses, creio que seja o que mais pesa na soma que resulta na migração, até porque a migração temporária só se torna definitiva quando a expectativa de reprodução camponesa no lugar de origem está ameaçada de não mais existir.

O êxodo dos camponeses da região dos Cocais ocorre, de forma constante, há vários anos. Muito antes da década de 1990 já havia notícias de trabalhadores aliciados no Maranhão e levados para empreitas na região amazônica (MARTINS, 1985). Nas décadas de 1970 e 1980, quando os conflitos pela posse da terra começaram a se acirrar, a esperança de prosperidade na Amazônia, fosse trabalhando no garimpo, fosse nos grandes projetos lá instalados, atraiu milhares de camponeses (MAGALHÃES, 1996).

Estima-se que mais de cem mil trabalhadores deixaram o Maranhão nos anos de 1980 (GISTELINCK, 1988). E como é nos momentos de maiores dificuldades econômicas

que os *gatos* costumam a agir, quando Chico Cazuzza passou a aliciar camponeses dos Cocais havia a expansão da agropecuária no sul do Pará e depressão econômica para os trabalhadores rurais dessa região, como pude observar nas narrativas aqui interpretadas, as quais afirmam, em relação às perspectivas econômicas, que “tava fraco” e “aqui é fraco”.

Foi apostando no *brefo* dos camponeses que o *gato* investiu na profissão de empreiteiro de mão-de-obra. O trabalho não era tão difícil, pois bastava convencer camponeses (já quase vencidos pelo pagamento da renda e pela necessidade) de que ele, Chico Cazuzza, era a salvação que aguardavam, a luz a no fim do túnel da precisão, a oportunidade de ganhar um *dinheirinho* para alimentar a família que, em geral, costuma ser numerosa.

Chico Cazuzza já era conhecido por alguns desses trabalhadores do povoado Lagoa e, acredito, por parte de seus conterrâneos. De estatura mediana, branco e com um bigode ralo, era considerado por alguns como *boa pessoa* e por outros como um homem perigoso “... que castigava os trabalhadores e mandava guardas atrás deles se tentavam fugir” (foto 5). Interpelado, em 1991, acerca desse fato, negou-o, assim como os “... relatos de que se gabara de matar três que haviam tentado escapar” (SUTTON, 1994, p. 37).

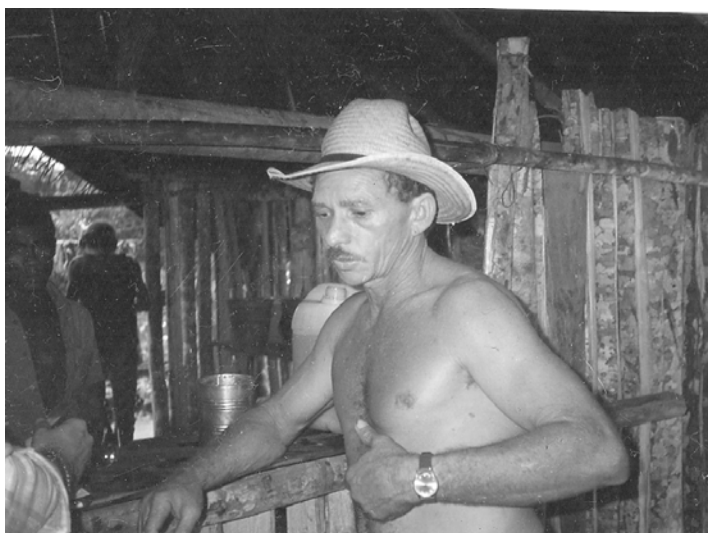


Foto 5: Chico Cazuzza (*gato*). Fonte: Arquivos da CPT, Xinguara-PA, 1991.

O *gato* sabia que quem pretende sobreviver na profissão precisa ter esperteza, boa conversa e fama (principalmente a de homem valente). E Cazuzza não os desconsiderava. Pelo contrário, usava isso de forma bastante equilibrada, tanto que, para arregimentar

trabalhadores, usava intermediários do próprio lugar, que agiam em seu nome, o que facilitava o convencimento dos camponeses. José Raimundo Santos, antes de partir, perguntou a Luis da Silva – que agia em nome de Cazuzza – e aos outros convencidos por ele: “Rapaz, e vocês vão?”, ao que responderam, “Vamo!” “Eu digo: rapaz, pois se vocês irem, eu vou também, vou mais vocês”⁹⁹.

Outro elemento importante usado pelo empreiteiro era a conversa. De acordo com Tôta, “... aqui a conversa era bonita (...), [pois ele dizia] que a gente ganhava muito dinheiro”¹⁰⁰ trabalhando no Pará. Entenda-se por conversa não uma retórica bem elaborada, na qual o ouvinte é convencido por fatos, mas a promessa de dinheiro fácil, cujas somas ultrapassavam os valores pagos nas empreitas da região¹⁰¹.

Na verdade, valendo-se do salário mínimo da época, que era baixo e interferia no pagamento da empreita, Chico Cazuzza oferecia-lhes propostas de remuneração que se tornavam maiores que o mínimo pago em março de 1991, que era de Cr\$17.000,00. Oferecendo uma quantia de Cr\$12.000,00 por alqueire (27.225 m² no Norte e Nordeste), a proposta era extremamente tentadora, principalmente pelo que acrescentava o *gato*, ao afirmar que três homens poderiam desmatar essa área num dia de trabalho. Ao ouvir tal informação, Lourenço Pereira Silva rapidamente fez os cálculos e concluiu que “daria 4 mil cruzeiros para cada um por dia” (SUTTON, 1994, p. 34), de modo que, ao final de trinta dias, excluindo os domingos, um trabalhador poderia ter de salto cerca de Cr\$104.000,00 ou mais de seis salários mínimos da época.

Diante de tão sedutora oferta, não somente Lourenço Silva acreditou nas condições vantajosas que o *gato* oferecia, mas também João Batista caiu na armadilha:

Mas quando chegou lá, o serviço era diferente. O alqueiro era barato, a gente trabalhava o dia, a gente num tava [tendo vantagens], ganhava mixaria. E nada que a gente quisesse lá [se encontrava], tinha que ser comprado. E era tudo dependioso, era um negócio ruim demais, a gente brocava era dentro da água¹⁰².

⁹⁹ SANTOS, José Raimundo Alves. Entrevista citada.

¹⁰⁰ BATISTA, João. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. São José dos Basílios. jan. 2004 e fev 2008.

¹⁰¹ O salário mínimo em março de 1991 era de Cr\$17.000,00 mil cruzeiros. No final do ano de 1991, devido ao processo inflacionário da época, elevou-se para Cr\$ 42.000,00 cruzeiros (SILVA, 2004).

¹⁰² BATISTA, João. Entrevista citada.

Esperteza e boa conversa acerca do *gato* Chico Cazuzza estão, em parte, expostas aqui. Entretanto, resta a de homem valente. Aquela que Cazuzza – como os demais empreiteiros de mão-de-obra – não demonstra no momento do aliciamento, pois se trata de uma peculiaridade dos *gatos* guardada e só colocada em prática na fazenda. De fato, é lá que o trabalhador descobre que aquele homem simpático que o contratou, direta ou indiretamente, pode tratá-lo semelhante ou pior que um animal e até dar cabo de sua vida, se for contestado em suas ordens.

Não obstante, a fama de homem violento que creditam a Chico Cazuzza tem se evidenciado num terreno movediço, ou complexo, para ser interpretado somente pelo prisma dos camponeses – o que não retira ou desconsidera as condições a que foram submetidos, mesmo porque existem elementos que atestam que dois dos aliciados por ele, em Presidente Dutra, sofreram torturas: Edilton Lopes da Costa e Lindomar da Silva, o Lindô (fotos 6 e 7).

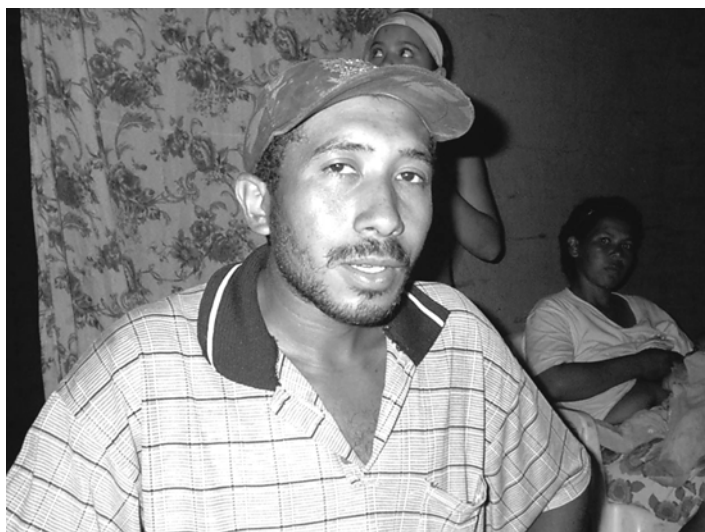


Foto 6: Edilton Lopes da Costa. Autor: J. C. Aragão Silva, 2004.



Foto 7: Lindomar da Silva. Autor: J. C. Aragão Silva, 2004.

De fato, quando imprimiram fuga da Fazenda Santo Antônio do Indaiá e foram capturados pelos pistoleiros, Bimba, Lambretão e Baiano tiveram que ceder, sob ameaças de morte, às torturas aplicadas por seus algozes, entre elas, a de ficarem nus às margens de um riacho, para que as muriçocas se alimentassem, sem que pudessem matar nenhuma. Para se ter uma idéia da situação, Edilton da Costa afirmava que lá havia “meio mundo de muriçoca assim na beira do riacho de noite, meio mundo de muriçoca”¹⁰³

Embora Chico Cazuzza não tenha participado da ação de tortura ou de qualquer outro ato de agressão contra os camponeses em questão, eles o definiram como um homem perigoso e violento, já que ouviram falar de suas maldades durante o período em que estiveram no Pará. É possível conjecturar que emergiu, após a retirada desses trabalhadores dessa fazenda, a possibilidade de fazerem com que Cazuzza pague por seus erros.

Contudo, incriminá-lo perante a lei, através de uma ação impetrada na Justiça local¹⁰⁴, não parecia o bastante – já que as perspectivas de receber seus direitos ou algum dinheiro da parte do *gato* eram poucas ou inexistentes. Nesse sentido, acredito que os camponeses pretendiam puní-lo, também, através de suas narrativas orais, colocando-o, para aquele que os ouvia, como a representação física da maldade, mesmo que outros camponeses do mesmo grupo não o vissem da mesma forma.

É inegável que os interesses de um grupo ou de pessoas estão sempre presentes nas suas narrativas, oral ou escrita. Assim, interpretá-las ainda é o maior desafio do historiador, tendo em vista que

teremos que transpor, às vezes, enorme distância temporal entre o fato narrado e o acontecido, experiência sempre difícil devido às transformações ocorridas, sobretudo nas mentalidades.

O passado, a rigor, é uma alteridade absoluta, que só se torna cognoscível mediante a voz do narrador (BOSI, 2004, p.61).

Apoiando-me nessa assertiva de Bosi (2004), foi possível perceber que o narrado e o acontecido revelaram-se, num primeiro momento, como algo intrigante acerca da figura de Chico Cazuzza. Para entender por que alguns camponeses classificavam o *gato* como

¹⁰³ COSTA, Edilton Lopes da. Entrevista citada.

¹⁰⁴ No dia 6 de setembro de 1991, onze dos camponeses aliciados para a Fazenda Santo Antonio e Santana do Indaiá impetraram, com o apoio da CPT, do Maranhão, uma ação trabalhista na Comarca de Presidente Dutra, pedindo pagamento dos seus direitos e punição para Chico Cazuzza. O processo de n.º.117/91, após várias audiências e outros procedimentos jurídicos (burocráticos), foi arquivado em 5/5/1997, pelo juiz de direito Sebastião Joaquim Lima Bonfim, sob a alegação de falta de interesses dos reclamantes.

um homem violento e outros não, constatei que as relações de reciprocidade entre dominantes e dominados agiam nessa situação, daí que se, porventura, na concepção dos agredidos, os “limites do admissível” foram rompidos e se quebraram os laços que propiciam a aceitação de condições extremas de trabalho, do lado dos que não sofreram torturas a experiência vivida ainda permaneceu dentro dos limites aceitáveis de exploração (REZENDE FIGUEIRA, 2003). Aliás, quando entrevistei João Batista e o questionei a esse respeito, ele respondeu: “só posso contar o que vi”¹⁰⁵. E se não viu, nem sofreu torturas, elas não existiram, assim como também não existe, para esse camponês, um Chico Cazuzza violento.

Nesses termos, é possível entender por que os camponeses que não sofreram agressões físicas não comungam da mesma sentença em relação a Chico Cazuzza. Na verdade, afirmam que ele é uma boa pessoa, principalmente aqueles que já o conheciam, como João Batista. De acordo com Tôta, ele era um trabalhador como os demais: “Se ele tiver culpa [com relação às condições a que foram submetidos] é muito pouca, né”¹⁰⁶, pois ele “... era legal”. Afirmou ainda que se precisasse de um medicamento ou de qualquer outra coisa, na fazenda, o *gato* trazia. “É, ele trazia medicamento sim, mas a gente tinha que pagar também. Lá não tinha nada dado, era a gente que tinha de pagar”¹⁰⁷.

Infere-se, a partir desses fatos, que Cazuzza tinha relativo controle sobre os camponeses aliciados, o qual possivelmente derivava-se de relações recíprocas: o aliciado obedece sem muita reclamação e, em troca, o *gato* propiciava certas garantias, físicas e alimentícias. Ressalte-se que não se pode descartar o medo presente numa situação como essa vivida pelos camponeses, mesmo que o fenômeno tenha dois lados mais evidentes: o que paralisa e o que provoca alguma forma de reação (REZENDE FIGUEIRA, 2003).

Rezende Figueira, ao narrar sobre o medo dos submetidos à escravidão por dívida na Amazônia, descreve diversas situações: medo no falar, medo no ouvir, medo no ver, medo no supor, medo de lembrar, medo da dívida e da fuga, medo do pistoleiro, do *gato*, do fazendeiro e das autoridades, medo do igual, etc. Não obstante, o autor destaca que, entre todos, o maior medo é o da morte. “Ora, a morte, para uns e outros, é o sinal da absoluta finitude, do nada; ou de maiores limitações” sendo um “prêmio ou castigo”, dependendo das condições em que se encontra o trabalhador (REZENDE FIGUEIRA, 2003, p. 99).

Se Chico Cazuzza era ou não um sujeito violento, a dúvida ainda persiste. Contudo, não se pode negar que a imagem que prevalece na narrativa acerca do *gato* é que

¹⁰⁵ BATISTA, João. Entrevista citada.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Idem.

alguns camponeses e seus familiares lhes tinham medo. A esse respeito, Sutton (1994), quando esteve em Dom Pedro, em 1991, encontrou uma mãe desesperada:

A viúva Francisca de Assis, mãe de sete filhos, afirmava ter visto pela última vez o filho de 17 anos, Bento de Assis, em 1990, quando este também foi trabalhar no Pará com o gato Chico Cazuzza. Chico afirmava que o garoto fugira dele, e deu a Francisca o número do telefone do escritório da fazenda, em Redenção, onde ela poderia verificar o paradeiro do filho. O escritório não soube dizer nada. Outros trabalhadores que tinham saído com ele de Dom Pedro não puderam dar notícias, pois haviam perdido o contato quando foram divididos em diferentes equipes de trabalho. Francisca estava convencida de que, se estivesse vivo, seu filho teria voltado (SUTTON, 1994, pp. 110-11).

Interrogada pela pesquisadora se entrara em contato com a polícia, Francisca de Assis, respondeu que “nunca mexi com ninguém. Não falo, porque a gente fica malvista. Estou com medo de reclamar e ele [Chico Cazuzza] vir aqui fazer alguma coisa contra nós. Ele [Bento] era o único homem dentro de casa” (SUTTON, 1994, p. 111 – colchetes da autora).

No depoimento que Chico Cazuzza prestou à polícia federal, em 4 de julho de 1991, o *gato* negou prontamente as acusações de agressão. Disse que desconhecia casos como estes contra os maranhenses que havia levado, mas sabia que aconteciam excessos contra peões que tentavam fugir. Também informou que os *fiscais* (pistoleiros) andavam costumeiramente armados com revólveres e espingarda calibre 20¹⁰⁸.

Após prestar esclarecimentos à polícia, em pouco tempo Chico Cazuzza voltou para a cidade de Dom Pedro, no Maranhão. A ironia nisso tudo é que o *gato* talvez não imaginasse que alguém de sua cidade (que o conhecia) pudesse denunciá-lo. De fato, ele não teria sido preso e interrogado não fosse a fuga de dois camponeses do seu próprio município que, de acordo com as informações, denunciaram-no na polícia federal: Lourenço Pereira da Silva (aquele que pensava em ganhar quatro mil cruzeiros por dia) e Francisco Pereira da Silva.

Os dois fugitivos do cativeiro não participaram – não se sabe por que – da ação na Justiça contra Cazuzza. Talvez por medo, por acharem que não daria em nada ou ainda por algum tipo de relação com o *gato*, valendo ressaltar que Lourenço da Silva já era acostumado a realizar trabalhos em fazendas fora do Maranhão, pelo que comentou para Sutton (1994) que

¹⁰⁸ Auto de Qualificação e Interrogatório do Departamento de Polícia Federal, realizado em 4 de julho de 1991, pelo delegado Sidney José Seixá, na cidade de Redenção, no Pará.

desde 1972 participava de empreitas, podendo até mesmo já ter trabalhado com Cazuzu, pois não citou os empreiteiros de mão-de-obra com quem trabalhou. Por conta de suas idas ao Pará, pegou malária diversas vezes e, no seu retorno, após a fuga, constatou o 14º caso da doença (SUTTON, 1994).

Por sua denúncia das condições em que os camponeses estavam vivendo nas fazendas Santo Antônio e Santana do Indaiá, em Ourilândia do Norte, no Pará, Lourenço foi considerado um *herói*, definição que as instituições de mediação e as de fiscalização também adotaram para dar àqueles que logram sucesso em suas fugas (REZENDE FIGUEIRA, 2003, 2004, LE BRETON, 2002, SILVA, 2004).

As condições de trabalho nas aludidas fazendas, mesmo observando a distância entre o vivido e o narrado e as divergências nas entrevistas dos camponeses aqui analisados e a necessidade dos argumentos dos mediadores de se tornarem aceitos, levam-me a crer que o termo *trabalho escravo por dívida* é o mais apropriado para definir o fenômeno que envolve os camponeses por meio de um débito crescente, que os impede de deixar o local em que trabalham. Vale ressaltar que evidencio a situação como *trabalho escravo por dívida* e não somente como *escravidão*.

Com efeito, foi nesses termos que os fiscais MTE e as instituições que acompanharam o resgate desses trabalhadores definiram a situação: *escravidão por dívida*, já que todos eles tinham débitos com os *gatos* Adão e Leomar Franco, irmãos e proprietários da Empreiteira Reunida Ltda, responsável pelo contrato de desmatamento das referidas fazendas. É oportuno sublinhar que os critérios dos fiscais do Ministério do Trabalho são técnicos e se respaldam nas normas trabalhistas do órgão, enquanto o discernimento de instituições como a CPT são, além de técnicos, frutos de uma metodologia pastoral e militante.

Talvez não tenha muita importância para essas instituições quando, em alguns momentos, a sociedade confunde *trabalho escravo por dívida* com a *escravidão* praticada até o final do século XIX, pois o interesse do MTE e da CPT se assemelham, pelo menos em tese, tendo em vista que o primeiro deve suprimir qualquer prática de trabalho escravo por dívida no país e a segunda luta pela erradicação da *escravidão por dívida* na agricultura contemporânea. Logo, se o nível de indignação daquele que toma conhecimento do fenômeno se eleva quando interpreta a *escravidão por dívida* como algo semelhante à *escravidão negra*, e tal concepção pode ajudar na tarefa de sua supressão, ela é muito bem vinda.

Entrementes, para que não seja acusado de obliterar o fato de que essas duas instituições têm conhecimento da diferença entre o conceito de *escravidão negra* e essa que ocorre agora, devo enfatizar que, nas ações judiciais acerca da *escravidão por dívida*, o MTE e

a CPT interpretam o termo trabalho escravo por dívida de forma diferente da escravidão a que foram submetidos os negros até o final do século XIX.

De fato, as duas instituições sabem bem com o que estão lidando nesse campo jurídico e conceitual do fenômeno, daí serem mediadores conscientes de que, sem argumentos sólidos e juridicamente aceitáveis, torna-se impossível derrubar os argumentos dos fazendeiros de que escravidão por dívida não existe. Por isso mesmo, MTE e CPT tomam como base legal o artigo 149 do Código Penal Brasileiro (CPB), que prevê pena para o crime de trabalho escravo no país¹⁰⁹.

Se por um lado as instituições mediadoras citadas buscam uma base legal para sedimentar seus conceitos, por outro existe uma preocupação dos pesquisadores quanto à construção de um estatuto teórico no qual se discuta a escravidão por dívida na agricultura contemporânea. Nesse sentido, foi criado, pelos professores Ricardo Rezende Figueira e Gelba Cavalcante de Cerqueira, o Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo – GPTEC, cujas discussões têm associado pesquisadores de diversas áreas, regiões e até mesmo de fora do Brasil.

O trabalho desse Grupo, embora seja de poucos anos, já tem provocado um diálogo frutífero entre os pesquisadores. Em 2008, como resultado de algumas discussões, foi lançado o primeiro livro, com textos do I Seminário Internacional sobre Trabalho Escravo por Dívida e Direitos Humanos, realizado em 2005.

Para o ano de 2009, estão previstos mais uma *Reunião Científica*, como se denominou os encontros desses estudiosos, e o lançamento de outro livro sobre trabalho escravo por dívida. Vale ressaltar que os debates no GPTEC têm demonstrado que os pesquisadores percebem a dinâmica do fenômeno na sociedade contemporânea e suas respectivas peculiaridades, que não são as mesmas da escravidão praticada contra o negro até final do século XIX, embora com elementos que se assemelham.

Creio que é necessário e oportuno salientar que, na busca por um estatuto teórico para aprimorar o debate acerca da escravidão por dívida, é preciso tomar consciência que as semelhanças irão emergir e, por vezes, de forma preponderante. Mas nem por isso a elaboração de uma noção acerca do fenômeno deve se distanciar da compreensão de que este é totalmente *outro* e deve ser entendido à luz de nosso tempo vivido, à luz da metodologia que hoje dispomos. Do contrário, se estaria esquecendo que a interpretação de qualquer fenômeno

¹⁰⁹ Artigo 149, § 1º, CPB: “Consideram-se condições análogas às de escravo as circunstâncias em que se evidenciarem qualquer servidão ou degradação do homem, a negação das condições mínimas de respeito à dignidade humana, a implementação de contratos de trabalho vinculados a um ciclo indefinido de dívida ou circunstâncias outras que importem em execução de trabalhos forçados” (SANTOS, 1995, p. 56).

sempre parte do presente em que se encontra qualquer pesquisador ou demais pessoas (BENJAMIN, 1996b, JENKINS, 2004).

Retomando a discussão acerca dos *gatos* Adão e Leomar Franco, quero enfatizar que são homens de fama, e não são das melhores. Os irmãos Franco, na década de 1991, eram temidos e respeitados como empreiteiros no sul do Pará, principalmente Adão, que não gostava de ser “enrolado”, como afirmou Antonio Pereira, camponês que havia trabalhado com esse *gato* anos antes da empreita que fez com Chico Cazuya.

O trabalho na fazenda, de acordo com Raimundo dos Santos, começava cedo, mais ou menos quatro e meia da manhã, quando os camponeses tinham que acordar para preparar o café. Para manter o controle e evitar fugas, o narrador informou que “lá, quando dava quatro horas da manhã, uma picapes que ele tinha lá, rodava direto nos barracos olhando se os caras tinha fugido algum ou tinha ido pro serviço. Acordando todo mundo, o problema lá era esse”¹¹⁰. Além dessas dificuldades cotidianas, João Santiago, tio de Edilton Lopes e uma das pessoas que acompanhou aquela ação de resgate, informou que “... tinha uns pistoleiros lá, um senhor de Bimba e um senhor de Lambretão. Então, tava judiando com pessoal lá. Batendo de cabo de foice, de coice [coronha] de vinte. Aí fugiu uns”¹¹¹.

É certo que o narrado pelo tio de Edilton Lopes não foi vivido por ele. Mas, como alguém que participou do resgate, deve ter ouvido muitos comentários, alguns até com certos exageros, já que os trabalhadores ali presos podiam, após a ação da polícia, falar livremente. O indubitável é que as condições a que estavam sujeitos foram responsáveis pela fuga de Lourenço Pereira da Silva e Francisco Pereira da Silva, em 28 de junho de 1991.

A ação de resgate não demorou. Cerca de quatro dias após a denúncia, o governador do Pará, que tomara conhecimento dos fatos, determinou que a Secretaria de Estadual do Trabalho e a Polícia Militar retirassem todos os trabalhadores das referidas fazendas. Isso aconteceu em 2 de julho de 1991, com o acompanhamento de fiscais do INSS, agentes da CPT, o jornalista da revista Veja Abnor Gondim, Seu João Santiago, entre outros não nominados na ação movida contra Chico Cazuya e Adão Franco, na comarca de Presidente Dutra¹¹².

A vida de Lourenço da Silva não foi mais a mesma, após a denúncia. Um mês depois que chegou a Dom Pedro sua esposa faleceu de infarto aos 40 anos de idade e o camponês atribui a si a culpa pela morte da companheira, alegando que ela sofria muito com

¹¹⁰ DOS SANTOS, Raimundo da Conceição. Entrevista citada.

¹¹¹ SANTIAGO, João. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Presidente Dutra. jan. 2004.

¹¹² Informações colhidas no Processo n.º. 117/91, no Cartório do 2º ofício de Presidente Dutra, em janeiro de 2004.

suas viagens, que lhe causavam tensão e preocupação. Maria Rodrigues da Silva deixou quatro filhos (SUTTON, 1994).

Não consegui quando iniciei minhas pesquisas na região, detectar o destino desse camponês. É possível que tenha mudado para outro município ou mesmo para o Pará, já que, com a morte da esposa, sobraram-lhe quatro filhos para cuidar. Por outro lado, quando iniciei a investigação, já se havia passado mais de uma década dessa ação de resgate nas fazendas Santo Antônio e Santana do Indaiá.

Presumo ainda que, após a denúncia, tenha Lourenço se sentido inseguro para permanecer no município onde Cazuzza também vivia, sem dizer da ação na Justiça que também envolvia Adão Franco, cujos antecedentes eram nada confiáveis para acreditar que não pudesse vingar-se dos camponeses.

As informações mais seguras sobre Chico Cazuzza vão até 1994, ano em que foi condenado a pagar aos reclamantes uma indenização de R\$9.594,16, dos quais somente R\$7.995,13 seriam dividido entre os camponeses (o restante se destinava aos honorários advocatícios)¹¹³.

Nesse ano, o *gato* ainda morava na Rua Veneza, em Dom Pedro. Com efeito, numa visita do oficial de justiça a sua casa para penhora de bens, foi possível constatar dois fatos. O primeiro era que Cazuzza ainda residia no mesmo local e o segundo, de acordo com o oficial de justiça, era que o *gato*, se não era, estava completamente pobre. Segundo o representante da Justiça, não havia nada que pudesse ser penhorado para pagamento da dívida em sua casa e tampouco em qualquer outro lugar, haja vista que, na varredura realizada no cartório de Dom Pedro, coisa nenhuma foi encontrada em seu nome.

A pobreza de Cazuzza foi narrada por Luis da Silva da seguinte forma: “... pobre, é pobre, é pobre. Eu soube que ele só tinha uma casa”. Se verdade ou estratégia do *gato*, o certo é que ele mudou-se de Dom Pedro, num ano que não me foi possível saber. A informação a respeito de seu paradeiro foi dada pelo próprio Luis da Silva: “Rapaz, o Nonatinho contou pra mim que ele mora [em] Governador do Eugênio Barros”. Em seguida, porém, corrige. “É o Governador Archer, né. Disse que ele mora lá. Mais é muito pobre, o Chico”. Não deu para confirmar se Cazuzza estava morando mesmo em Governador Archer, nem o *gato* visto mais pelos camponeses que aliciou.

De fato, até começarem as pesquisas nessa região, parece, à primeira vista, que as lembranças dos camponeses acerca da experiência vivida no Pará e mesmo a existência de

¹¹³ Idem a nota anterior.

Cazuza, estavam adormecidas em suas mentes. Elas talvez aguardassem os estímulos adequados para que emergissem de suas memórias, por meio de narrativas reelaboradas num presente que se relaciona constantemente com passado que não é mais o mesmo, mas que guarda fiapos das experiências vividas no passado que, articulados pela narrativa faz emergir interesses diversos nas falas dos entrevistados, evidenciando a valorização pessoal, principalmente, em relação à experiência a que foram submetidos. Mas essa discussão se dará no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV

DO TRABALHO *LIVRE* À ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA: o que (re)velam os *fiapos* de memória de camponeses da região dos Cocais

*Na construção da memória de cada um,
surgem marcas fundas, recuada a um passado mais próximo
ou mais distante, que não se apagaram ou não se apagam...*

Nancy Alessio Magalhães



Foto 8: Trabalhadores resgatados da Fazenda Santo Antonio e Santana do Indaiá. Fonte: Arquivos da CPT, Xinguara-PA, 1991.

Houve um tempo que migrar para o Pará parecia a alternativa mais viável para camponeses maranhenses. De fato, por ocasião de uma palestra do professor Alfredo Wagner B. de Almeida, em 1996, na casa dos missionários combonianos, em São Luis, o antropólogo afirmou que o Maranhão era um “exportador de conflitos” e a Amazônia, marcadamente o

Pará, a principal área de recepção dessa massa de trabalhadores rurais expulsos compulsoriamente pela grilagem, violência ou necessidade.

A procura pelo aludido estado, como já mencionado em narrativas nesta investigação, vem de longas datas e tem motivos diversos, entre eles a proximidade entre tais unidades federativas e as semelhanças de clima, solo, cultura (simbólica e material, como o trato do roçado), entre outras ligações promovidas pelos longos eventos de migrações do Maranhão para o Pará, cuja história se confunde com a de milhões de camponeses brasileiros que também fazem parte dessa história de migrações (MAGALHÃES, 1996).

Essa identificação com a região amazônica, no entanto, perde ou perdeu parte do encanto com a decadência dos garimpos no final da década de 1980 e com o declínio parcial dos surtos de prosperidade promovido pelos grandes empreendimentos no término do regime militar, cuja prática era utilizar, na sua implantação, “mão-de-obra desqualificada” (SILVA, 1982) em condições análogas à escravidão, conforme diz Martins (1986a, 1997). Somam-se a esses problemas as dificuldades ou mesmo a impossibilidade dos camponeses adquirirem um pedaço de terra nessa região, dado o avanço da grilagem e da violência pela posse da terra naquele estado.

De fato, com o avanço da pecuária, a partir dos anos de 1990, a pata do boi passa a ter privilégios e a abrir caminhos, esmagando os camponeses da mesma forma que a produção de grãos o fará nos anos seguintes, quando o plantio de soja se torna mais lucrativo a esses grandes proprietários, na região Amazônica. Ressalte-se que dos grandes pecuaristas que aí sobreviveram vários deles orgulham-se da façanha de haverem construído fortunas pela pata do boi (LE BRETON, 2002).

Outro fator que levou os trabalhadores maranhenses, principalmente camponeses, a mudarem seus destinos migratórios para os estados do sudeste e centro-oeste, em detrimento dos da região Amazônica, foram os surtos de prosperidade que passaram a demonstrar, com o avanço do que se denominou de agronegócio, destacando-se, essencialmente, o setor sucroalcooleiro. Sem dúvidas, esse outro campo de trabalho tornou-se fascinante e absorvedor (para não dizer devorador) de mão-de-obra desqualificada, mostrando-se extremamente rentável aos olhos de camponeses necessitados por trabalho e por complementar a renda no período de entressafra.

O labor nas matas do Pará e a labuta recente nos canaviais, destacadamente os de São Paulo, farão parte das interpretações e das discussões deste capítulo. Nele, encontraremos dois grupos de trabalhadores oriundos do campo que procuram sobreviver às mudanças constantes e violentas (tanto pela velocidade, quanto pela forma da expropriação),

imprimidas pelo capital no setor rural, as quais interferem de forma significativa no modo de vida desses camponeses da região dos Cocais, no Maranhão.

1. Memória, narrativa e dimensões de identidade camponesa

Dissertar preliminarmente – embora já venha esboçando tal propósito desde o início desta tese – acerca das bases teóricas utilizadas para interpretar memórias e dimensões de identidade dos envolvidos nesta pesquisa, cujos fragmentos ou “farrapos de memórias” (DUBY, 1989) foram captados a partir de suas narrativas, facilitará, neste capítulo, o entendimento da metodologia empregada na análise das falas dos camponeses.

Dado que as discussões sobre memória, narrativa, dimensões de identidade e oralidade são complexas e nem sempre apontam para um lugar comum, minha pretensão é construir uma narrativa histórica que demonstre como se foi engendrando o tecido que aqui se apresenta como memória histórica (escrita) ou somente história, já que, na concepção de Nora (1993), a memória deixa de ser o que é para ser história quando absorvida pela interpretação do historiador.

Com efeito, historiadores que discutem memória, como Nora (1993), costumam dizer que ela não é história, embora a história possa ser memória (escrita) e fazer parte tanto da memória individual, quanto da coletiva de um grupo ou sociedade. As razões para que isso ocorra, de acordo com o autor, relaciona-se ao processo de “aceleração da história”, que construiu lugares onde a memória se cristaliza e se refugia (museus, memoriais, bibliotecas, etc.).

Nos seus termos, a aceleração coincidiu com o crescimento industrial, fenômeno que colocou o mundo na dança, forçada ou não, da mundialização, da democratização, da massificação e da mediatização, cujo processo não destruiu somente as *sociedades-memórias*, mas o seu modo de percepção do passado e de retenção daquilo que dele deveria ser repassado para as gerações futuras (NORA, 1993). Segundo esse pesquisador, a aceleração provoca “... toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representam o modelo e guardam consigo o segredo”.

Apesar de usar o termo “memória verdadeira”, o autor não se refere ao significado literal da última palavra, pois não existe tal memória e creio que tampouco Nora (1993) considere isso, já que, num dado momento de sua análise, interpreta-a como um

fenômeno dinâmico. Isso me leva a crer que aquilo que o autor denominou de “memória verdadeira” poderiam ser aquelas reminiscências que, numa comunidade camponesa, entre outras, não teriam sido modificadas totalmente pela ação destruidora dos costumes modernos das sociedades industrializadas, cujo destino de suas memórias seria o esquecimento, não fosse a história e a construção dos lugares que as cristalizam (NORA, 1993).

A escrita de Nora (1993) destaca ainda a existência de uma luta silenciosa, quase velada, que se trava entre história e memória. Segundo o autor, “no coração da história trabalha um criticismo [destruidor] de memória espontânea” (NORA, 1993, p. 9 – colchetes meu). A respeito dessa oposição entre história e memória, que o autor enfatiza, creio que existem exageros que não favorecem nem a história e tampouco a memória, porque, se concordo que história e memória não são sinônimos, isso não significa dizer que uma repele veementemente a outra.

De acordo com Silva (1995, p. 70 – parênteses do autor),

refletir sobre articulações entre memória e história não significa reduzir os dois termos à condição de sinônimos. Salienta, todavia, a dependência recíproca de ambas e sua densidade como prática social. Ao contrário da oposição feita por Nora entre memória (espaço do vivido e do absoluto) e história (lugar do reconstruído e do relativo), é possível enfatizar no reconstruído e relativo alguns horizontes do vivido e certa pretensão do absoluto, que passam pelas regras eruditas do fazer...

Além de não concordar com a oposição entre história e memória o autor destaca outros elementos que, colocados em confronto e interpretados de forma inadequada, também provocam perdas significativas para o conhecimento histórico. No que concerne a essa discussão, creio que vale a pena citar as primeiras partes do início do livro *História: o prazer em ensino e pesquisa*, de Silva (1995), quando analisa as definições de Bloch e Chesneaux acerca da história.

Na interpretação que faz, Silva ressalta que Bloch diz que “a história serve para distrair, divertir, seduz, ‘tem prazeres estéticos que lhe são próprios’”. Já Chesneaux, “defendeu a história como uma relação ativa com o passado, atendendo a demandas de movimentos e grupos sociais dominados no presente...” (SILVA, 1995, pp. 11-12 – aspas do autor).

Embora seja evidente a divergência conceitual entre os historiadores analisados, Silva (1995) enfatiza que seria injusto enxergar apenas a dicotomia “prazer/luta”, porque seria desperdiçar as *potencialidades* que existem na visão dos dois pesquisadores, já que

tanto Bloch reflete incentivado por dolorosos conflitos de seu momento, neles interferindo, como Chesneaux constrói seus argumentos tendo em vista o acesso de mais e mais pessoas à produção de saber histórico, incluindo-o em suas vivências como elemento de primeira necessidade (SILVA, 1995, p. 12).

Assim, para esse autor,

mais que opor um ao outro, suas diferenças sugerem possibilidades de serem abordadas conjuntamente para se alcançarem outras respostas aos problemas que os motivaram e aos que, sob outros aspectos, continuam a atingir todos aqueles que escolheram a história como espaço de trabalho e de reflexão (SILVA, 1995, p. 12).

O autor observa no encontro entre diferentes que a história possibilita (Bloch e Chesneaux) mais que dicotomias aparentes. De fato, Silva (1995) avança para além delas, com o propósito de superá-las, pois acredita que, em relação a Bloch,

quando se fala em história como distração, diversão, sedução e prazer, não se está, necessariamente, renunciando à sua carga crítica, à capacidade que possui de aprofundar a (auto)compreensão dos homens: diferentes artes também produzem aquelas experiências (pintura, poesia, cinema, teatro etc.) e, simultaneamente, participam, quando o querem, de radicais desmontagens de poderes – governos, valores, grupos (SILVA, 1995, pp. 12-13 – parênteses do autor).

A base teórica que o autor utiliza para interpretar Bloch é a mesma que faz uso para examinar Chesneaux, pois salienta que “associar a história a diversas lutas e identidades sociais, por sua vez, não elimina doses de sensibilidade em relação ao mundo, inclusive no

que diz respeito a torná-lo mais belo e produtor de felicidades” (SILVA, 1995, p. 13). Partilho da interpretação de Silva (1995) e de sua concepção de que

para superar aquela suposta oposição prazer/luta, um passo importante consiste em evitar a transformação do prazer da história em um novo néctar de poucos deuses. Noutras palavras, se o conhecimento histórico efetivamente seduz e diverte os pesquisadores da área, se o contato com livros especializados e diferentes fontes (documentos governamentais, objetos do cotidiano, obras de arte, depoimentos escritos ou orais, fotografias, caricaturas etc) é tão bom para os que estudam história em profundidade por lhes permitir dialogar com experiências humanas e interpretar seus trajetos, por que não expandir efetivamente o universo das pessoas que desfrutam dessas alegrias? (SILVA, 1995, pp. 13-14 – parênteses do autor).

Meu propósito, assim, é tornar possível uma discussão nos moldes da interpretação elaborada por Silva, tendo em vista que

discutir memória possibilita para os historiadores, portanto, refletir permanentemente sobre a historicidade de sua própria produção, criticando o chão seguro e enganoso de teorias que têm pretensões de operar como garantia de objetividade, quer como primeiro princípio (ou seja, corpo de conceitos de que se parte e ao qual se submete uma suposta matéria-prima do saber), que como fim último – vale dizer, corpo de conceitos que se atinge no final das operações de conhecimento, resultante de reflexões a que se aplicou aquele mesmo referencial em estado bruto (SILVA, 1995, p. 71 – parênteses do autor).

Nesse sentido, a memória é encarada nesta investigação como “... um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” (NORA, 1993, p. 9), algo que interage constantemente com as experiências adquiridas no cotidiano dos camponeses aqui interpretados. Compartilho, dessa forma, da assertiva de Nora (1993, p. 9) de que “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos” (NORA, 1993, p. 9).

Nesses termos, torna-se impossível negar as ações do tempo sobre a memória e a história, de modo que, as repentinas revitalizações ocorridas quando o narrador é estimulado a lembrar provocam sempre grandes ou pequenas mudanças na narrativa. Por isso, não me

proponho, neste estudo, a demonstrar uma memória verdadeira dos camponeses submetidos ao trabalho escravo por dívida, mesmo por que, de acordo com Bosi (2004, p. 65),

qual versão de um fato é verdadeira? Nós estávamos e sempre estaremos ausentes dele. Não temos, pois, o direito de refutar um fato contado pelo memorialista, como se ele estivesse no banco dos réus para dizer a verdade, somente a verdade. Ele como todos nós, conta a sua verdade.

O interesse de transmitir suas verdades encontra-se, como não poderia deixar de ser, em todos os narradores ouvidos nesta pesquisa. Vale ressaltar que o sentimento de verdade, para os camponeses aqui considerados, difere do sentido de verdade (histórica) da qual tratam os historiadores, daí que se os camponeses entrevistados usam afirmações como “... só posso contar o que vi ...”, “... essa é a verdade ...”, “... foi só isso...”, estão atribuindo aos seus relatos um sentido de verdade, na acepção literal da palavra, mesmo que agarrada aos fiapos de memória das experiências vividas, cuja totalidade jamais pode ser alcançada, da mesma forma que a história que se liga aos vestígios do passado para produzir uma narrativa histórica, jamais pode ser total.

A análise das memórias dos camponeses em foco, não foi, como já dito, interpretada como um fenômeno estático ou como recordações inscritas na pedra (LEVI, 2004), pois até as pedras sofrem o desgaste do tempo, mas como um campo de possibilidades no qual certos mecanismos, em condições particulares como, os traumas (não apenas os cerebrais), a interferência de outras recordações concorrentes e estados anormais da consciência, repressões e recalques (LEVI, 2004) interferem na memória.

Destarte, a discussão acerca da memória se deu no constante diálogo com as narrativas colhidas por este pesquisador, os autores referidos e outros não mencionados agora mas que, direta ou indiretamente, interpretam-na em seus trabalhos acadêmicos. O auxílio de Silva (1995), Nora (1993), Pollak (1989, 1992), Bosi (2004), Duby (1989), Magalhães (1996) e outros, para as análises desta pesquisa, favoreceram uma maior aproximação com as experiências vividas pelos camponeses. Sem eles o trabalho ficaria prejudicado.

No que concerne ao entendimento da narrativa, as orientações de Magalhães (2001) foram essenciais para compreender os limites entre a experiência narrada e o apreendido pelo pesquisador dessa arte, presente também nos camponeses. De fato, uma arte pouco percebida aos olhos menos atentos e não aquela arte de narrar que Benjamin (1996a)

acreditava estar próxima do fim, mas uma arte *outra* (MAGALHÃES, 2001), construída e visada num tempo sempre presente, evitando-se a pretensão de “... eterno retorno, que, assim, seria repetição mecânica e vazia” (MAGALHÃES, 2001, p. 87).

Nos termos de uma arte *outra*, a narrativa dos camponeses analisados nesta pesquisa demonstra-se diversa – mesmo que se diga que tal característica não é exclusividade desse grupo. Marcada por falas cheias de idas e vindas repentinas, ela não obedeceu ou estabeleceu um roteiro nos moldes acadêmicos, até porque, provocada pelos estímulos deste investigador, as reminiscências parecem aflorar, da cabeça dos camponeses, desordenadamente.

Com efeito, em certos momentos, as narrativas aparentam não ter lógica alguma, tendo em vista que, em determinadas circunstâncias, espera-se respostas precisas, “direto ao ponto” (MAGALHÃES, 2001), fato que não ocorre, já que o narrador não tem a obrigação de fornecer um relatório exato de suas experiências ao pesquisador (MAGALHÃES, 2001).

Então, onde está a arte nessa narrativa camponesa? Ela está justamente na forma como organizam seu mundo, suas falas, suas interpretações das experiências vividas, entre outros aspectos culturais, cuja transmissão ocorre pela oralidade ou pela tradição oral, assentada sobre uma “racionalidade própria” (GODOI, 1999), que ajuda a manter, em certa medida, sua identificação com o campo, ainda que às vezes não se dêem conta disso.

A oralidade age, assim, entre esses camponeses por mim observados, como transmissor de saberes, um elo permanente por onde passam as experiências aprendidas pelos mais velhos e repassada aos mais novos, tendo em vista a pouca ou nenhuma escolaridade formal que ainda prevalece nesse grupo, principalmente entre os adultos nascidos a partir de meados do século XX, no Maranhão e nalguns estados do Brasil.

O termo tradição oral a que me refiro é aquele cunhado por Vansina (1980), nas pesquisas com os povos africanos do Saara e do sul do aludido deserto. Na sua análise, o autor percebeu a importância das palavras e da oralidade na transmissão dos conhecimentos e na “preservação dos saberes ancestrais” (VANSINA, 1980). Aliás, a tradição oral foi definida como “... um testemunho transmitido oralmente de uma geração a outra” (VANSINA, 1980, p. 157), entretanto, adverte o autor, “... nem toda informação verbal é uma tradição” (VANSINA, 1980, p. 158), haja vista que a tradição é duradoura, ainda que constantemente reinterpretada.

É, pois, no sentido da transmissão oral do testemunho de uma geração a outra que me aproprio do termo. De fato, observei que a oralidade entre os camponeses com os

quais trabalho, mesmo nesses tempos ditos modernos, ainda permanece como um importante veículo de transmissão e preservação dos saberes (religiosos, morais, éticos, entre outros) apreendidos nas experiências com a terra¹¹⁴.

“A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores” (BENJAMIN, 1996a, p. 198), sem o que a narrativa perde a riqueza e a pluralidade das informações. Assim, seria ingênuo não observar que as narrativas dos camponeses atingidos pelo fenômeno do trabalho escravo por dívida carregam, além das experiências vividas no Pará, elementos de sua cultura.

“A narrativa, [...] é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação” (BENJAMIN, 1996a, p. 205) com ligação íntima com o lugar social em que vive o narrador, sendo uma arte construída por palavras moldadas pelas experiências reais do artesão da oralidade. Um camponês que narra tem, como todos nós, interesses que se revelam quando a ele é dada a oportunidade de se expressar, falar e contar sua história. A esse respeito Magalhães (2001, p. 107) é categórica:

o espaço do direito à fala, do direito à palavra pode, assim, fazer emergir práticas de sujeitos de suas próprias histórias, que também deliberam sobre os seus rumos, seus desejos de completude, segurança, proteção, aventura, como disputas de poder na sociedade, afirmando que esses devem ser direitos abertos e acessíveis a outras pessoas.

Como “sujeitos de suas próprias histórias”, não procurei encarar os camponeses em discussão nesse estudo como vítimas indefesas ou inconscientes do mundo que os cerca. Vê-los dessa maneira seria destituí-los de suas capacidades intelectuais, passíveis de exame nas mais variadas formas com que engendram suas resistências no campo. Se alguns, por exemplo, se sentiram enganados pelo *gato*, outros tinham alguma consciência do tipo de trabalho que os aguardava. Se outros pensavam em ganhar um *dinheirinho* ou um *trocadinho* para ajudar à família, havia aqueles que se deslocaram para o Pará mais pela *folia*¹¹⁵ e emoção de viajar com um grupo de amigos, desbravando um mundo desconhecido e cheio de experiências outras, que lhes poderiam render várias histórias para contar aos que ficam, além da possibilidade de guardar e amearhar algum pé-de-meia.

¹¹⁴ Para Thompson (2002), na falta de acesso à educação formal, a transmissão oral ocorre com sua pesada carga de costume.

¹¹⁵ Foi assim que seu Antonio Pereira descreveu a emoção que sentiu quando partia para uma empreita no Pará.

Vale enfatizar que a facilidade para ganhar dinheiro, prometida pelo *gato*, suprime a ponderação e o medo de migrar, o qual, diga-se de passagem, parece não existir entre os camponeses, com exceção, é óbvio, do lugar onde a primeira experiência de trabalho foi malsucedida, como observei entre os pesquisados. Constatei ainda que, como acontece em outras regiões onde a falta de terra para viver e se reproduzir é limitada, a migração é encorajada pelos mais velhos (ESTERCI, 1994, SILVA, 2007, GODOI, 1999), pois representa a possibilidade da entrada de capital ou mesmo a mudança de toda a família, se o lugar que recebe o migrante lhe transmite segurança.

Para indicar essa situação de ausência de medo ao migrar, a experiência de Seu Edson pode ser um exemplo. Esse camponês, apesar da experiência malsucedida que enfrentou no Pará, em 1991, não recusou outra proposta de emprego temporário e se arriscou novamente no trabalho sazonal, três anos atrás, naquele mesmo Estado.

O trabalho foi o de sempre: roço de juquirá. O município era Castanhal. A localização completa o narrador não soube precisar, pois alega não lembrar, o que é compreensível, tendo em vista que os *gatos* evitam que os aliciados aprendam o caminho que os leva até o local de trabalho. A permanência de Seu Edson na fazenda foi por dois meses e o pagamento, conforme o camponês, foi feito *direitinho*, ou seja, “foi tudo bom!”¹¹⁶.

Esse preâmbulo sobre memória e narrativa tentou ajudar na compreensão das discussões desse capítulo, na busca de uma proximidade inicial com as análises que serão feitas daqui em diante, nas quais tento interpretar, a partir da narrativa oral – que emerge dos “fiapos” (BOSI, 2004) de memória dos pesquisados –, as dimensões identitárias desses camponeses da região dos Cocais, submetidos à escravidão por dívida, fora do Maranhão.

1.1. O que (re)velam os *fiapos* de memória

As estratégias desses camponeses em relação à narrativa de suas experiências reais são as mais diversas. Nelas encontro *heróis, valentes, corajosos, sábios, estrategistas, cautelosos*. A seu modo, todos têm alguma qualidade para ressaltar nas suas falas, com alguns detendo mais de um desses atributos. Creio que, no geral, esses narradores procuravam melhorar a própria imagem na comunidade, fazendo de suas memórias um apoio sólido para isso (BOSI, 2004).

Luis da Silva (foto 9), hoje com 49 anos, emprega na sua narrativa, mais de uma das qualidades citadas. Era corajoso, valente e herói. Embora nenhum dos narradores

¹¹⁶ PINHEIRO, Francisco Edson Alves. Entrevista citada.

confirme ou fale de seus atos de bravura, esse camponês juntou a fuga de Edilton Costa, Lindomar da Silva, Chiquinho e Agatange à sua narrativa, dando à experiência de tortura e humilhações vivida pelos quatro camponeses, no Pará, uma versão diferente da narrada pelos dois primeiros.



Foto 9: Seu Luis da Silva. Autor: J. C. Aragão Silva, 2004.

Na versão de Luis da Silva, as humilhações contra os camponeses fugitivos não ocorreram na beira do riacho, mas na cantina da fazenda, ocasião em que procurava fazer o acerto conta para ir embora. De acordo ele, ao chegar à cantina da Fazenda Santo Antonio do Indaiá, ficou sabendo que quatros rapazes de Presidente Dutra haviam fugido e, a procura deles, havia saído quatros *fiscais* (pistoleiros), que os encontraram e os trouxeram de volta à fazenda.

Aí no dia que foi pra nós receber o dinheiro, faltou o dinheiro e o carro pra vir deixar. Aí eu comecei a me engrossar [com] aquilo, em ver a humilhação. E houve muita humilhação deles lá com o pessoal, comigo não, com o rapaz. Aí eu comecei sentir com aquilo, né. Comecei sentir com aquilo, comecei sentir, comecei sentir. Aí foi no momento que eles chegaram com os quatro rapaz, amarrado. Chegaram com os quatro rapaz, cada um com a mão amarrada. **Aí eu fui saltei no, no facão e cortei a corda de todos os quatro.** Aí falei pra eles quatro. (O Rabudo mais o Zé Raimundo ficou caçando buraco pra entrar) Quatro pistoleiros dentro do carro. **Aí eu tomei a frente deles quatro, aí eu falei pra eles assim: o que é que vocês querem? O povo vão embora porque não aguentam esse serviço. Vão embora pra escapar e vocês ainda vão prissiguir o povo.** Aí eu disse assim: *pois eu, Luis da Silva*

sou o seguinte, digo, eu com a minha patrulha bem aqui maranhense, digo, se eu entender de eu sair daqui, eu saio no peito e não tem um pistoleiro de vocês que pise em meu bagaço aqui. Aí o Bimba disse: Por que? Eu digo: porque se ir vai um, vai um morrer, sabe. Eu digo: eu não abero [não teme] pra macho aqui não. E digo: e tô desconfiado que é sacanagem, que a primeira fazenda que eu trabalhei não tinha essa sacanagem aqui, e hoje aqui tá surgindo isso aqui. E o Rabudo mais o Zé Raimundo e meus amigos lá de meu barraco só... (o Rabudo, o Zé Raimundo, o Carne Frita, é o Denas, eu chamava de Carne Frita, o Severino, e o Zé Riba e o Tôta, eram vizim meu), ficaram caçando brecha pra entrar, que eu era doido em arruviar aqueles homens. Mais eu tava, me achei irado com aquela humilhação... Eu fiquei irado, fiquei com pena, né. Aí eu saltei na chave do caminhão 3/4 deles lá, azulado de raiva e disse: se vocês não me pagarem hoje, eu levo todo maranhense pro Maranhão nesse instante. Aí eu saltei na chave do caminhão 3/4 e dei uma macha ré no caminhão, e cortei um rabo de arraia lá, fiz uma patota que eles ficaram assombrado. Aí esse Rabudo disse assim: não duvide nada dele não que ele sabe de tudo.¹¹⁷

Conforme asseverei, os atos de bravura de Luis não fazem parte das narrativas de seus companheiros de empreita no Pará. De fato, fui advertido pelo seu amigo *Rabudo* (Raimundo dos Santos) de que ele era doido. Não explicou o porquê, mas sorriu bastante quando, em nosso primeiro contato em 2004, disse que ia entrevistá-lo, fato que não se repetiu mais nos outros encontros que tivemos, em 2006, 2007 e 2008.

A narrativa de Luis é cheia de atos que podem ser considerados fantásticos. À primeira vista poderia vê-los como inverídicos, mas, como adverte Bosi (2004), trata-se apenas de sua verdade acerca das experiências vividas. Para a autora, o “grande mérito dos depoimentos é a revelação do desnível assustador de experiências vividas nos seres que compartilharam a mesma época” (BOSI, 2004, p. 19) ou a mesma experiencial real.

Além do desnível e de sua verdade, Luis procurou inserir na sua narrativa as qualidades que tornam alguém respeitado para os camponeses e para a sociedade (bravura, heroísmo, solidariedade, entre outros). No que concerne à inserção de elementos outros na narrativa, o relato desse participante da pesquisa se assemelha ao de Fernandes, personagem real, de nome fictício, analisado por Amado (1995), que narrou a Revolta de Formoso (1979) à sua maneira, inserindo em seu depoimento partes do romance *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes.

A aproximação entre esses dois narradores se deve também ao fato de que, como Fernandes, Luis poderia também ser visto, numa apreciação prévia, como um “grande

¹¹⁷ SILVA, Luis da. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. São José dos Basílios. jan. 2004 e fev. 2008.

mentiroso” (AMADO, 1995), o que não ocorreu devido às diversas leituras acerca da história oral, entre elas a de um artigo, bastante elucidativo, de Janaina Amado, *O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral*, cuja análise alerta para a forma e o tratamento que o pesquisador pode dar ao que considera como verdades narradas pelos depoentes.

Conforme Amado (1995), a memória de uma pessoa serve para separá-la de outra e a amnésia conduz à perda de identidade. Nesses termos, Luis, agarrado aos fiapos ou aos farrapos de memória, encontrou na narrativa de sua experiência no trabalho sazonal no Pará a oportunidade para mudar, em tese, a imagem desprestigiada de camponês pobre, descendente de índios e com problemas de dicção¹¹⁸ cuja vida simples e desprovida de grandes ambições – a não ser a da transformação de sua experiência no Pará num ato glorioso – parece não importar para as pessoas de sua comunidade. É claro que, mesmo que sua narrativa objetive uma valorização da própria imagem, sua estratégia ainda sofre a interpretação histórica que ora se faz.

A interpretação do historiador é uma atividade incômoda, ou mesmo severa, que se realiza contra a vontade daqueles com quem estabelecemos relações de pesquisa, principalmente quando se trata de história oral¹¹⁹, porque interpretar significa, além de “determinar o significado, adivinhar o significado de (algo) por indução”¹²⁰. Destarte, ao revelar, à sua maneira, as experiências e as estratégias que os envolvidos nesta pesquisa talvez gostassem que ficassem veladas, o historiador pode, apesar dos pesares, alegar que apenas está realizando seu ofício, do contrário poderia ser acusado de seguir exclusivamente o método que se convencionou chamar de *positivismo* (REIS, 2004).

Essa discussão, embora breve, serve para lembrar o papel de “mediador de um diálogo” (REIS, 2004) que o historiador exerce entre as fontes e os leitores, o passado e o presente. Assim, retomando o diálogo com as fontes, ou mais especificamente com a narrativa de Luis, outro fato citado pelo camponês leva às reflexões de Benjamin (1996a), em *O narrador: a sua experiência no Pará*.

¹¹⁸ Entre esses camponeses, o problema que Luis tem para pronunciar as palavras é visto como gagueira, daí o apelido de Luis Gago. No entanto, a meu ver, o problema parece está ligado às cordas vocais e à dicção, já que não pronuncia as palavras com intervalos repetitivos, grandes ou pequenos, como ocorre com os gogos, mas tem dificuldades com algumas, além de ter a voz rouca e arrastada, o que às vezes dá a impressão de que irá perdê-la a qualquer momento.

¹¹⁹ A interpretação de qualquer documento escrito ou oral (entrevistas, discursos, etc) é feito sempre à revelia daqueles que os produziram. O enfoque exclusivo na história oral deve-se ao envolvimento que se estabelece entre pesquisador e pesquisado, cuja interpretação pelo primeiro torna-se uma espécie de “tradução” do narrado. E a tradução, de acordo com um provérbio italiano (“traduttore traditore?”), supõe como sua verdadeira natureza a traição. Conferir a respeito, Renato da Silveira, nas Notas do Tradutor, em Fanon (2008).

¹²⁰ Conferir o Dicionário da língua portuguesa, de Antonio Houaiss edição 2001.

Luis me informou que já havia trabalhado muito em garimpos nesse estado. Conhecia a Serra Pelada, o Cumaru e o garimpo do Ageu, perto de Rio Maria, os quais deixou porque não mais ganhava dinheiro como antes, embora dinheiro fosse algo que o narrador não aparentasse ter. Entretanto, a experiência de garimpeiro lhe deu mais que isso: viver e ouvir muitas histórias. Logo, Luís tinha “muito que contar” (BENJAMIN, 1996a) a respeito do que viveu fora de casa, e foi o que fez quando a oportunidade lhe apareceu por meio desta pesquisa.

Ao analisar a narrativa de Luis, é possível compreender porque, em determinados momentos, ele incluía mortes que teriam ocorrido na fazenda – não comentada pelos demais camponeses que se encontravam no local – e fale como uma pessoa experiente e responsável pelos amigos que embarcaram com ele para a empreita no Pará, aos quais chama de “... meus trabalhadores”; e diz “... eu sou o chefe desse pessoal”.

Tais evidências talvez liguem as experiências anteriores de Luis naquele estado com a que viveu na Fazenda Santo Antonio do Indaiá, acrescentando e suprimindo, na tessitura de sua narrativa, os fatos em desacordo com seus interesses. É que “toda narrativa [...] possui uma dose, maior ou menor, de criação, invenção, fabulação, isto é: uma dose de ficção” (AMADO, 1995, p. 134).

A *criação, invenção* ou *fabulação*, presente na narrativa de Luis, quando passa a florear a experiência real com elementos que outros narradores não citam, demonstra o quanto pode ser rica e complexa o exame da memória e da oralidade. Vale ressaltar que a dose de ficção no relato desse narrador, como nos demais gêneros da ficção, não parte do nada, mas de uma experiência, razão suficiente para concordar com Benjamin (1996a, p. 201) quando assevera que “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes”.

Os argumentos de Benjamin tornam possível deduzir que a narrativa se constrói a partir da experiência vivida ou apreendida, numa relação dialética entre o narrador e quem o escuta. Nesse caso, a atenção por esse à fala daquele serve como um estimulante para a memória, principalmente se quem que escuta tem informações que provocam as reminiscências do narrador. Contudo, não se deve esquecer que o narrador não é somente o observado, mas também um observador que muda a narrativa, adequando-a ao que o ouvinte quer ou deseja ouvir.

Observei em Luis (e noutros) esse perfil, à medida que lhe dirigia algumas perguntas, nos intervalos que o narrador fazia na sua narrativa. Com efeito, antes de perceber que tinha eu informações a respeito do *gato* Chico Cazuza, Luis dissera que já o conhecia e

que era um homem “... muito pobre”, porém, logo que percebeu, procurou adequar o relato ao que, segundo presumia, eu desejava saber: “No começo ele [se] tornou bom, amigo, né. Amigo do povo. Mais eu já tinha informação de mal dele”¹²¹.

A narrativa de Luis me fez lembrar Antonio Biá, personagem fictício do filme *Narradores de Javé*, ao falar a alguns moradores que não mentia, mas *melhorava* as histórias das pessoas. Nesse sentido, embora fosse considerado pelo amigo Raimundo dos Santos e, talvez, pelos vizinhos, como doido, sintomas que não encontrei, Luis, fazendo uso da imaginação, melhorou a própria história.

Tratava-se da história de um camponês que, como todos nós, deseja que suas experiências sejam vistas à sua maneira. E se havia alguém interessado em ouvi-lo, por que não contar suas experiências com um toque de aventura, heroísmo e bravura? “Memória e imaginação não se opõem, como quer o senso comum; antes completam-se, pois possuem a mesma origem, natureza, poderes” (AMADO, 1995, p. 134).

A verdade, no sentido literal da palavra, não é meu objetivo aqui, mesmo porque ela é inviável e autoritária (RAPCHAN, 1997). Por outro lado, como já mencionei, o historiador, como mediador de um diálogo, deve preocupar-se em interpretar os vestígios das experiências humanas e construir, a partir delas, sua narrativa histórica. Nesses termos, consciente ou inconscientemente, Luis também não se preocupou com a verdade nos moldes que se busca nos tribunais e tampouco a que outros camponeses tiveram ao afirmar que contavam apenas o que viram ou vivenciaram, como se fosse possível trazer para o presente o passado como um fato puro (BOSI, 2004).

Verdade e ficção são fenômenos que convivem na narrativa humana, apesar de que aquele que narra, quando se trata de camponeses como esses que participam da pesquisa, procurem dar à sua fala um valor de verdade forjada em elementos morais repassados consuetudinariamente. Na verdade, pude constatar que a vida camponesa dos investigados pauta-se em valores éticos, com a palavra se assentando sempre na verdade, que deve ser cultivada como um dos primeiros princípios da sua moral.

Nesses termos, a palavra empenhada ainda tem, entre os camponeses, valor de contrato, como me revelou Luis (e os demais) ao justificar sua estada, no Pará, submetido ao trabalho escravo por dívida: “Eu vivi lá dentro porque eu tenho palavra, eu tenho palavra [e] quando eu digo eu faço, eu faço, embora tenha prejuízo pra mim”¹²².

¹²¹ SILVA, Luis da. Entrevista citada.

¹²² SILVA, Luis da. Entrevista citada.

Luis termina a narrativa dizendo que, após sua experiência no Pará, não teve mais oportunidade de voltar lá. Alega ainda que a desconfiança também o fez ficar mais cauteloso, mas concluiu: “se eu achasse um jeito de me localizar lá dentro eu era um homem que ia sorrindo”¹²³. Ou seja, se encontrasse algum trabalho confiável, no qual fosse acompanhado de seus amigos, como o Rabudo, quem sabe ele se sentiria localizado, ou melhor, seguro.

Luis da Silva, entretanto, não era o único camponês corajoso do grupo que esteve no Pará, na década de 1990. Havia outros, como João Batista (foto 10), que além desse atributo mostrava em sua narrativa ser também bastante cauteloso e cumpridor das normas da fazenda. De fato, mantinha-se trabalhando e só ficou zangado com o *gato* quando um dos *fiscais*, cujo nome não soube definir, atirou em direção ao seu barraco, à noite, assustando-o e a seus companheiros.



Foto 10: Seu João Batista. Autor: J. C. Aragão Silva, 2004.

*Aí chamei o Chico Cazuzo, e falei pro Chico Cazuzo: Chico Cazuzo! Se aquele gato, aquele cara que tá lá, sendo vigia, se ele der outros tiro perto do nosso barraco não vai dá certo, tu avisa pra ele que é bom ele não fazer mais aquilo, porque aqui tem nenhum moleque não. Nós tamo aqui, mas nós tamo trabalhando, mas nós tem que ter nosso respeito também, né*¹²⁴.

¹²³ Idem.

¹²⁴ BATISTA, João. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. São José dos Basfílios. jan. 2004 e fev 2008.

Conforme já sublinhado, a narrativa de João Batista o colocava como um camponês cauteloso, cautela que tinha sua razão de ser no medo e na esperança que depositava em Deus para receber o pagamento pelo seu trabalho. Por isso, mesmo sem receber dinheiro algum por mais de um mês, apenas a comida, muito cara por sinal, João cumpria direitinho as ordens do *gato* e motivava os companheiros a trabalharem: “rapaz nós vamos garantir até o fim, pra ver como é que fica”.

Segundo João Batista, fugir da fazenda não era a melhor solução, pois era considerável o medo que tinha de passar fome na mata e mais ainda o temor seu e dos demais em relação aos *fiscais*. Alegava ainda razões para não fugir, como o fato de “... sair sem dinheiro, né”.

Se João Batista não gosta de sair devendo – uma constatação que não se aplica somente a esse camponês, mas também a outros com quem manteve contato, assim como aqueles pesquisados por Esterici (1994) – da mesma forma ele e os demais não aceitam ser enganados por quem os contratam. Destarte, para receber o que tem direito, os trabalhadores se submetem, em muitos casos, às condições do empregador, esperando o melhor momento para fazer o *acerto*. Essa parecia a estratégia do narrador.

A vida na fazenda não era das melhores: o trabalho era duro e a alimentação “muito ruim”. A exaustão, provocada pela longa e extenuante jornada, que ia de dez a doze horas, por vezes impedia que os camponeses preparassem a comida para o jantar. Conforme João Batista, havia

muito trabalho, nós entrava seis horas, sete, e chegava cinco horas da tarde. E o de comer era nós mesmo que fazia, e era boia-fria, né. Mais muitas vez, nós nem comia, porque não dava certo, de comer era muito ruim. A carne que a gente podia cozinhar, a carne que a gente comprava, né. Quando ia comer tava congelada, que ali depois, no Pará, quando esfriou já estava congelada. Aí o cabra comer carne gelada, aquele negoço velho, não presta, era ruim de mais¹²⁵.

De acordo com os relatos dos companheiros de João Batista, quando ele retornou da fazenda, estava esquelético. Para Raimundo dos Santos, isso se deveu à economia de alimentação que fazia, pois reclamava constantemente com seus companheiros de empreita para não aumentar a dívida na cantina da fazenda. Algumas vezes, deixava de se alimentar,

¹²⁵ BATISTA, João. Entrevista citada.

afirmando que não ajudaria a pagar a dívida¹²⁶, enquanto Raimundo dos Santos acreditava que somente bem alimentados seria possível enfrentar uma situação de risco ou uma fuga. A conversa entre os dois camponeses foi narrada, por Raimundo dos Santos, da seguinte forma:

[...] o João Batista dizia era pra mim (que eles me chamam de Rabudo, num sabe): Rabudo, eu naquela cantina, o que vocês comprar de hoje pra frente, não compra mais contando comigo não. Eu disse: *tu não vai comer não? Tu vai morrer antes da hora é, de fome?* Num tem isso, não meu amigo. Ô se eu puder comer... Eu digo: não adianta eu ficar aqui com fome num lugar desse, pra mim chegar uma hora, achar um carro pra mim pegar na traseira dele e cair é pra trás, porra, sem poder subir no carro morrendo de fome.

A esse respeito, João Batista ressaltou apenas que os companheiros não se preocupavam em obter algum saldo. A crença dele no recebimento do pagamento pela empreita justifica-se pelo fato de já conhecer e ter trabalhado com o *gato* numa outra, na qual recebeu sem problema. Por seu turno, Martins (1997) acrescenta que a crença dos camponeses que jamais cairiam num regime que pudessem reconhecer como servil os tornam crédulos naquele que os contrata, sendo comum pensar que as coisas ruins só acontecem com os outros (SILVA, 2004).

A esperança de receber o pagamento permaneceu, por vários anos, com João Batista e os companheiros de empreita. Em nosso primeiro encontro, em 2004, esse camponês imaginou que eu fosse alguém da Justiça que vinha avisar-lhe da vitória da ação impetrada na comarca de Presidente Dutra, a qual foi arquivada em 5 de maio de 1997, à revelia dos camponeses, pelo juiz Sebastião Joaquim Lima Bonfim, que alegou “falta de interesse dos reclamantes”.

De fato, dos camponeses envolvidos e entrevistados por mim nenhum tinha conhecimento da finalização do processo, sabendo apenas que havia uma ação na Justiça e que “um dia o dinheiro sai”, o que nunca veio. Passaram-se treze anos até o nosso primeiro contato e eles ainda tinham esperança, a qual, infeliz ou felizmente, teve fim quando informei que a ação estava arquivada.

Os anos se passaram mais ainda e, mesmo assim, quando encontrei, em 2006, 2007 e 2008, parte dos camponeses entrevistados no primeiro contato, em 2004, ainda fui questionado acerca da ação na Justiça com uma frase permeada da mesma esperança dos anos

¹²⁶ Uma estratégia dos *gatos* é coletivizar a dívida, pois, dessa forma, no caso de uma fuga, aqueles que ficam se responsabilizam por todo o débito.

anteriores: “será que um dia nós vamos receber esse dinheiro?” A compreensão de que não existe mais volta parece não ser levada em consideração, cada vez que me encontram. Lembrei então de Bosi (2004) quando fala da existência de “objetos biográficos” que ajudam as pessoas a recordar e a manter o seu mundo perto, ao redor.

A autora fala de objetos que nos fazem lembrar e voltar a viver o passado ou uma esperança. Assim, mesmo não sendo um objeto biográfico, acredito que minha presença/imagem, como pesquisador, é associada às experiências vividas pelos camponeses no Pará, o que provoca, a cada encontro, um retorno que traz à tona a ação na Justiça, a indenização, o dinheiro nunca recebido.

A falta de indenização permanece na memória desses camponeses como uma lacuna da Justiça a ser preenchida, principalmente para aqueles como João Batista, que já adoentado, com problemas de pressão, reclama que a roça não dá mais como antes: “é pouco, muito pouco”. E ele tem razão, pois precisa sustentar uma família com cinco filhos e quatro netos, um fardo pesado até mesmo para quem é saudável. Ressalto que essa realidade de famílias numerosas ainda persiste entre alguns dos camponeses pesquisados, assim como o hábito dos filhos casados de permanecerem próximos ou morando com os pais, como no caso dos de João Batista.

A situação desses camponeses submetidos ao trabalho escravo por dívida na década de 1990 é bastante diferente da realidade dos obrigados a essa condição no início do século seguinte. Acredito que isso também alimenta o desejo daqueles que sofreram tais experiências no final do século passado de serem indenizados, principalmente quando vêem, pela televisão, que trabalhadores recebem seus direitos e ainda são contemplados com seguro-desemprego por três ou mais meses.

A mudança no entendimento do que é trabalho escravo por dívida vem ocorrendo desde a década de 1990, devido às pressões feitas ao governo pelas instituições já citadas ao longo deste estudo, dentre elas, marcadamente, a CPT. Na visão do MTE, hoje diferente daquela das últimas décadas do século XX – quando trabalho escravo por dívida era um fenômeno visto apenas como trabalho degradante e, mais tarde, como trabalho forçado¹²⁷ –, os camponeses aliciados com promessas de altos salários são vítimas de empresários inescrupulosos que usam seus intermediários (*gatos*) para subjugar-los, através de dívidas, com vista à maximização dos lucros.

¹²⁷ De acordo com a Instrução Normativa do MTE nº 01, de 1994, trabalho forçado era a “condição análoga à de escravo, aquela que se dá através de fraude, dívida e retenção de salários e documentos, ameaça e violência, a fim do cerceamento da liberdade” (MTE, 1994). A mesma definição hoje é utilizada para conceituar uma situação de trabalho escravo por dívida.

Para combater essa prática, que não respeita as regras básicas do capitalismo¹²⁸ – em tese pautado na liberdade do trabalhador para vender apenas sua força de trabalho –, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel¹²⁹, organismo do MTE, tem intensificado, em diversas regiões do país, as ações de fiscalização para resgatar trabalhadores em condições de escravidão por dívida, sendo a maioria das operações ainda feita na região Amazônica.

A postura do MTE é, nesse sentido, coerente com o papel que se espera deve exercer a instituição – a de defender os trabalhadores. Semelhante ao procedimento do MTE, no qual o trabalhador aliciado é a vítima, posicionam-se as instituições não-governamentais – Ong's, entidades classistas e confessionais – que atuam na defesa dos direitos humanos e dos trabalhadores seduzidos para o trabalho escravo por dívida.

A CPT, organismo da Igreja Católica, que já há alguns anos conta com uma equipe liberada para atuar no combate, catalogação, denúncia e acolhimento do trabalhador submetido à escravidão por dívida, assume postura que se assemelha ao MTE na defesa daqueles arregimentados por *gatos*. Vale salientar que a CPT não considera os camponeses como vítimas apenas dos fazendeiros e *gatos*, mas também da inoperância do estado e da reorganização do sistema capitalista¹³⁰.

O trabalho da CPT tem sido um sólido ponto de apoio para os fiscais do MTE no levantamento de informações, além de uma referência no combate à escravidão por dívida, sem dizer que se trata de uma fonte de dados riquíssima para pesquisadores de várias áreas das ciências humanas e sociais. Ressalte-se que essa é uma atividade que a CPT exerce antes mesmo da criação de uma equipe exclusiva para tratar do trabalho escravo por dívida. Na verdade, desde sua fundação, em 1975, quando as denúncias acerca da escravidão de índios, posseiros e peões ainda se restringiam aos relatos de uns poucos *heróis* que conseguiam chegar até ela, a entidade se tornou uma referência aos submetidos a essa prática.

¹²⁸ Martins (1997) analisando as décadas de 1970 e 1980, do século XX, assevera acerca do trabalho compulsório, que rotineiramente modernas empresas capitalistas, que investem em empreendimentos agropecuários, têm recorrido à escravidão por dívida, em algumas de suas atividades.

¹²⁹ O Grupo foi fundado em 14 de junho de 1995, através da Portaria nº 550, do MTE, para ser um braço do Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado – GERTRAF. Entretanto, devido à sua eficácia no combate à escravidão por dívida, tornou-se rapidamente mais importante que o GERTRAF. Sua primeira composição era restrita a seis fiscais que atuavam no campo, mas com o Plano Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo, aprovado em 11 de março de 2003, o número elevou-se para cerca de doze fiscais, como previa o plano. A atuação do GEFM é independente das DRTs, tendo autonomia para fiscalizar e resgatar trabalhadores em situações de trabalho escravo em todo país.

¹³⁰ Conforme Martins (1997), a escravidão nos dias de hoje deve ser compreendida como um fenômeno inerente às relações capitalistas no campo. De fato, não poderia ser de outra forma, já que não se pode explicar as contradições de um sistema senão dentro dele mesmo. Nesse caso, a escravidão por dívida não é alheia às relações capitalistas no campo, mas uma deformidade, entre tantas criada pelo sistema para maximizar os lucros do patrão em detrimento da força de trabalho.

Nesse sentido, reconhecendo que o camponês é vítima da inércia do estado e da ganância do sistema capitalista, a imagem que ainda prevalece para a CPT, pelo menos de forma mais imediata, é a do camponês necessitado, não sendo, porém, apenas ela que considera a situação nesses termos. Para a sociedade brasileira, que em muitos momentos assiste inerte às notícias a esse respeito, esta é também a imagem que sobressai às demais. A seu modo, solidarizar-se com a vítima e indignar-se com os fazendeiros que praticam tal crime é muito mais fácil, para milhões de brasileiros, que envolver-se com o problema.

Cabe salientar que a CPT reconhece a existência de trabalhadores retirados mais de uma vez da mesma fazenda, onde estavam submetidos a trabalho escravo por dívida¹³¹. Nesse caso, considera que a vítima resgatada, mesmo tendo sido retirada mais de uma vez, não encontrou outra oportunidade senão a de submeter-se às condições em que vivia outrora, apesar de contar, desde 2003, com o seguro-desemprego de um salário mínimo, após a libertação dessa fazenda, por no mínimo três meses, uma ação do governo que ajuda, porém não resolve o problema.

Noutras palavras, o trabalhador sabe que, como vítima, precisa de ajuda, já que nessa condição, em tese, não sabe se defender sozinho e depende de alguém para auxiliá-lo a sair de uma condição de escravo por dívida que ele mesmo, em determinadas circunstâncias, não admite facilmente, quando observa que assumir tal denominação não lhe trará benefícios imediatos ou a longo prazo (SILVA, 2004). Vale enfatizar que não se trata de um aproveitador, mas de um camponês que, como qualquer pessoa, pode perceber as mudanças conjunturais e as vantagens e desvantagens que essa situação, vista como transitória, oferece, por isso busca a ela sobreviver com as estratégias de que dispõe na condição em que quase sempre se encontra, a de dominado.

De fato, as mudanças conjunturais que ocorreram a partir da década de 1990 alteraram muita coisa no modo de vida desses camponeses, desde que se passou a fiscalizar com maior eficácia os estabelecimentos rurais, havendo um aumento significativo no número de trabalhadores submetidos ao trabalho escravo por dívida. Entre 1995 e 2004, as 328 ações que o GEFM realizou no país possibilitaram a retirada de 14.008 trabalhadores em condições

¹³¹ O Governo Federal admitiu recentemente que dos “... 21.667 trabalhadores resgatados entre 2004 e 2008, 19.547 receberam o seguro-desemprego. O levantamento da pasta [do MTE], feito a pedido da Folha [de São Paulo], revela que, entre esses beneficiados, 257 receberam seguro-desemprego mais de uma vez, ou seja, foram submetidos ao menos duas vezes a esse tipo de mão-de-obra” (SCOLESE, 2009 – grifo nosso). Os dados revelam ainda que o Pará conta com a maioria dos casos: 57 das 257 reincidências.

de escravidão por dívida¹³², o que evoluiu, de 2004 a 2008, para 21.667, dos quais, 19.547 receberam o seguro-desemprego (SCOLESE, 2009).

A lista de trabalhadores oriundos do Maranhão, beneficiados pelo seguro-desemprego, por ter sido submetido ao trabalho escravo por dívida nos últimos quatro anos, é extensa. Uma parte desses dados tornou possível encontrar alguns desses trabalhadores, que se deslocaram para o corte da cana-de-açúcar em São Paulo, Mato Grosso e Goiás.

Uma característica dos trabalhadores sujeitos à escravidão por dívida – que regressam do Maranhão e de outros estados do país – nessa primeira década do século XXI é a tenra idade, o que não é uma novidade, pois numa pesquisa de Antonieta Vieira e Ana Lima, realizada entre 2002 e 2003 – cujos resultados nunca foram divulgados pela OIT, instituição que a encomendou – já era possível perceber que os jovens estavam entre aqueles que mais se deslocavam em busca de trabalho¹³³.

Vale enfatizar que, nas duas décadas finais do século XX, também era possível encontrar menores de idade trabalhando em condições de escravidão por dívida (ESTERCI, 1994, MARTINS, 1997). A esse respeito, tenho comigo uma fotografia, enviada por Ana de Sousa Lima (Aninha), de Antonio Cláudio Freitas dos Santos, quando retirado, em 1991, da Fazenda Santo Antonio e Santana do Indaiá. Na época, tinha Cláudio catorze anos de idade. Escrito a mão, por Aninha, na parte de trás da foto, encontra-se o texto: “Durante operação de fiscalização foi encontrado doente, com ferimentos em função de acidente de trabalho”. A agente da CPT não descreve o acidente, mas, no momento da captura da imagem, Antonio C. F. dos Santos achava-se deitado numa rede, com aparência bastante debilitada (foto 11).

¹³² Dados informados por Xavier Plassat, com base na catalogação que a CPT fez dos relatórios das ações GEFM/MTE. Plassat é o coordenador da Campanha Nacional da CPT de “Olho aberto para não virar escravo”, um *expert* em computadores, como afirma Le Breton (2002), além de um agente incansável no combate ao trabalho escravo por dívida, do qual detém ainda um excelente banco de dados acerca do fenômeno.

¹³³ Como os dados não foram publicados pela OIT, Vieira só permitiu que se falasse a respeito da pesquisa, mas, infelizmente, sem divulgar os resultados – que infelizmente não os tenho, mas espero que um dia sejam colocados à disposição pública.



Foto 11: Antonio Cláudio. Fonte: Arquivos da CPT, Xinguará-PA, 1991.

Apesar da constatação de que a migração de jovens camponeses (em alguns casos, de menores de idade) já vem de décadas, observei, na região dos Cocais, no Maranhão, o aumento do número daqueles que são seduzidos pelo trabalho fora de seu estado, principalmente nas atividades ligadas ao agronegócio, como o corte de cana-de-açúcar, no Sudeste e no Centro-Oeste. Vale sublinhar que a vida na roça em outras regiões do Maranhão e mesmo do país já não motiva os jovens a permanecerem no campo, por razões inúmeras que vão desde o desejo de ganhar o próprio dinheiro ao de se tornarem definitivamente independentes dos pais (BRENNEISEN, 2008).

A atitude de migrar significa romper com a hierarquia que ainda persiste entre pais e filhos no meio rural. Ressalte-se que ela não se aplica mais nos mesmos moldes dos séculos XIX e XX, mas ainda se encontra de norte a sul do país. Brenneisen (2008) constatou essa experiência, ao analisar uma comunidade em Francisco Beltrão, no sudoeste do Paraná, quando os pesquisados (jovens, na maioria) apontaram como um dos fatores que dificultavam a sua permanência com os pais era “relação hierárquica e autoritária” deles.

Na região dos Cocais não é diferente: os filhos não recebem pagamento em dinheiro pelo trabalho que desenvolvem na roça com o pai e, da mesma forma, quando trabalham em seu nome para outros camponeses, no que denominam de *troca de dias* ou *adjunto* – os lavradores se juntam em grupo para trabalhar no roçado de um companheiro, para agilizar a feitura da roça, do plantio, da capina ou da colheita.

Dinheiro torna-se algo incerto para os camponeses jovens ainda submetidos às ordens dos pais, na região dos Cocais. Incerto porque a relação não é totalmente fechada que

impossibilite plenamente o acesso ao dinheiro – mas o pai é quem controla os gastos da família, define prioridades, diz como usar os poucos recursos e, por diversas vezes, como ganhá-lo.

Na casa de João Batista¹³⁴, pude observar que todos os filhos maiores vão para a roça e os menores levam a comida na hora do almoço. Pelo que foi possível perceber, os filhos casados também trabalham com o pai na mesma roça, o que leva a inferir que o pai é quem controla, senão totalmente, mas em boa medida, todos os membros da família.

A possibilidade de romper os laços hierárquicos está, em certos momentos, no casamento ou na migração. No matrimônio, quando o(a) recém-casado(a) pode morar em sua própria casa e dispor de sua força de trabalho, além, claro, de possuir um pedaço de terra para cultivar e garantir sua autonomia – o que não é o caso dos camponeses aqui pesquisados. Sem essas garantias, casar-se não muda muita coisa nas relações entre pais e filhos, quando os últimos ainda permanecem sob o mesmo teto dos primeiros.

Na migração, as possibilidades de liberdade e de dinheiro parecem maiores que no matrimônio, principalmente quando se refere ao corte de cana, cuja propaganda positiva não vem só dos *gatos*, mas também daqueles que passaram pela experiência e conseguiram tirar algumas vantagens, submetendo-se e sobrevivendo ao elevado grau de exploração. Ressalte-se que, algumas vezes, a migração tem como objetivo arrecadar recursos para um futuro casamento que resultará na inauguração de uma nova unidade familiar e de produção (ESTERCI, 1994).

Uma dessa propaganda positiva da migração para os jovens da região dos Cocais pode ser observada na pesquisa de Carneiro (2007), em parceria com a CPT Regional de São Luís, no município de Timbiras, entre 2005 e 2006. Das 114 famílias pesquisadas, 71 delas tinham, pelo menos, um parente trabalhando fora do município (63%), sendo os destinos preferidos Goiás (31%), São Paulo (30%), Pará (6,45%). “A ocupação mais mencionada foi a de cana-de-açúcar, com 54% das respostas” (CARNEIRO, 2007, p. 3).

Desses trabalhadores migrantes, 60,78% pertencem à faixa etária de 20 a 29 anos, dos quais 83,65% são do sexo masculino. A preferência pelos jovens justifica-se pela alta produtividade e a predisposição para intensificar ao máximo a força de trabalho (ESTERCI, 1994). Outro dado importante, citado na pesquisa de Carneiro (2007), é o fato de os trabalhadores afirmarem que a migração ocorreu após o contato com familiares e amigos, o

¹³⁴ Nas vezes em que fui à casa desse camponês, em 2004, 2006 e 2008, quase sempre encontrei toda a família na residência ou por perto. Em 2004, não era tão numerosa. Em 2008, o número de parentes no momento da entrevista era elevado, estando presentes a esposa, os filhos e os netos.

que demonstra que aqueles que retornam ao município se referem à experiência de forma positiva, além de exporem as vantagens econômicas da empreita com a aquisição de móveis, eletrodomésticos e, até mesmo, motocicletas.

Josimar dos Santos, 25 anos, é um desses jovens seduzidos pela imagem positiva do trabalho no corte de cana que, embora não residindo no município de Timbiras, mas na mesma região, em Dom Pedro, migrou, em 2004, para Goiás. Sua primeira experiência foi na Usina Vale do Verdão. Josimar não se referiu a nenhum empreiteiro na sua ida ao referido estado, entretanto, quando se dirigiu ao Mato Grosso, em 2005, informou que fora levado por um senhor de nome Raimundão, cuja origem era atribuída ao município de Paraibano, no Maranhão.

Quando encontrei Josimar, na cidade de Dom Pedro, em 2008, ele trabalhava numa pequena fábrica artesanal de cadeiras. Antes, havia trabalhado em Balsas, no Maranhão, na Fazenda Agroserra. Após suas idas e vindas rumo ao Goiás e Mato Grosso, estado este em que trabalhou como cortador de cana na Usina Gameleira, em 2005, resolveu parar um pouco no seu município, pois o “negócio pra acolá é ruim¹³⁵”.

Por ocasião da entrevista, Josimar afirmou não ter pretensões de sair de Dom Pedro. A decisão parece segura, entretanto, para um jovem sem muita oportunidade de trabalho e pouco estudo, a permanência no município não pode ser considerada definitiva e inexorável, pois haverá sempre a sedução¹³⁶ de uma empreita fora do estado para um trabalhador que ficou na escola até a sétima série e ainda afirma que “o cara estuda pouco e ainda esquece um bocadinho¹³⁷”. A escola, como já citado, tem relativa ou mesmo pouca importância para os camponeses, tendo em vista a distância física ou histórico-cultural que ela ainda mantém das experiências camponesas.

Josimar também se mostrou preocupado comigo devido aos questionamentos que lhe fazia, pois tinha medo que fosse alguém interessado em colher informações para entregá-las à empresa em que trabalhara. Por conta disso, hesitou em gravar a entrevista, permitindo apenas que eu fizesse anotações de suas falas no caderno de campo.

Após alguns minutos de conversa se sentiu mais seguro para falar, informando que havia brigas constantes no eito, cujos resultados eram graves devido aos golpes de facão. Também sublinhou que “as compras eram feitas no comércio do *gato* [e que] tudo era mais caro, mas tinha que comprar porque não tinha outro lugar”. Na verdade, essa é uma prática

¹³⁵ SANTOS, Josimar dos. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Dom Pedro. fev. 2008.

¹³⁶ Seduzir é o que os *gatos* fazem quando saem à procura de trabalhadores. De fato, aliciar também significa seduzir alguém por palavras ou outros artifícios.

¹³⁷ SANTOS, Josimar dos. Entrevista citada.

corriqueira dos *gatos* para manter os trabalhadores presos a eles em empreitas, que podem ser longas ou efêmeras.

A narrativa de Josimar também se assemelha, em alguns momentos, aos dos camponeses que aglutinaram suas experiências com a visão dos agentes de mediação ou fiscalização (MTE, entre outros). Quando fala do cotidiano na usina, o participante da pesquisa inclui, na narrativa, elementos que costumam fazer parte dos argumentos do MTE para definir a situação como escravidão por dívida, como a péssima qualidade da água: “a água de beber era a mesma que tomava banho, lavava cachorro, caía o veneno da cana¹³⁸”.

A inclusão desses elementos na narrativa não pode ser vista como fabulação do narrador. Elas de fato têm sido constatadas noutras experiências vividas por trabalhadores aliciados no Maranhão, daí por que não pretendo afirmar que ele não tenha vivido tal experiência. Entrementes, não se pode negar que a incorporação de elementos, como a água de péssima qualidade, não dê à narrativa uma maior valorização da experiência vivida. Além, é claro, de uma certa dramaticidade.

Vale salientar que as informações acerca do trabalho escravo por dívida hoje são divulgadas constantemente na televisão. Com base nessa constatação é possível deduzir que aqueles que viveram experiências semelhantes tendam, em suas narrativas, a incorporar fatos vividos por outros. Bosi (2004) sugere que um “acontecimento político” interfere na memória individual, embora não seja possível medir o grau de interferência em cada pessoa.

Destarte, se o trabalho escravo por dívida é ou não um acontecimento político quando divulgado, isso depende da interpretação dada a essa experiência. E, em se tratando de interpretação, não se pode esquecer o fato de que a televisão, como instrumento de veiculação de informações, pertencente ao grupo dominante, o qual tem interesses outros e o objetivo de enquadrar a memória individual de um determinado segmento social, o que, obviamente, não se dá de forma linear, pois há contradições e outras possibilidades de interpretação como a indicada no parágrafo anterior, mas que, mesmo assim, ninguém está imune.

Nesses termos todos estamos sujeitos a um processo de enquadramento da memória acerca de determinadas experiências. Ressalte-se que tal fenômeno não ocorre somente dos dominantes para os dominados. Entre os semelhantes ou entre aqueles que tiveram as mesmas vivências ele também pode ocorrer. A esse respeito, Pollak (1989) sublinha que as senhoras sobreviventes do campo de concentração de Auschwitz-Birkenau, marcadamente aquelas à frente do grupo, consideravam-se “guardiãs da verdade” e, como tal,

¹³⁸ SANTOS, Josimar dos. Entrevista citada.

requeriam o direito de escolher as testemunhas sóbrias e confiáveis para falar, ao pesquisador, de suas experiências.

Esse controle direto Josimar não sofreu. Entretanto, não é possível afirmar que não tenha, de alguma forma, percebido e incorporado, após a experiência vivida – até porque recebeu seguro-desemprego como trabalhador submetido ao trabalho escravo por dívida – os elementos que caracterizam uma situação de cativo pela dívida. Outra razão para conjecturar a esse respeito se deve ao fato de que, no momento da entrevista, o trabalhador pediu para que eu denunciasses a pequena indústria de cadeiras, cujo ambiente é insalubre, com pouca ventilação, além de mantê-los sem registro na carteira.

Interpreto que Josimar vive e convive com uma situação de fragmentação de dimensões identitárias por que passam diversos camponeses da mesma faixa etária na região dos Cocais. Vivendo na periferia da cidade, a roça não o atrai nem a outros jovens da mesma região que residem no campo ou em condições semelhantes à sua, na cidade.

O trabalho na roça tem sido assim, uma alternativa, mas não a melhor, na concepção de Josimar, que trabalha nela por necessidade; quando é preciso, mas se pudesse a deixaria definitivamente. Tal constatação não me causa surpresa, tendo em vista que as opções para os jovens permanecerem no campo praticamente inexistem, principalmente quando a concentração da terra só permite o trabalho na roça como arrendatário.

A fragmentação a que me referi anteriormente deve-se à oscilação que a situação histórica capitalista impõe aos camponeses quando os obriga, na luta pela sobrevivência, a migrar e a lidar com outros referenciais simbólicos que podem levar ao surgimento de novas posições de identidade (WOODWARD, 2004). É óbvio que não existe uma identidade fixa (HALL, 2002), mas o que se observa na condição camponesa dos jovens é a perda do lugar de pertencimento, haja vista que a perspectiva de sua inserção no campo é pouco atrativa. Nos termos de Brenneisen (2008), faltam alternativas viáveis, que possam dar aos jovens oportunidades de trabalho e lazer que se assemelhe àquelas oferecidas aos da cidade.

As condições de Josimar são melhores que as de Francisco de Almeida Gomes, 36 anos, impossibilitado de trabalhar por causa de uma hérnia de disco adquirida, segundo ele, no corte da cana em São Paulo. Inválido para o trabalho braçal, Francisco sobrevive hoje com os recursos da Bolsa-Família que a mulher recebe e com os ganhos que ela consegue com a coleta, extração e venda da amêndoa de coco babaçu, além dos trabalhos domésticos (faxina, lavagem de roupa, etc.) que realiza para terceiros.

A experiência desse camponês como migrante fora do estado é longa. De acordo com sua narrativa, já trabalhou em São Paulo no corte de cana, em Minas Gerais na colheita de cebola e no Pará na de pimenta-do-reino. Também já atuou como cozinheiro para outros trabalhadores, quando passou a sentir-se mal com as dores constantes nas costas, fruto da hérnia de disco.

Diferente dos demais narradores, Francisco reclamou primeiramente dos altos preços cobrados nas pensões por onde passou, depois da comida e, por último, do trabalho. “O aluguel era caro, 40 reais por cabeça. O pagamento era feito por quinzena. A comida era ruim e o serviço era pesado”¹³⁹. O aluguel para esse lavrador – como se definiu – consumia grande parte de seus vencimentos. De fato, não era somente ele que o via como o grande vilão: outros trabalhadores, em condições semelhantes, denunciaram a exploração dos donos de pensão sobre eles.

Não bastasse o aluguel, existem casos em que os donos de pensão também são proprietários de mercado e supermercado onde os trabalhadores fazem compras. Nesses casos controlam boa parte dos ganhos dos migrantes. Descrevendo a Carneiro (2007) os gastos de um trabalhador no corte de cana em São Paulo, na região sucroalcooleira, o Sr. Chico Helena detalhou: aluguel, 60,00 reais; água e eletricidade, 45,00; alimentação, 320,00; plano de saúde, 66,66. Ressalte-se que, após todas essas despesas, esse trabalhador ainda disse ser possível poupar cerca de 350,00 reais ao mês.

Retomando o diálogo com a narrativa de Francisco, esse camponês expressou uma opinião singular acerca da escravidão por dívida. Para ele, o serviço realizado no corte de cana é *forçado*, mas não *explorado*. Quando pedi que explicasse, respondeu que: “*forçado* significa cumprir as metas estabelecidas pelos fiscais; [e] *explorado* é aquele que a pessoa não pode sair pra lugar nenhum”¹⁴⁰. Mais uma me convenço da assertiva de Esterici (1994) acerca das definições dos camponeses em relação às experiências de vida como trabalhador submetido à dívida: não há consenso. Um trabalhador pode não ver exploração onde o pesquisador enxerga somente isso.

As visões de determinados fenômenos são mesmo diversas. Carneiro (2007) constata, entre outras coisas, em sua pesquisa, que seria um erro pensar na migração apenas como um fenômeno provocado pela injusta distribuição da terra – consideração que já sublinhei nesta tese. Para o autor, a migração também “... se alimenta dos resultados obtidos

¹³⁹ GOMES, Francisco de Almeida. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Dom Pedro. fev. 2008.

¹⁴⁰ GOMES, Francisco de Almeida. Entrevista citada.

por esses trabalhadores na lavoura de cana”, que também atraem os camponeses aqui examinados.

É notório, portanto, que os resultados positivos de uma migração motivam outros trabalhadores a deixarem seus lares e suas famílias. Os camponeses aqui investigados, como já observei, quando decidiram migrar tinham consigo expectativas que iam desde a aventura de conhecer e obter experiência à de ganhar um dinheirinho para adquirir utensílios domésticos e acessórios para si e a família. De fato, no que concerne aos utensílios, não são poucos – principalmente os jovens – os que voltam com aparelhos de som, televisor, relógios, óculos, bonés, entre outros (MARTINS, 1997, SILVA, 2004).

Os desejos fazem parte da natureza humana, entretanto não cabe deles tratá-los nos limites desta pesquisa. No entanto, além do desejo material, foi possível encontrar naqueles que migram, também, a ânsia de voltar para casa. Mas eles não querem retornar de mãos abanando ou como saíram. É preciso algo mais. A esse respeito, Vettorassi (2006, p. 11 – aspas da autora) sublinha que

a saudade e o desejo de regresso estão indiscutivelmente presentes, mas estes querem voltar diferentes, representantes do moderno através de seus novos pertences, imbricados de valores concretos e abstratos e, sobretudo, vitoriosos no mundo metropolitano onde o ser e o viver são “para fora”, ou seja, voltados para as aparências e para o tempo que é calculado, quantitativo, egoísta.

O retorno para casa é carregado de experiências. Aquele que viaja, além de ter muito que contar, também adquire certo *status* entre os que ficam, pois incorporaria valores e símbolos da denominada cidade moderna. O aprendizado lá fora faz diferença, assim como torna diferentes as pessoas que dele participam.

Com efeito, nas minhas andanças pela região dos Cocais, em certa ocasião conheci um camponês que havia migrado para São Paulo e lá havia trabalhado num hotel três estrelas, como ajudante de cozinha. Quando retornou ao seu povoado, tornou-se conhecido pelas comidas que fazia no lugar. Não se trata mais, é claro, do mesmo camponês, mas de alguém que ainda preserva parte de suas raízes camponesas ou, como já asseverado, um camponês de seu tempo ou de nosso tempo, cuja sobrevivência exige de nós múltiplas especialidades.

Nesse sentido, as dimensões identitárias que afloram dos que entrevistei nesta pesquisa – e de camponeses da mesma região analisados por outros pesquisadores em condições semelhantes – demonstram que a inclusão de elementos do “lugar que não é da gente” passa a fazer parte da formação das dimensões identitária daquele que tem contato com esse lugar (VETTORASSI, 2006). Diante dessas constatações deve-se questionar: existem ainda dimensões de identificações com traços de vida camponesa?

Observando de um ponto de vista no qual se deseja encontrar uma dimensão de identidade fixa, constante e imutável será impossível perceber essa dimensão identitária camponesa. Não obstante, se o olhar busca vê-la como fenômeno em constante transformação ou como uma “celebração móvel” (HALL, 2002) que se ressignifica sempre nas experiências vividas por esses trabalhadores aqui considerados, ela continuará a existir, apesar das pressões do mundo capitalista, que coloca os camponeses em dilemas diários, que não raro implicam nas suas sobrevivências e permanências no campo.

Interpreto que os camponeses aqui analisados, notadamente os mais velhos, adotam estratégias importantes para assim permanecerem. Nesse sentido, a migração contribui, pela via da complementaridade da renda familiar, para a fixação do camponês no campo, mesmo nos casos em que pode se tornar definitiva, o que não foi constatado no grupo que pesquisei.

Como observado, o propósito de retornar ao lugar de origem tem falado mais alto, pois nem mesmo a sedução financeira e os costumes modernos são suficientes para segurar todos os camponeses que migram para outras regiões, principalmente São Paulo. A esse respeito, Vettorassi (2008) cita que maranhenses chegam a passar nove meses em Guaribas, em São Paulo, mas ficam, pelo menos três meses em casa, no Maranhão.

Vale salientar que essa não é uma atitude generalizada entre os trabalhadores. O que pude observar entre os camponeses que entrevistei foi o contrário: o tempo de permanência em São Paulo é mais curto que o tempo que ficam no Maranhão. É oportuno enfatizar que a aceitação por eles de uma dimensão identitária camponesa não se pauta somente na aceitação de afirmações como “eu sou da roça mesmo”¹⁴¹ e “eu sou lavrador... da roça mesmo”¹⁴². Outros elementos, entre os quais o contato com terra, o trabalho familiar, os costumes herdados e as formas de comportamentos ético-político (MOURA, 1986) igualmente contam. Ressalto que esses critérios não são uma camisa-de-força nem pretendia encontrar camponeses que preenchessem todos esses requisitos, porém não posso deixar de

¹⁴¹ SANTOS, Josimar dos. Entrevista citada.

¹⁴² GOMES, Francisco de Almeida. Entrevista citada.

mencionar que tais elementos ainda são critérios que, nesses tempos de grandes mudanças, ajudam a identificá-los.

De fato, observei, no decorrer de minha análise, que na narrativa desses camponeses, existe uma dualidade, no sentido de reciprocidade, vivida por eles na região dos Cocais, dada as constantes transformações econômicas, políticas, sociais, entre outras, que os obrigam a empreender estratégias que parecem afastá-los, aos olhos menos preparados, da identidade camponesa, quando optam por morar próximo à cidade ou mesmo na sua periferia. Daí que acreditar numa representação de camponês como aquela que se encontrava nos idos de 1960, ou mesmo antes, será o mesmo que acreditar que no Brasil ainda existem índios completamente isolados sem qualquer contato com a chamada população branca.

1.2. As memórias daqueles que ficam: mulheres, parentes...

A origem dos camponeses analisados nesta tese remete às migrações dos estados nordestinos do Piauí, Ceará e Pernambuco. Com efeito, o Maranhão, até meados da década de 1960, despertava o desejo de muitos trabalhadores em busca de “terras libertas” (MUSUMECI, 1988). Vale lembrar que, para a área dos Cocais também migraram maranhenses de outras regiões que se fixaram nela, ou se dirigiram para as terras vizinhas do Mearim e de Grajaú.

São esses camponeses hodiernos, herdeiros da memória de grupos migratórios que povoaram a região por razões diversas (fome, violência, seca, entre outros) São, portanto, personagens de uma história ligada à memória daqueles que sobreviveram aos conflitos e aos desafios de construir noutra região um lugar para viver e manter suas tradições no labor com a terra, mesmo longe de suas origens (MAGALHÃES, 1996).

Ressalto ainda que esse processo migratório, além das razões citadas acima, também se vincula, a partir da década de 1950, à modernização da agricultura brasileira, que não contribuiu para produzir outras relações de trabalho no campo, assim como não instituiu melhorias nas condições daqueles que viviam no espaço rural (SILVA, 1982). Deu-se notadamente, um processo de expropriação dos camponeses cujo resultado foi a migração ou a aceitação por eles das novas regras de trabalho no campo como assalariados.

Aqueles que não se submeteram totalmente às novas relações no campo encontraram na migração uma alternativa para viver como camponeses. Por outro lado, além dos motivos apresentados, a ausência de infraestrutura básica, entre elas escola para os filhos

e atendimento médico para as famílias, também operam como estímulos ao deslocamento campo-cidade.

Na tentativa, de atenuar essas dificuldades, evitando a separação total dos filhos, diversos camponeses da região pesquisada têm ocupado áreas na periferia das cidades, para edificar uma *casinha*¹⁴³. De fato, aí se estabelecem com a família, a qual tem que aprender a conviver com as ausências do pai, devido à distância do roçado.

O deslocamento – como já informei – se deve ao fato de os trabalhadores pesquisados não disporem de terra para plantar, o que não se restringe somente aos investigados nesta tese. Com efeito, atinge um vasto segmento de camponeses arrendatários que vivem na periferia de Presidente Dutra e Dom Pedro, mas continuam retirando o sustento do trabalho na roça. Até 1996, existia em Presidente Dutra, conforme o IBGE, 2.554 arrendatários. Torna-se oportuno salientar que desse total estavam fora os trabalhadores que viviam e vivem na periferia, pois eram enquadrados como cidadãos urbanos.

No que concerne a esse deslocamento, é possível considerar que ele tem feito parte da trajetória e das estratégias camponesas. De fato, para Woortmann (1990, p. 16 – colchetes meu) “a trajetória camponesa não (...) [deve ser vista de forma] linear, [pois] um movimento que dirige a uma dimensão de modernidade pode ser, ele mesmo, necessário para que haja um outro movimento, o de reconstruir a tradição” (WOORTMANN, 1990, p. 16). Deduzo, dessa forma, que mesmo vivendo parte de suas vidas na cidade e outra no campo, os camponeses pesquisados mantêm vivas suas ligações com a terra.

Woortmann (1990, p. 17) tem razão quando assevera que “não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades de futuro”. Ou seja, os camponeses agarram-se à memória de suas relações com a terra “... que não se apagaram ou não se apagam, porque envoltas em sentimentos que os estimulam a prosseguir, na luta pelo enraizamento e pela terra, para que o futuro não seja perdido” (MAGALHÃES, 2001, p. 107).

Desse modo, não há linearidade nos movimentos dos camponeses pesquisados e desse grupo de uma forma generalizada, já que se trata de trabalhadores que têm criado, ao longo de décadas, as próprias estratégias, entre elas as relações de solidariedade e reciprocidade que costumam manter com os proprietários, as quais podem, em certos momentos, comprometer sua participação como sujeitos sociais históricos que fundam sua resistência nos valores morais construídos pelo enraizamento com a terra (MORAES, 2000,

¹⁴³ É como os camponeses se referem à sua casa na cidade, por ser modesta se comparada à dos moradores mais antigos. A casa de Seu Antonio Pereira até 2004 ainda era de taipa e ele a chamava de minha casinha.

WOORTMANN, 1990, MAGALHÃES, 1996). Nesse sentido, Moraes (2000, p. 242) acrescenta que “terra, família e trabalho são categoria centrais e sobretudo relacionais, no universo camponês”.

Além dos valores morais e da capacidade que os camponeses dos Cocais têm de se submeterem (como aqueles de regiões distintas) a um alto grau de expropriação (SILVA, 1982), observou-se ainda uma elevada adaptabilidade às mudanças que lhes são impostas pelo capitalismo e por outras forças que agem no campo. É claro que é uma adaptação à sua maneira e não uma transformação radical de sua personalidade ou de suas dimensões identitárias.

Tal ponte relacional que se estabelece entre os camponeses pesquisados e a cidade, a partir das inúmeras necessidades desses trabalhadores, as quais nem sempre é possível definir exatamente, não é uma particularidade da região dos Cocais. De fato, essa é uma situação recorrente pelo Brasil afora, como já citei, observando, entre outros, o termo “urbanejos”, cunhado por Brandão e “casa na cidade”, dita por Moraes (2000), no vizinho Estado do Piauí¹⁴⁴. A esse respeito, foi possível constatar, entre os camponeses pesquisados, que suas roças ainda requerem longas caminhadas diárias¹⁴⁵.

Apesar da longa e cansativa caminhada cotidiana para a roça até à colheita, na entressafra faz parte das estratégias de complementaridade de renda de parte desses trabalhadores o trabalho sazonal que, noutros tempos, tinha como escopo a região Amazônica. Hoje, porém, os estados do Sudeste e Centro-Oeste superam o percentual daqueles que buscam o Pará como local de trabalho.

Os riscos numa empreita fora do estado, tanto no Pará quanto em São Paulo, são iminentes. Como citei neste capítulo, os casos de trabalho escravo por dívida têm se elevado, apesar do aumento da fiscalização, que também pode ser a causa desse crescimento, devido a uma maior repressão, assim como decorrer da crença na impunidade daqueles que continuam a praticar tal crime.

Se os camponeses analisados sofreram em ambientes precários e impróprios o que se designou como escravidão por dívida, o que é observável, por outro lado não se pode negar o sofrimento de suas famílias, que ficam. De fato, o que constatei nas entrevistas das esposas e parentes foi uma narrativa de sofrimento, como no caso de dona Iraildes Rocha (foto 12), esposa de Deusdete de Sousa Rocha, falecido por afogamento no Pará, que relatou

¹⁴⁴ A propósito, ver Moraes (2000), no que concerne a camponeses que tem *a casa da cidade* como parte de suas estratégias de sobrevivência.

¹⁴⁵ Seu Antonio Pereira, entre outros, residente na periferia de Presidente Dutra, quando ainda botava roça, pois já está aposentado, se deslocava entre 9 e 10 km todos os dias.

ter ficado sozinha, em casa, na véspera de dar à luz a um de seus filhos “sem um centavo sequer”.

Oh! Quando ele saiu, eu chorei muito, porque eu tava já na véspera de ganhar o menino. E eu fiquei sozinha numa casa, que a casa era tampada só por fora, nem por dentro era tampada. E eu fiquei com essa menina e meu menino mais velho com o pequeno, grávida do pequeno. Eu tinha muito medo dele não voltar, mais eu dei muito conselho pra ele, e ele, acho que por causa da influência dos outros, ele foi¹⁴⁶.



Foto 12: Dona Iraíldes Rocha. Autor: J. C. Aragão Silva, 2004.

O marido só retornou três meses após o parto, passou poucos dias e viajou novamente. Foi quando faleceu, deixando dona Iraíldes desamparada e com filhos para criar. Quando lhe perguntei como fazia para se manter e criar os filhos, ela asseverou que

É! O que eu enfrentava, é o mesmo que eu enfrento hoje. Porque, ele pra lá, ele tava preso pra lá, não tava mandando nada pra mim mesmo, né. E eu tava na situação que eu tava. Tive o menino, fiquei doente, muito doente, do menino, quando eu tive o menino. Aí doente assim mesmo fui trabalhar, pra dar de comer pra eles, como hoje eu vivo ainda lutando, pra dar o pão pro meus filhos. E aí porque eu tenho pai e tenho minha mãe, mais num. São

¹⁴⁶ ROCHA, Iraíldes da Costa. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Presidente Dutra. jan. 2004.

pobres, num pode me dar, né. E aí ainda hoje eu digo que eu vivo lutando pra dar de comer a eles. E dar o estudo pra eles, dar o que eles precisam¹⁴⁷.

Não encontrei mais dona Iraíldes, após essa entrevista. Parece que havia mudado do local onde residia em Presidente Dutra. Sua situação, como pude constatar, quando a encontrei em 2004, era de dificuldades, mas mantinha-se de cabeça erguida, falava com voz altiva, mesmo fisicamente magra e aparentando cansaço pelas várias atividades que desenvolvia em casa e fora dela, como no trabalho doméstico, para sustentar os filhos.

Da situação de abandono somente as famílias dos jovens Lindomar da Silva, Raimundo da Conceição dos Santos, Edilton Costa e Geraldo Bernardino não podiam reclamar. Apesar da angústia pela falta de notícias desses rapazes, seus pais podiam consolar um ao outro, o que não era o caso de dona Iraíldes, assim como de dona Nair (foto 13), esposa de Seu Edson Pinheiro, que recebiam sempre informações ligadas a acidentes e mortes nas fazendas do Pará.



Foto 13: Dona Nair Medeiros. Autor: J. C. Aragão Silva, 2004.

Com efeito, essas notícias vinham por outros trabalhadores que haviam migrado para o Pará, cujas narrativas quase sempre estavam impregnadas de informações no qual o termo mais empregado era: *ouvi dizer que...* Uma dessas narrativas de ouvi dizer, dona

¹⁴⁷ ROCHA, Iraíldes da Costa. Entrevista citada.

Nair descreveu assim: “Ah! notícia ruim era essa assim: ah!, tá todo mundo na taca lá. Ou já morreu esse, já morreu aquele, fulano apanhou que morreu”¹⁴⁸.

Embora as notícias fossem desconstruídas, nenhum daqueles que migraram para as fazendas Santo Antonio e Santana do Indaiá morreu. Entretanto, os citados jovens de Presidente Dutra, mão-de-obra preferida pelos *gatos*, devido à capacidade de se submeter a jornadas extenuantes de trabalho com o objetivo de aumentar em pouco tempo seus rendimentos (ESTERCI, 1994), afirmaram ter vivido seus piores dias nas referidas fazendas. Raimundo dos Santos, de forma lacônica, asseverou que “lá se chama o trabalho escravo. Lá é o escravo puro”¹⁴⁹.

Raimundo dos Santos, no momento dessa informação, vale sublinhar, já não era mais o mesmo que viveu essa experiência no Pará. Esse narrador já havia contemplado em sua narrativa elementos *outros*, que pôde apreender no contato com a CPT. Não obstante, uma experiência, como ressalta Thompson (1981), traz mudanças que não podemos mensurar, pois o que é vivido por alguém define e redefine esse alguém.

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença (THOMPSON, 1981, p. 17).

Nesses termos, a experiência vivida pode produzir elementos *outros* que dão ao narrador outros elementos que, somados àqueles apreendidos na relação com os mediadores, fornecem-lhe argumentos para definir a sua experiência vivida como trabalho escravo por dívida. Seu João Santiago (foto 14), mesmo não tendo vivido a experiência, também classificou-a como trabalho escravo. Esse tio de Edilton Costa, preocupado com o sobrinho, se deslocou até o Pará, sem ponderar as dificuldades, quando soube que Edilton corria perigo, pois as notícias que recebeu se assemelhavam às que chegavam para outras famílias. Por outro lado, Edilton, na época menor de idade, não era acostumado com o tipo de empreita a que estava submetido. Sobre as condições do trabalho no Pará e no Maranhão, Seu João Santiago disse que

¹⁴⁸ MEDEIROS, Nair. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Presidente Dutra. jan. 2004.

¹⁴⁹ DOS SANTOS, Raimundo da Conceição. Entrevista citada.

é muito diferente, porque aqui, a juquira daqui é um roço maneiro, e lá é mata. As condição aqui, eu acho ela, é mió, né, a vista eu não ter trabalhado lá, mais eu sempre trabalho aqui. E aqui pelo meno a gente tá em casa. Trabalha o dia e vem embora pra casa, chega em casa tem conforto, e lá eles viviam socados na mata, debaixo de uns barraco de lona, dessa loninha preta, quente. Acho que lá, o acesso deles era muito fraco, né¹⁵⁰.



Foto 14: Seu João Santiago. Autor: J. C. Aragão Silva, 2004.

Acerca das condições de trabalho nas referidas fazenda no Pará, o narrador esboçou os seus motivos para ver a situação como escravidão, porque

não tinha direito de sair fora, não tinha direito a nada, né. E viviam trabalhando lá só pela comístia [alimentação]. Porque, quando eles iam ajustar conta, dizia lá: você já tá é devendo, que você já comeu isso aqui. A despesa que você fez, pra dá pra vocês comerem, já acabou, não tem mais saldo não¹⁵¹.

A narrativa de Seu João Santiago ressalta a experiência observada e o que dela foi possível captar para compor o seu relato, não se devendo esquecer de sua convivência com Aninha, agente da CPT, nas reuniões que ela fez em Presidente Dutra. Como os demais narradores, as interferências externas também fizeram parte de sua narrativa, de sorte que, aquilo que foi vivido por aqueles que migraram parece ser vivido também pelos seus

¹⁵⁰ SANTIAGO, João. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. São José dos Basílios. jan. 2004.

¹⁵¹ SANTIAGO, João. Entrevista citada.

familiares, quando narram, pois partilham, mesmo que apenas na narrativa, as dores e os sofrimentos por que passaram seus entes queridos.

1.2.1. *Mulheres de Atenas* e suas lembranças

Em 1976 era lançada por Chico Buarque, numa parceria com Augusto Boal, *Mulheres de Atenas*. De composição bem elaborada, a música se tornou em mais um dos clássicos da música popular brasileira e de seu intérprete. Na letra, os poetas ressaltam a solidão, o sofrimento e a abstenção do prazer e dos sonhos pelas esposas de Atenas.

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Vivem com seus maridos, orgulho e raça de Atenas
 Quando amadas se perfumam
 Se banham com leite, se arrumam
 Suas melenas
 Quando fustigadas não choram
 Se ajoelham, pedem, imploram
 Mais duras penas
 Cadenas
 Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Sofrem pros seus maridos, poder e força de Atenas
 Quando eles embarcam soldados,
 Elas tecem longos bordados
 Mil quarentenas....

Na década de 1990, mais de uma dezena de mulheres de camponeses oriundos do Maranhão, dos municípios de Presidente Dutra, Dom Pedro e outros tornaram-se, metaforicamente, *mulheres de Atenas*, dada a solidão, o abandono e o sofrimento a que estavam sujeitas após a partida de seus maridos. Dentre essas *viúvas de maridos vivos*¹⁵² estavam dona Nair Medeiros, esposa de Seu Edson Pinheiro, dona Maria Lopes, esposa de Antonio Pereira, dona Raimunda Sousa, esposa de Agenor dos Santos, e dona Iraíldes Rocha, esposa de Deusdete.

Da primeira vez que encontrei essas mulheres acostumadas ao trabalho duro, em 2004, até os últimos contatos com parte delas, fui sempre recebido com sorrisos no rosto,

¹⁵² Nome correntemente atribuído a mulheres de migrantes no Nordeste brasileiro e no Norte de Minas Gerais (MORAES, 2000).

numa aparente felicidade no semblante. Havia, talvez, uma aparente aceitação da vida que supostamente lhes fora reservada por Deus, como asseverou dona Maria Lopes (foto 15),

Acostumei, acostumei, que às vezes minha família chega aqui se admira da minha casa [feita de taipa], que minha família tudo tem casa boa. (...) Eu digo: é o jeito, que [é] o marido que Deus me deu. Eu vou suportar ele até o dia que Deus não quiser mais, tirar ou eu ou ele, que eu não sou daquela época que mulher troca marido [risos]¹⁵³.



Foto 15: Dona Maria Lopes. Autor: J. C. Aragão Silva, 2004.

Submissão ou costume, a atitude também parece ligada a uma concepção religiosa de predestinação, como se constata na narrativa de dona Maria Lopes e nas falas das esposas dos demais camponeses analisados. O que essas esposas ressaltam acerca das condições que ficaram naquele período é que “tinha que agüentar, não tinha outro jeito”¹⁵⁴.

Analisando essa narrativa à luz das constatações de Del Priori (1993) acerca do período colonial é possível perceber certas permanências de comportamentos que reelaboradas no presente, pois a autora revela um condicionamento da mulher, que se torna eficaz com a intensificação do processo civilizatório definido por colonizadores, no caso do

¹⁵³ LOPES. Maria. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Presidente Dutra, jan. 2004. Vale acrescentar que, embora já faça muito tempo, a liberdade que as mulheres tinham no período colonial brasileiro era bem mais ampla do que têm hoje, com algumas exceções, é claro. Naquele período, as mulheres “trocavam de homem quando lhes aprazia e tinham filhos com quem achavam melhor. Elas certamente escolhiam um companheiro único, muitas vezes; mas ele freqüentemente partia atrás de trabalho, pouco tempo depois, deixando mulher e filhos” (ALVES, 1994. p. 36), o que as levava a procurar um novo parceiro.

¹⁵⁴ LOPES. Maria. Entrevista citada.

Brasil, via imposição do casamento pela Igreja Católica e do discurso ideológico-médico de que a função da mulher era procriar e se submeter às ordens do marido.

Valendo-se dessas idéias acerca de uma inferioridade biológica da mulher, a Igreja Católica explorou, ainda, “as relações de dominação que presidiam o encontro de homem e mulher, incentivando a última a ser exemplarmente obediente e submissa” (DEL PRIORE, 1993. p. 29), limitando-se a ser mãe, companheira e, acima de tudo, fiel ao marido.

Suportar, assim, o choro dos filhos com fome, doentes, entre outras situações, fazia parte do compromisso assumido no casamento, assim como do destino¹⁵⁵ que Deus, conforme a crença dessas mulheres, lhes havia reservado. Ressalto que, além de cuidar da casa, da roça e dos filhos, ainda eram atormentadas pelas notícias que vinham do Pará, as quais, como já sublinhei, eram recheadas de acontecimentos trágicos.

Dona Nair lembra-se de ter recebido mais de uma dessas notícias trágicas. Certa vez, disseram a ela que o caminhão com os peões tinha virado e matado muita gente. Nesse momento, afirmou que ficou *passada*, ou seja, paralisada, por pensar que seu marido poderia ter morrido. Contudo, logo se restabeleceu e pensou: “se ele tivesse morrido o corpo já teria chegado aqui”¹⁵⁶.

Acerca desse episódio, Seu Edson explicou que tudo não passou de uma batida do caminhão em que viajava, no acostamento de uma ponte, devido a um cochilo do motorista. As conseqüências da batida não foram mais graves por “obra de Deus”, asseverou. Entrementes, do sinistro resultou trabalhadores com hematomas e cortes no corpo, causados pelos litros de cachaça que os trabalhadores levavam.

De acordo com Seu Edson, a cachaça a bordo do caminhão tinha sido fornecida pelo *gato*, prática comum entre esses aliciadores, pois facilita no momento do transporte dos trabalhadores. Na verdade, a bebida serve para aliviar a tensão, o cansaço e a apreensão e aquecer o corpo maltratado pela dura viagem (SILVA, 2004).

As mulheres desses trabalhadores pesquisados exercem jornadas severas de trabalho quando estão sozinhas e acumulam a função de pai e mãe. Mas não reclamam, pelo menos pra mim, dos seus supostos *destinos*, da longa ou curta espera de seus maridos. São *mulheres de Atenas* – não por opção, mas por condições alheias a elas – que, apesar das tensões que recaem sobre seus ombros, as quais afluem de todos os lados, não se rendem, ou como diz a canção: “quando fustigadas não choram. Se ajoelham, pedem, imploram”, apesar

¹⁵⁵ Moraes (2004) analisa, em narrativas de mulheres camponesas, o tema da percepção da vida como destino.

¹⁵⁶ MEDEIROS, Nair. Entrevista citada.

das “mais duras penas”, que Deus proteja os maridos e os traga de volta, ou mesmo simples e boa notícia de que estão vivos.

Notícias são algo que as mulheres desses trabalhadores recebiam raramente e, como evidenciei, eram trazidas por outros. Seu Antonio Pereira nos disse categoricamente que “minha notícia [é] quando eu saio. Se sair hoje é só com noventa e três dias, [pois] eu não escrevo, num mando carta, que eu não sei ler”¹⁵⁷.

De fato, Sutton, que em 1991, entrevistou trabalhadores retirados das fazendas Santo Antonio e Santana do Indaiá, bem como suas famílias, ficou estarrecida com a falta de informação:

[...] meu primeiro encontro com famílias de pessoas vítimas de trabalho escravo foi em Dom Pedro, Maranhão, em novembro de 1991. Em certo sentido, foi o mais perturbador. Falei com várias mulheres cujos maridos haviam embarcado em caminhões de gatos para ir trabalhar no Pará. O mais impressionante foi a maneira como algumas delas disseram, fatalisticamente, que não tinham idéia de onde estava o marido, nem quanto tempo ele ficaria ausente, que isso acontecia todo ano e que, na ausência do homem, tinha de lutar da melhor maneira possível, sem saber ao certo por quanto tempo (SUTTON, 1994, p. 111).

À falta de notícias, soma-se à vida dessas mulheres a solidão e o abandono, entre outras dificuldades, como a ter que sustentar a família sem receber nenhuma ajuda do marido. Dona Nair narrou que a necessidade e a falta de recursos para sustentar os filhos era sua maior preocupação, pois apesar do apoio de sua mãe e de seu pai, “a necessidade era grande”.

Dona Maria Lopes, vizinha de dona Nair, não contava com a ajuda dos pais que, além de morarem distante, também eram muito pobres, de sorte que, para sobreviver dona Maria nos declarou que “botava [os] filhinhos mais velhos na olaria desbarberando¹⁵⁸ alvenaria [e partia para o babaçal] quebrando coco de meia [divido com proprietário da terra]”¹⁵⁹. No babaçal, ficava até o cair da tarde, chegando a casa à noitinha para preparar e servir o jantar, cuidar das crianças menores, dormir um pouco e acordar novamente na madrugada para preparar o almoço e partir, mais uma vez, para a mesma labuta.

¹⁵⁷ PEREIRA. Antonio. Entrevista citada.

¹⁵⁸ Desbarberando significa retirar os excessos nos lados dos tijolos feitos à mão, já que a forma não fica sobre uma superfície totalmente plana, o que leva ao vazamento da massa e à geração dos excessos.

¹⁵⁹ LOPES. Maria. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Presidente Dutra. 17 jan. 2004.

Essa rotina severa de trabalho foi observada em todas as narrativas dessas mulheres. Mesmo aquelas que não quiseram falar como entrevistadas, aqui ou acolá, interrompiam os maridos para colocar como viviam sem a presença deles. Dona Iraíldes lembra que, mesmo enferma após o parto, teve que trabalhar para sustentar os três filhos.

Quebrar coco, fazer cuscuz, bolo e pastel, lavar roupa e vender comida em barracas improvisadas são estratégias de sobrevivência dessas mulheres desses trabalhadores para manter os filhos – quase sempre são muitos – quando os maridos migram, ou como dizem suas esposas, “quando eles caem no trecho”. Trata-se de guerreiras que embora aparentemente submissão não se abatem com o sofrimento, mesmo quando tem que ser mantido com resignação. Dona Maria Raimunda, maranhense de Açailândia, e mãe de oito filhos, sublinha com mestria essa situação: “a gente sofre tanto que nem tem coragem para contar. Quando os meninos eram pequenos, ficavam todos com fome ao meio-dia. A vizinhança não sabia, eu não tinha coragem de contar” (SUTTON, 1994, p. 118).

A fome é, de fato, companheira quase constante das famílias dos trabalhadores que partem para o trabalho de empreita. Dona Maria Lopes, com voz um pouco trêmula, narrou que “deixava um bolim de arroz branco, de arrozim cozinhado com sal e a gordura” para os filhos comer ao meio-dia. Quando perguntei se isso era suficiente para sustentar os filhos, ela respondeu: “Mais que jeito? Tinha que dá”¹⁶⁰.

Apesar dessas dificuldades, pude constatar que os filhos dessas famílias sobrevivem até hoje. E, ao contrário do que poderia se conjecturar acerca de traumas que os levassem a qualquer tipo de preconceito com os pais, o que ficou patente foi a afeição, o respeito e o carinho, principalmente, pela figura do pai, ainda que ele nem sempre estivesse por perto.

Dona Nair e Seu Edson, entre outros, orgulham-se do filho mais velho que, no início de 2004, ingressou na Universidade Federal do Piauí, no curso de Biologia. Em 2008, quando estive com o casal, aguardavam ansiosos pela formatura. Vale enfatizar que os demais rebentos também são motivos de satisfação, pois todos trabalham, o que para essas famílias camponesas, significa, dignidade, honestidade e honra.

Das famílias entrevistadas, boa parte dos filhos já estavam casados, em 2004. Daqueles ainda solteiros, alguns já haviam contraído matrimônio, em 2008. Na casa de Antonio Pereira, a quantidade de netos era tão surpreendente que a entrevista só ocorreu após este pesquisador acalmar os ânimos da garotada com alguns bombons.

¹⁶⁰ LOPES. Maria. Entrevista citada.

Ter muitos filhos, para os camponeses, também significa braços para, no futuro, ajudar na roça. De fato, nas famílias de João Batista e José Raimundo, encontrei somente as meninas quando cheguei a suas respectivas casas. Os meninos, ou melhor, os homens – já que a partir do momento em que passam a participar do trabalho na roça são elevados a tal condição – estavam na lavoura com o pai.

Existe, contudo, algumas divisões, já que as crianças do sexo masculino começam a trabalhar na roça desde os cinco anos de idade, fazendo o que os camponeses chamam de serviços leves, como catar galhos, levar e trazer água e comida para os pais. Os mais velhos, dos 12 anos em diante, são mais resistentes e pegam no pesado com os outros homens. Nesse sentido, percebi, na divisão do trabalho familiar, uma manutenção de certos padrões de comportamento.

A forma de transportar a comida pelos filhos até a roça segue ainda o mesmo ritual. A mãe põe a vasilha no centro de uma toalha de mesa e depois, com calma, pega as pontas dos cantos opostos da toalha em sentido transversal e as amarra firme, para que a comida não derrame no caminho nem chegue fria na roça. Preparada a marmita, a responsabilidade do transporte até a roça fica a cargo dos filhos menores ou das filhas, mulheres, quando essas não têm outras obrigações.

O cuidado com os filhos adultos e de colo, como os de Raimundo da Conceição e Edilton Lopes da Costa, que haviam nascido em 2004 e agora já se encontram com cinco anos de idade, a maior parte da educação ainda é prerrogativa das mulheres. Aos maridos é dada a responsabilidade de prover o sustento e dar ordens, principalmente quando a mãe não é obedecida, o que parece difícil, já que todas demonstraram pulso forte com os filhos, como pude observar quando a esposa de João Batista, dona Iracema da Conceição, ordenou que a filha mais velha Francenilde da Silva fosse levar a comida para os outros dois filhos, que estavam na roça.

“Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas”, não vendo nelas submissão e obediência aos seus esposos, mas um exemplo de coragem, de vida, de zelo com os filhos e maridos, enfim de suas famílias, defendendo-os, na simplicidade de suas vidas, como mulheres que *parecem*¹⁶¹ não desejar mais nada, senão que todos estejam em família, tanto perto, quanto longe.

¹⁶¹ Digo *parecem*, pois conheço e reconheço a luta das mulheres pela a emancipação feminina. Não pretendo, assim, ressaltar a obediência e a submissão, mas as qualidades de mãe dessas camponesas que considereei como *Mulheres de Atenas* dada a resistência e a coragem com enfrentam longas jornadas sozinhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar às palavras finais desta pesquisa me vieram à cabeça algumas imagens observadas ao longo do estudo. A desconfiança dos camponeses, o receio de falar, o medo do estranho que faz muitas perguntas, a alegria do reencontro para outros, novas conversas e entrevistas, tudo volta por um instante a ser revivido.

Foram anos de encontros e desencontros. De fato, não cheguei a tudo o que procurava. Dessa forma, tive que trabalhar com o que foi possível captar para atender meus objetivos, pois os narradores nem sempre entendiam (ou resistiam) as questões que formulava para eles. As respostas aos meus anseios, quando vinham, eram depois de horas de leituras e (re)interpretação do narrado, gravado e transcrito.

Acalmava-me, por essas ocasiões, as lembranças dos ensinamentos de minha orientadora, Nancy Alessio Magalhães, bem como as leituras de seus artigos, entre esses *Narradores: vozes e poderes de pensadores*, que guarda elementos esclarecedores, notadamente quando a autora sublinha que os narradores não têm o dever de prestarem um *relatório* a respeito de suas experiências vividas (e isso inclui os que entrevistei), ou mesmo, como ensina Bosi (2004), de falar a verdade.

Nesse processo de interpretação das experiências desses camponeses acerca da escravidão por dívida, a consulta e a leitura de textos a respeito dos problemas agrários, no Maranhão, foram necessárias para compreender as condições de vida deles no estado na última década do século XX e nesse primeiro decênio do XXI, ressaltando que recuei até aos anos de 1960, quando necessário.

Consultando alguns autores, pude constatar inúmeras dificuldades para que esses camponeses ainda permaneçam trabalhando no campo. Percebi, de forma velada e revelada pela interpretação, uma resistência ímpar, quando passei a ver que, mesmo obrigados, por razões diversas, a morar nas periferias das cidades de Presidente Dutra e Dom Pedro, esses trabalhadores ainda preservam o hábito de botar suas roças, mesmo que fiquem a *léguas* de suas casas.

É uma vida sem muito ou quase nenhum descanso, e a descrição que fiz do dia-a-dia de Seu Edson diz bem da situação. Não posso deixar de considerar ainda que alguns

vivam em condições precárias. Não é uma vida miserável, pois ainda conseguem retirar da terra o alimento para si e para a família. Não reclamam muito a esse respeito, mas isso não impede que eu observe as limitações e as necessidades presentes no cotidiano desses trabalhadores.

Vale lembrar que estava e estou consciente dos argumentos de Assunção (2008), que alertam para a visão que alguns pesquisadores dispensam às condições de vida dos camponeses no Maranhão. Conforme o autor, eles evidenciam no modo como os observam e como se processam as experiências com a terra, mais miséria que uma vida simples.

Quero ressaltar que aceitar a situação dessa forma, como uma vida simples, também pode levar-me a incorrer no erro de suavizar a exploração a que se submetem os camponeses com os quais trabalho. É acreditar que as relações entre dominante e dominado, presentes até hoje na região dos Cocais, fazem parte das peculiaridades do lugar, sendo, assim, algo normal. É aceitar que o pagamento da renda de 3/4 por linha de roça plantada seja um preço justo para os camponeses investigados e que a exploração está em níveis admissíveis, já que os camponeses concordam com as regras desse jogo em que o perdedor já é conhecido.

Nessa discussão, torna-se oportuno, embora já tenha mencionado, interpretar outra vez Esterci (1994), quando sublinha que onde os próprios prejudicados não reconhecem a situação como exploração, nada impede aqueles que dispõem dos instrumentais necessários para entendê-la de considerá-la como tal. É notório, e isso está presente nesta tese, que a longa história dos camponeses maranhenses e da região estudada se fez em meio a conflitos, grilagem, violência e exploração. Se ainda é possível encontrar camponeses na área pesquisada, isso se deve às estratégias de resistência que eles engendram constantemente, entre as quais a migração dentro e fora do estado.

Compreendi a migração também como elemento de complementaridade da renda que, em certa medida, diminui a dependência dos camponeses pesquisados com os proprietários e comerciantes da região, pois o trabalho sazonal pode assegurar um recurso extra quando a roça ainda está por ser ou já foi colhida. Não deixa de ser um modo de enfrentar a exploração e de torná-la menos absoluta.

Posso considerar então, a partir das narrativas colhidas, que os camponeses dos municípios investigados tomam consciência da exploração que sofrem. Entrementes, são subjugados pela necessidade que têm de terra, principalmente para plantar, já que onde moram eles a têm.

Ainda no que concerne à exploração, não desconheço que encontram formas de diminuí-la, mas não de suprimi-la definitivamente. A dependência da terra a que estão presos não permite que isso aconteça. Por isso, quando podem e encontram alguma chance para conseguir alguma vantagem (financeira, pessoal, entre outras), agem de forma semelhante, em geral, aos demais cidadãos urbanos, talvez do mundo, pois desde muito tempo sabem analisar a vida cidadina e sua forma de comportamento dentro das normas capitalistas.

As memórias desses trabalhadores pesquisados também (re)velaram compreensões diversas acerca da escravidão por dívida. A maior parte dos camponeses entrevistados e mesmo suas famílias não perceberam a experiência vivida no desmatamento, no Pará, e no corte da cana, em São Paulo, como trabalho escravo por dívida.

Creio que a palavra escravo ainda soa muito mal até hoje para esses camponeses, pois representa um tempo de cativo, de correntes nos pés, pelourinho, chicotes, ferros quentes, entre outros instrumentos de tortura, além de perceberem a situação como inerente aos negros. Aliás, tratando-se de negros, mesmo sendo os pesquisados negros ou mestiços, não é fácil que aceitem tal condição, tanto que João Batista, num determinado momento da entrevista, ressaltou que escravo era coisa de negro.

Entre os camponeses investigados que denominaram a experiência vivida por eles como escravidão ficou patente a compreensão de que essa aceitação do termo poderia ser positiva naquele momento. Ademais, assimilaram elementos outros em suas narrativas que passaram a nortear parte de suas lembranças do acontecido, numa reelaboração freqüente. Contudo, pude observar que existem acontecimentos-chaves, como o episódio da tortura de Edilton e Lindomar, cujo fato é narrado por todos e à sua maneira.

O diálogo com esses narradores me possibilitou mais uma vez lidar com um fenômeno que considero ainda pouco interpretado pela academia, apesar dos esforços que vêm sendo feitos. Como asseverei, é uma experiência de nosso tempo, que deve ser vista e entendida como tal.

A escravidão por dívida envolve milhares de trabalhadores cujas memórias ainda se encontram veladas para nós. A narrativa histórica que emerge agora não preenche e não é suficiente para sequer ocupar parte do imenso buraco que separa a história dos camponeses submetidos a esta prática daquela que ainda precisa ser escrita sobre o fenômeno.

Minha interpretação das narrativas que emergiram dos fiapos de memórias desses camponeses, que gentilmente me receberam em suas casas, sacrificou parte das entrevistas colhidas. De fato, tornou-se impossível contemplar todos os narradores com quem me relacionei.

Com efeito, à medida que obtinha informações com eles, mais complexa se tornava minha tarefa. Passei a me sentir como alguém que vai ao mercado com uma cesta pequena para comprar algumas maçãs e que, ao perceber a beleza e a qualidade em que se encontram, tenta colocar mais do que a cesta comporta. Nesse momento, com a cesta cheia, percebe-se que ao superlotar o recipiente se coloca em risco todas as frutas.

Nesse sentido, mesmo tendo levado um bom cesto para coletar informações, mais uma vez me encontrei na mesma encruzilhada da cesta pequena. O problema agora seria aproveitar tudo, para que nada se perdesse. Lembrei, então, de uma parábola que minha mãe contou-me certa vez. Dizia de um determinado homem que plantara muitos pés de bananas no quintal e, quando chegou o momento da colheita, eram tantas as frutas que ele não sabia o que fazer. Queria aproveitá-las todas, mas não havia tempo hábil para isso, pois era preciso comê-las, já que naquela época não havia conservantes ou geladeira. Com o desejo de aproveitar tudo, disse “vou começar a comer pelas cascas, depois comerei o fruto”. Não conseguiu. Empanturrrou-se de cascas, ficando os frutos para outros.

Na perspectiva de resolver esse impasse entre a coleta de informações e a análise, algumas partes das entrevistas colhidas entre os camponeses pesquisados e suas famílias ficaram nas forças germinativas das narrativas dos tempos dessa história (BENJAMIN, 1996a, p. 204), esperando outra oportunidade para serem interpretadas. Contudo, ressalto que busquei, dentro dos limites dos objetivos aqui propostos, contemplar as narrativas de todos aqueles que contribuíram com esta pesquisa.

É claro que uns ganharam mais espaço na narrativa e outros menos, mas isso não significa que uma narrativa é mais importante que outras. Em meu socorro vem Veyne (1998), que justifica que nenhum fato é mais importante que outro, estando a relevância relacionada ao momento e aos objetivos aos quais o historiador se pretende no instante da sua escrita histórica.

CORPUS DOCUMENTAL

1. FONTES IMPRESSAS

a) Anais

CARNEIRO, Marcelo Domingos Sampaio. Migração, estrutura agrária e redes sociais: uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses para a lavoura da cana. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XIII, 2007, Recife/PE. **Migração, estrutura agrária e redes sociais**: uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses para a lavoura da cana. Recife/PE, UFPE, 2007, p. 1-15.

b) Relatórios

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia: CPT, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil – 1993**. Goiânia: CPT, 1994.

MARANHÃO, Governo do Estado do. Perfil sócio-econômico dos municípios do Maranhão: municípios que compõem as áreas de abrangência da Gerência de Articulação e Desenvolvimento da região dos Cocais. São Luis: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006.

SOUZA FILHO, Bendito. A produção de soja no sul do Maranhão e seus impactos para segmentos camponeses da região. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** (relatório de pesquisa). São Luis: Comissão Pastoral da Terra, 1995, p. 243-74.

c) Artigos em jornais, Artigos em revistas e outros

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O trabalho como instrumento de escravidão. **Humanidades**, Brasília, UnB, Ano v, n. 17, p. 58-67, 1988.

ALVES, Januária Cristina. O lado feminino do Brasil colonial. **Superinteressante**. São Paulo, Ano 8. n. 04. p. 34-9, 1994.

AMADO, Janaina. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **História**, São Paulo, v. 14, p. 125-36, 1995.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhring. **Cultura popular e sociedade regional no Maranhão do século XIX**. São Luís, [mimeo], 1999.

BRENNEISEN, Eliane. Entre o campo e a cidade: estratégias organizacionais visando à permanência do jovem no campo. **Revista Espaço Plural** (Dossiê Campo e Cidade), Paraná, UNIOESTE, Ano IX, n.18, 1º sem. 2008, p. 31-9.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte/MG, 1978, p. 55-101.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio**. São Félix do Araguaia/MT. Carta Pastoral, mimeo, 1971.

COSTA, Wagner Cabral da. Do Maranhão Novo ao Novo Tempo: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. **CEDOC**. São Luís/MA, 1997, p. 1-33.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-46.

MAGALHAES, Nancy Alessio. Terra: memória, imagem e raízes da vida. In: **Texto de história** (Dossiê: História Atlântica). Brasília: Revista da Pós-Graduação em História da UnB, vol. 12, n° 1/2, 2004, p. 191-219.

_____, MATSUMOTO, Roberta K, NUNES, José Walter. Memória e História Oral: esquecimento e lembrança no movimento de identidades. In: **Cadernos do Ceam** (Oralidade e outras linguagens). Brasília: UnB, Ano IV, n° 15, Dez/2004, p. 93-102.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. Falas da experiência feminina (memória, narrativa, e trajetória de mulheres camponesas no cerrado piauiense). Teresina, 2004, 25 p. [Aceito para publicação na **Revista Raízes**, UFCG, Campina Grande, PB, 2004].

MORAES SILVA, Maria Aparecida de; MENESES, Marilda Aparecida. **Migrações rurais no Brasil**: velhas e novas questões. Net, Brasília, NEAD, Seção Memória Camponesa. Disponível em: http://www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes_Rurais_no_Brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf. Acesso em: 20 mar. 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. In: **Projeto história**, São Paulo, vol. 10, 1993, p. 7-28.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos históricos**. Trad. Dora Rocha Flaksman. Rio de Janeiro, vol. 2, 1989, n. 3, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto história**. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. São Paulo, 1997, p. 25-39

_____. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Trad. Monique Augras. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RAPCHAN, Eliane Sebeika. O uso da narrativa nas ciências sociais: algumas notas e reflexões acerca de suas possibilidades. **Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa**, Maringá/PR, UEM, v. 2, 1997, p. 337-54.

SILVA FILHO, Erivaldo Cavalcanti, BANJA, Anne Anaíde de Oliveira. Conflitos políticos do campesinato pernambucano: as ligas camponesas. **Revista Symposium**. Recife/PE, UCP, Ano 10, n.º 2, jul-dez/2006, p. 45-60.

TEIXEIRA, Marcos Alexandre. **Biomassa de babaçu no Brasil**. Net, São Paulo, Unicamp, 2002. Disponível em: <http://www.feagri.unicamp.br/energia/agre2002/pdf/0081.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2008.

VETTORASSI, Andréa. **A sociabilidade sincrética dos migrantes temporários em Guaribas**. Net, São Paulo, ABEP/2006. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_182.pdf. Acesso em: 20 mar. 2008.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. In: **Anuario Antropológico**/87. Brasília: Editora UnB, 1990.

d) Censos e dados estatísticos

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico – contagem de população. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 2006 (Dados preliminares).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Atlas do Maranhão. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

e) Estudos monográficos

SILVA, José Carlos Aragão. Trabalho escravo: antigas práticas construindo a modernidade brasileira. Caxias/MA, 1998. 46 p. Monografia (Graduação em História). Centro de Estudos Superiores de Caxias, Universidade Estadual do Maranhão.

f) Projetos, dissertações e teses

MAGALHAES, Nancy Alessio. História e terras brasileiras: presenças e poderes. In: _____. Marcas da terra, marcas na terra: um estudo da terra como patrimônio cultural histórico. São Paulo, 1996. ____ p. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo [No prelo pela EDUBB, 2009].

MORAES, Maria Dione Carvalho de. Memória de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativa e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense. Campinas, 2000, 481 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

REZENDE FIGUEIRA, Ricardo. Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida. Rio de Janeiro, 2003, 340 p. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SILVA, José Carlos Aragão. *Conversa bonita: o trabalho escravo na agricultura contemporânea brasileira e o aliciamento de camponeses na região dos Cocais, Maranhão*. Teresina, 2004. 163 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí.

_____. *Ser livre e ser escravo: memórias e identidades de trabalhadores maranhenses na região dos Cocais (1990-2007)*. Brasília, 2007. 66 p. Projeto de Qualificação (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília.

SILVA, Miriam Rodrigues da. *Distribuição do babaçu e sua relação com os fatores geoambientais na bacia do Rio Cocal, Estado do Tocantins*. Brasília, 2008. 91 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília.

SILVA, Valtuir Moreira da. *Trabalhadores(as) rurais em Itapuranga: (re)invenção no cotidiano de suas experiências de luta – 1956-1990*. Brasília, 2007, 204 p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília.

g) Jornais

SCOLESE, Eduardo. **Governo detecta reincidência em escravidão**. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 de abril de 2009.

h) Leis e decretos

MARANHÃO. Decreto nº3252, de 12 de dezembro de 1973.

MARANHÃO. Decreto nº155, de 11 de janeiro de 1980.

Lei Estadual-MA nº 4734, de 18 de junho de 1986.

Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Lei nº 6.145, de 10 de novembro de 1994. Aprova a criação do município de Bom Lugar, com sede no Povoado Bom Lugar, a ser desmembrado do município de Bacabal, subordinado à Comarca de Bacabal.

Lei nº 6.155, de 10 de novembro de 1994. Aprova a criação do município de Lago dos Rodrigues, a ser desmembrado do município de Lago do Junco, subordinado à Comarca de Lago da Pedra.

Lei nº 6.164, de 10 de novembro de 1994. Aprova a criação do município de Trizidela do Vale, com sede no Povoado Trizidela, a ser desmembrado do município de Pedreiras, subordinado à Comarca de Pedreiras.

Lei nº 6.128, de 10 de novembro de 1994. Aprova a criação do município de Bernardo do Mearim, com sede no Povoado São Bernardo, a ser desmembrado do município de Igarapé Grande, subordinado à Comarca de Igarapé Grande.

Lei nº 6.193, de 10 de novembro de 1994. Aprova a criação do município de São Raimundo do Doca Bezerra, com sede no Povoado São Raimundo do Doca Bezerra, a ser desmembrado do município de Esperantinópolis, subordinado à Comarca de Esperantinópolis.

Lei nº 6.156, de 10 de novembro de 1994. Aprova a criação do município de São José dos Basílios, com sede no Povoado de São José dos Basílios, a ser desmembrado do município de Presidente Dutra, subordinado à Comarca de Presidente Dutra.

Lei nº 6.178, de 10 de novembro de 1994. Aprova a criação do município de Santa Filomena do Maranhão, com sede no Povoado Santa Filomena, a ser desmembrado do município de Tuntum, subordinado à Comarca de Tuntum.

Lei nº 6.153, de 10 de novembro de 1994. Aprova a criação do município de Senador Alexandre Costa, com sede no Povoado Espírito Santo, a ser desmembrado do município de Governador Eugênio Barros, subordinado à Comarca de Governador Eugênio Barros.

Lei nº 6.174, de 10 de novembro de 1994. Aprova a criação do município de Governador Luiz Rocha, com sede no Povoado Pé do Morro, a ser desmembrado do município de São Domingos do Maranhão, subordinado à Comarca de São Domingos do Maranhão.

2. FONTES ORAIS

2.1. Entrevistas

a) Entrevistas gravadas

BATISTA, João. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. São José dos Basílios – MA. janeiro, 2004; fevereiro, 2008.

COSTA, Edilton Lopes da. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. São Domingos do Maranhão. janeiro, 2004.

MEDEIROS, Nair. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Presidente Dutra – MA. janeiro, 2004; fevereiro, 2008.

PEREIRA, Antonio. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Presidente Dutra – MA. janeiro, 2004; fevereiro, 2008.

PINHEIRO, Francisco Edson Alves. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Presidente Dutra – MA. janeiro, 2004; fevereiro, 2008.

SANTIAGO, João. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Presidente Dutra – MA. janeiro, 2004.

SANTOS, Agenor José dos. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Presidente Dutra – MA. fevereiro, 2008.

SANTOS, José Raimundo Alves. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. São José dos Basílios – MA. janeiro, 2004; fevereiro, 2008.

SANTOS, Raimundo da Conceição dos. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. São José dos Basílios – MA. janeiro, 2004; fevereiro, 2008.

SILVA, Lindomar da. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Presidente Dutra – MA. janeiro, 2004.

SILVA, Luis da. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. São José dos Basílios – MA. janeiro, 2004; fevereiro, 2008.

b) Entrevistas registradas no caderno de campo

CARDOSO, Antonio José. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Timbiras. outubro, 2002.

COSTA, José Nogueira da. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Presidente Dutra. Janeiro, 2004.

GOMES, Francisco de Almeida. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Dom Pedro. fevereiro, 2008.

MEDEIRA, Valdir. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Timbiras. outubro, 2002.

SILVA, Josimar dos Santos. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Dom Pedro. fevereiro, 2008.

SOUSA, Domingos Pereira. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Timbiras. outubro, 2002.

SOUSA, Raimunda. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Presidente Dutra – MA. janeiro, 2004.

TORRES, Manoel Messias Dias. Entrevista concedida a J. C. Aragão Silva. Timbiras. outubro, 2002.

3. BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização. São Luis/MA: Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MA, PI, TO, PA), 1995.

_____. **Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão**. São Luis/MA: CPT/MA, 1982.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, MOURÃO, Laís. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**. São Luis/MA: mimeo, 1976.

AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu**: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. São Luis: SIOGE, 1990.

ANTUNES, Nara Maria de Maia. Caras no espelho: identidade nordestina através da literatura. In: BURITY, Joanildo A. **Cultura e Identidade**: perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 125-42.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Petrópolis/RJ: Vozes/CPT, 1982.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhring. **A guerra dos Bem-te-vis**: a Balaiada na memória oral. 2. ed. São Luís: Edufma, 2008.

BENJAMIN, Walter. O narrador: consideração sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política**: ensaio sobre literatura e história da cultura. 7. ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996a, p. 197-221.

_____. Sobre o conceito de história. In: _____. **Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política**: ensaio sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996b, p. 222-32.

BOFF, Clodovis. **Como trabalhar com o povo**: metodologia do trabalho popular. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Trabalho, vida, memória (Prefácio). In: GODOI, Emilia Pietrafesa de. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. São Paulo: Unicamp, 1999, p. 11-4.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Casa de escola**: cultura camponesa e educação rural. 2. ed. Campinas/SP: Papyrus, 1984.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do Sul do Maranhão. São Luís: SECMA, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André Leonardo (Org). **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 19-38.

CARR, Edward Hallet. **Que é história**. Trad. Lucia Maurício de Alvarenga. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CARVALHO, Murilo. **Sangue da terra**: a luta armada no campo. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

CERQUEIRA, Gelba Cavalcante, REZENDE FIGUEIRA, Ricardo, PRADO, Adonia Antunes, COSTA, Célia M. Leite (Orgs). **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil**: contribuições críticas para sua análise e denúncia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques e Pierre Nora (Direção). **História**: novos problemas. 2. ed. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, p. 17-48.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Vitorino a Sarney. São Luis/MA: Edufma, 2006.

_____. A raposa e o canguru: crises políticas e estratégia periférica no Maranhão (1945/1970). In: _____. (Org). **História do Maranhão**: novos estudos. São Luis: Edufma, 2004, p. 265-97.

CLEMENS, Carolina. **É bom lembrar**: um pedacinho da História das CEB no Maranhão. São Luís/MA: Minerva, 1987.

CUCHE, D. Hierarquias sociais e hierarquias culturais. In: _____. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru/SP: Edusc, 2002, p. 143-74.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: EDUNB, 1993.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Meninas da noite**: a prostituição de meninas-escravas no Brasil. 16. ed. São Paulo: Ática, 2002.

DUBY, Georges. A memória, e o que ela esquece. In: _____ & LARDREAU, Guy. **Diálogos sobre a Nova História**. Trad. Teresa Meneses. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989, p. 61-98.

ESTERCI, Neide. A ilusão do trabalho livre. In: _____, FRY, Peter, GOLDENBERG, Mirian (Org). **Fazendo Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 265-94.

_____. **Escravos da desigualdade**: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: CEDI/Koinonia, 1994.

_____. **Conflito no Araguaia**: peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

FANON, Frantz. **Pele negra**: máscaras brancas. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FORMAN, Shepard. **Camponeses**: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; DI PIERRO, Maria Clara. **Preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007 (Preconceitos, v. 2).

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GISTELINCK, Frans Michel. **Carajás, Usinas e Favelas**. São Luís: Minerva, 1988.

GODOI, Emilia Pietrafesa de. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. São Paulo: Unicamp, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HOUAISS, Antonio (Org). **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. Trad. Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2004.

LE BRETON, Binka. **Vidas roubadas**: a escravidão moderna na Amazônia brasileira. São Paulo: CPT/Loyola, 2002.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. Trad. Luis Sérgio Henriques. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MAGALHAES, Nancy Alessio. Narradores: vozes e poderes de diferentes pensadores. In: **Contar história, fazer história**: história, cultura e memória. COSTA, Cléria Botelho da, _____. (Org). Brasília: Paralelo, 2001, p. 85-107.

MARX, Karl. A mercadoria. In: _____. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1, vol. 1. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987, p. 41-93.

MARTINS, Ananias Alves. **Barricadas no Palácio dos Leões**: o golpe de 1922 no Maranhão. São Luis/MA: SIOGE, 1993.

MARTINS, José de Sousa. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

_____. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação (reflexões sobre os riscos da intervenção subinformada) In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (VV.AA.). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo.** São Paulo: CPT/Loyola, 1999a.

_____. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta.** São Paulo: Hucitec, 1999b.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A Reforma Agrária e os limites da democracia na “Nova República”.** São Paulo: Hucitec, 1986a.

_____. **Os camponeses e a política.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1986b.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1985.

MATOS, Olgária. A narrativa: metáfora e liberdade. In: COSTA, Cléria Botelho da & MAGALHÃES, Naucy Alessio (Org). **Contar história, fazer história: história, cultura e memória.** Brasília: Paralelo, 2001, p. 12-28.

MATTOS, Hebe. (Prefácio) In: COOPER, Frederick; HOLT, Tomas C; SCOTT, Rebecca J. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 13-38.

MAY, Peter Herman. **Palmeiras em chamas: transformações agrárias e justiça social na Zona do Babaçu.** São Luís: EMAPA/FINEP/Fundação Ford, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MENDONÇA, Nadir Domingues. **O uso dos conceitos: uma questão de interdisciplinaridade.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. **A luta pela terra: experiência e memória.** São Paulo: Unesp, 2004.

_____. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Unesp, 1999.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1986.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta: colonização espontânea, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental.** São Paulo: Anpocs, 1988.

NOVAES, Regina C. Reyes. Lembranças camponesas: repressão, sofrimento, perplexidade e medo. In: ESTERCI, Neide, FRY, Peter, GOLDENBERG, Mirian (Org). **Fazendo Antropologia no Brasil.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2004.

REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. 3. ed. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2004.

REZENDE, Ricardo. Condenados à escravidão. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. São Paulo: CPT/Loyola, 1999, p. 165-208.

REZENDE FIGUEIRA, Ricardo. **Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SANTOS, Murilo. Bandeiras Verdes. In: **Transformações econômicas e sociais no campo maranhense**. São Luis/MA: CPT/MA, 1981, vol. 4

SANTOS, Antônio Claret M. dos (Org). **Código Penal Brasileiro**. São Paulo: Rideel, 1995.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar. 1982.

SILVA, Marcos Antonio da. **História: o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004, p. 73-102.

SUTTON, Alison. **Trabalho escravo: um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje**. São Paulo: Loyola, 1994.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Vol. 1. 4. ed. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, J. (Coord.). **História Geral da África**. Livro I (Metodologia e pré-história da África). São Paulo: Ática/Unesco, 1980, p. 157-79.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Trad. Ana Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UnB, 1998.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004, p. 7-72.